



DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1979-1980)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 11 DE JUNHO DE 1980

Presidente: Ex.^{ma} Sr. António Duarte Arnaut

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Henriques Pires Fontoura
 Bento Elísio de Azevedo
 José Manuel Maia Nunes de Almeida
 Francisco Gonçalves Cavaleiro de Ferreira

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 35 minutos.

Foi aprovado, depois de lido pelo Sr. Deputado Armando Lopes (PS), um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de um Deputado do CDS.

Iniciou-se o debate de interpelação ao Governo requerida pelo PCP sobre política geral, centrada sobre a política social e os problemas relacionados com o bem-estar dos Portugueses, registando-se intervenções, além das dos Srs. Ministros dos Assuntos Sociais (Moraes Leitão) e do Trabalho (Eusébio Marques de Carvalho), dos Srs. Deputados Veiga de Oliveira, Zita Seabra, José Ernesto de Oliveira e Jerónimo de Sousa (PCP), António Arnaut (PS), Rui Pena (CDS), Borges de Carvalho (PPM), Manuel Malaquias (PSD) — que respondeu depois a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Veiga de Oliveira e Zita Seabra (PCP) e António Arnaut (PS) —, Nascimento Rodrigues (PSD) — que respondeu no fim a um esclarecimento do Sr. Deputado Jerónimo de Sousa (PCP) e motivou outro do Sr. Deputado Veiga de Oliveira (PCP) —, Heriberto Goulart (MDP/CDE), Mário Tomé (UDP) — que respondeu ainda a um protesto da Sr^a Deputada Cecília Catarino (PSD) — e Conceição Morais (PCP).

Entretanto, a seguir ao intervalo, foi verberada pelos Srs. Deputados Veiga de Oliveira e Carlos Brito (PCP) a circunstância de a televisão não ter recolhido imagens da primeira parte dos trabalhos e ir fazê-lo da segunda.

O Sr. Presidente encerrou a reunião pelas 20 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire Moura Guedes.
 Alcino Cabral Barreto.
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
 Amândio Santa Cruz Basto Oliveira.
 António Alberto Correia Cabecinha.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António José dos S. Moreira da Silva.
 António Maria de O. Ourique Mendes.
 Armando António Correia.
 Cecília Pita Catarino.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Fernando Raimundo Rodrigues.
 Henrique Alberto F. do Nascimento Rodrigues.
 Jaime Adalberto Simões Ramos.
 João António Sousa Domingues.
 João Aurélio Dias Mendes.
 João Luís Malato Correia.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 José Baptista Pires Nunes.
 José Henrique Cardoso.
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.
 Manuel António Araújo dos Santos.
 Manuel Henriques Pires Fontoura.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Pereira.
 Maria de Lurdes M. Simões da Silva.
 Mário Dias Lopes.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Mário Marques Ferreira Maduro.

Natália de Oliveira Correia.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Valdemar Cardoso Alves.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Amadeu da Silva Cruz.
 António de Almeida Santos.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Duarte Arnaut.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Beatriz M. de Almeida Cal Brandão.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Edmundo Pedro.
 Fernando Alves de Almeida Miranda.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Francisco Manuel Marcelo M. Curto.
 Frederico A. F. Handel de Oliveira.
 Gualter Viriato Nunes Basílio.
 Herculano Rocha.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 Joaquim José Catanho de Meneses.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Gomes Fernandes.
 José Maximiano de A. Almeida Leitão.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Luís Silvério Gonçalves Saias.
 Manuel Francisco da Costa.
 Manuel José Bragança Tender.
 Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.
 Raul da Assunção Pimenta Rego.
 Rodolfo Alexandrino Susano Crespo.

Partido Comunista Português (PCP)

Adalberto António de V. Casais Ribeiro.
 Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Álvaro Favares Brasileiro.
 António Dias Lourenço da Silva.
 António da Silva Mota.
 Carlos Alberto do C. da Costa Espadinha.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Fernando Freitas Rodrigues.
 Francisco Miguel Duarte.
 Hélder Simão Pinheiro.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 Joaquim Victor Baptista G. de Sá.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 José António Veríssimo Silva.
 José Casimiro Sousa Correia.
 José Ernesto I. Leão de Oliveira.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Josefina Maria Andrade.
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria da Conceição Morais Matias.
 Maria Ilda da Costa Figueiredo.
 Marina Grou Lanita Silva.

Marino B. de Vasconcelos B. Vicente.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Osvaldo Alberto R. Sarmento e Castro.
 Victor Henrique Louro de Sá.
 Vital Martins Moreira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 António Ferreira Pereira de Melo.
 António Martins Canaverde.
 Eduardo Leal Loureiro.
 Francisco Gonçalves Cavaleiro Ferreira.
 Henrique José C. de Menezes P. Moraes.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 João Daniel Marques Mendes.
 João José Magalhães F. Pulido de Almeida.
 Joaquim Rocha dos Santos.
 José Augusto Gama.
 José Eduardo Fernandes Sanches Osório.
 Luís António Matos Lima.
 Luís Eduardo da Silva Barbosa.
 Manuel António de A. e Vasconcelos.
 Maria Tabita L. F. Mendes Soares.

Partido Popular Monárquico (PPM)

Augusto Martins Ferreira do Amaral.
 Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.
 Henrique José Barrilaro F. Ruas.
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Agrupamento Parlamentar dos Reformadores

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
 Pelágio E. de Matos Lopes de Madureira.

Movimento Democrático Português

Helena Tâmega Cidade Moura.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 121 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 15 horas e 35 minutos.

No decurso da reunião tomaram lugar na bancada do Governo, além do Sr. Primeiro-Ministro (Francisco Sá Carneiro), os Srs. Ministros das Finanças e do Plano (Cavaco e Silva), do Trabalho (Eusébio Marques de Carvalho), dos Assuntos Sociais (Morais Leitão) e do Comércio e Turismo (Basilio Horta) e os Srs. Secretários de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro (Vasco Pulido Valente) e da Habitação e Urbanismo (Casimiro Pires).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados aguardamos alguns momentos para que os membros do Governo possam tomar os seus lugares.

Pausa.

Entretanto, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Lopes para proceder à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

O Sr. Armando Lopes (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos é do seguinte teor:

Em reunião realizada no dia 11 de Junho de 1980, pelas 14.30 horas, foi apreciada a seguinte substituição de Deputados:

1 — Solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

Rogério Ferreira Monção Leão (círculo eleitoral de Lisboa), por Maria Leonor Xara Brasil Rodrigues Sassetti. Esta substituição é pedida por um período de dois dias (11 e 12 de Junho, inclusive).

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é real e actualmente o primeiro candidato não eleito ainda não solicitado na ordem de precedência da lista eleitoral de entre os apresentados a sufrágio pelo referido Partido no respectivo círculo eleitoral.

3 — Foram observados todos os preceitos regimentais e legais.

4 — Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

5 — O presente relatório foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PSD, PCP, CDS, PPM, MDP/CDE e do Agrupamento Parlamentar dos Reformadores, votos contrários do PS e a abstenção da UDP.

A Comissão: o Presidente, Mário Júlio Montalvão Machado (PSD) — Secretário: José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Secretário: Alexandre Correia de Carvalho Reigoto (CDS) — Fernando Raimundo Rodrigues (PSD) — Fernando Monteiro do Amaral (PSD) — Bento Elísio de Azevedo (PS) — Herculano Ramos Rocha (PS) — Armando dos Santos Lopes (PS) — Álvaro Augusto Veiga de Oliveira (PCP) — João António Gonçalves do Amaral (PCP) — Francisco Gonçalves Cavaleiro de Ferreira (CDS) — Augusto Martins Ferreira do Amaral (PPM) — Luís Manuel Alves de Campos Catarino (MDP/CDE).

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos proceder à votação deste relatório e parecer.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS, e do PPM e votos contra do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A ordem de trabalhos para hoje consiste no debate da interpelação ao Governo requerida pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português sobre política geral, centrado sobre a política social e os problemas relacionados com o bem-estar dos Portugueses.

Tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Comunista Veiga de Oliveira para uma intervenção.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Pesem embora as possibilidades de realização de sessões suplementares, certamente com duração delimitada, somos chegados quase ao fim da sessão legislativa da Assembleia da República.

A partir de agora este Governo da AD tentará continuar a sua carreira mais liberta da vigilância e do controle que a oposição parlamentar exercia através do normal funcionamento da Assembleia da República.

Para nós, Grupo Parlamentar do PCP, que desde o início manifestámos a mais total e firme oposição a este Governo da AD, de Sá Carneiro e Freitas do Amaral, impunha-se fazer um balanço das suas actuações e efeitos na vida económico-social do povo.

Impunha-se cotejar as promessas e as grandes tiradas demagógicas da propaganda governamental com os resultados reais da sua política.

Mais de cinco meses decorridos sobre a posse do Governo Carneiro/Amaral, importa para o nosso Grupo Parlamentar tornar transparente a verdade das nossas prevenções e previsões.

Logo em 25 de Janeiro, em documento aprovado em reunião plenária do Comité Central do PCP, caracterizámos os verdadeiros objectivos da Aliança autoproclamada de democrática.

De facto, a apresentação do Programa do Governo e as intervenções do Primeiro-Ministro e dos Deputados dos partidos da direita confirmavam que o ataque global contra o Portugal de Abril, tentado desde o início de 1979 e desenvolvido com o Governo Mota Pinto, tinha sido retomado em força a partir deste Governo e da sua maioria, embora escassa, na Assembleia da República.

Afirmámos então que a política do Governo Sá Carneiro, apesar de previseis medidas demagógicas, agravia as já precárias condições de vida dos trabalhadores e das classes médias.

E advertímos, também, para a natureza inconstitucional e subversiva desta nova ofensiva global contra o Portugal de Abril, contra as conquistas dos trabalhadores portugueses.

Hoje, cinco meses volvidos, perdidas as promessas pelo caminho — do Programa Eleitoral para o Programa do Governo, deste para as Leis do Plano e Orçamento e, acima de tudo, na prática governativa, desnudada a natureza de algumas medidas demagógicas, é com os factos que teremos de nos confrontar e confrontar o Governo.

Antes, porém, valem ainda duas notas. A primeira, diz respeito ao carácter limitado, embora fundamental, do objecto desta interpelação. Por razões regimentais e de exequibilidade, assim tem de ser. Mas o balanço seria ainda mais negro e concludente se pudéssemos estendê-lo a todos os campos de actuação do Governo da AD. A segunda nota respeita à divulgação dos nossos trabalhos, do trabalho desta Assembleia. De facto, por coacção censória deste Governo, os órgãos de comunicação social estatizados e, designadamente, a RTP e a RDP têm-se limitado a servir à opinião pública os dislates demagógicos do Governo

e da sua cada vez mais escassa maioria e têm silenciado, ou quase, e distorcido, as vozes da oposição dos partidos democráticos.

Isto dito, vamos aos factos.

Aos portugueses e portuguesas que, dia após dia, foram assistindo ao encarecimento de quase tudo e sentindo ao fim do mês a diferença, o Governo, através dos Ministros competentes e do Primeiro-Ministro, prometeu, repetiu, reiterou, que os preços iam baixar.

Usando todos os meios de comunicação social, o Governo submergiu-nos com a avalanche da baixa dos preços, em palavras, e promoveu na prática a sua política de defesa dos interesses do grande capital que resultou directamente no aumento geral dos preços.

A verdade é que, cinco meses volvidos sobre a posse deste Governo, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, corrigida a sazonalidade, verifica-se que o aumento anual médio dos preços continua a situar-se à volta dos 22 %.

E se compararmos o índice dos preços no consumidor no mês de Março, em 1980 e 1979, encontraremos para as rubricas «Alimentação», 25 % contra 24 %, «Vestuário e calçado», 35,2 % contra 20 %, «Habitação», 26 % contra 21 %.

Por outras palavras, do aumento médio anual de 22 %, já corrigida a sazonalidade, é nos artigos mais sensíveis para os trabalhadores e para as camadas mais desprotegidas da população que se situam os maiores aumentos.

Forçoso é, pois, concluir que em matéria de preços o Governo Sá Carneiro afirmou, repetiu, reiterou, com notável contumácia uma despudorada e rematada falsidade.

Aliás, a verdade estatística, sempre susceptível de contestação, é inarredável e incontestável ao nível directo e generalizado do conhecimento dos aumentos, na praça, no supermercado, na sapataria, nos restaurantes, por todo o lado verificados diariamente pelos portugueses e portuguesas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas uma escapatória existiria, se pudéssemos constatar que os salários e vencimentos, esses, teriam aumentado mais do que os preços.

O Governo, aliás, afirmava no seu Programa que «o aumento do poder de compra constituía objectivo prioritário», e anunciava mesmo um «ajustamento das prestações sociais fundamentais (reforma, invalidez e sobrevivência) com o objectivo de manter o poder de compra dos beneficiários».

Vejamos qual tem sido neste campo a realidade da política deste Governo.

A função pública o Governo propôs aumentos que se cifrariam em cerca de 12,2 %, em média, para o ano de 1980. Ora os salários vigoram desde 1 de Janeiro de 1979 — dezassete meses —, e no mesmo período o custo de vida aumentou, segundo os números do Instituto Nacional de Estatística, mais de 30 %. A diferença dispensa comentários.

É o próprio Governo que dá o exemplo, e por acréscimo, através de medidas administrativas, intervém em favor do patronato e contra o reajustamento dos salários. Em palavras suprime o tecto salarial,

mas nos actos incentiva à máxima contenção dos salários.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Os exemplos dos trabalhadores metalúrgicos, dos têxteis e dos químicos ilustram claramente a verdadeira política deste Governo.

Para os metalúrgicos, os salários vigoram desde 1 de Novembro de 1978, tendo os preços subido, entretanto, 33 %. O patronato, com o apoio deste Governo, propõe 18 % para vigorar pelo menos mais doze meses. O mesmo se pode dizer dos têxteis, em que os salários vigoram desde 1 de Janeiro de 1979, com o aumento do custo de vida no período decorrido de mais de 30 %. Quanto aos químicos, com salários a vigorar desde 1 de Outubro de 1978, o aumento correspondente do custo de vida é de cerca de 35 % e, mesmo assim, Sá Carneiro, diz através da televisão, que é suficiente este ano um aumento salarial de 18 %.

Isto é, quanto a salários, o Governo de Sá Carneiro afirmou, repetiu, reiterou que era seu objectivo defender o poder de compra, mas a sua política visa e produz em concreto a degradação ainda maior dos salários reais.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Na sua desalmada campanha demagógica, o Governo de Sá Carneiro tentou convencer os pensionistas de que veriam melhorada a sua situação.

Os factos são, porém, muito diversos. De cerca de 1 600 000 pensionistas, só 300 000 tiveram aumentos que significam 14 % em média, ou melhor, de menos de 3,5 %, se tivermos em conta todos os pensionistas e não só aqueles que foram aumentados.

Ainda há pouco, quando da discussão do Plano e do Orçamento, tivemos oportunidade de aqui suportar a rábula do Governo a respeito dos abonos de família. Se algum dia um editor resolver publicar os anais da demagogia, aquela da família constituída por pai, mãe e dez filhos com menos de 11 000\$ mensais de rendimento familiar figurará certamente entre os exemplos de sectarismo classista, despudor e insensibilidade.

Aplausos do PCP.

Pois não é verdade, Srs. Membros do Governo, que uma tal família, se fosse a vossa, careceria de muito mais de dez vezes esse rendimento para subsistir?

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não é!

O Orador: — Pois não é verdade, que apresentar um tal exemplo para tecer loas às supostas benfeitorias deste Governo em matéria de abono de família, significaria que doze pessoas entre adultos e crianças poderiam, com a vossa insensibilidade e despudor classista, subsistir com menos de 1000\$ por cabeça e por mês?

Não será este exemplo a prova provada do vosso total alheamento do povo e do vosso vezó classista e reaccionário?

Mas, voltemos aos factos, depois de tanto alarido, que fez este Governo de Sá Carneiro? Dos 915 000 beneficiários do abono de família 713 000 receberam aumento de 60\$, 25 % dos anteriores 240\$, sendo o aumento do custo de vida durante o período de vigência do abono anterior muitíssimas vezes superior.

Isto é, quanto às pensões sociais e ao abono de família este Governo da direita reaccionária fez exactamente o contrário do que prometia — degradou ainda mais o poder de compra dos beneficiários.

A Sr.ª Maria Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Pouco valerá a pena mencionar neste debate a tão propalada diminuição dos impostos. É já evidente depois da discussão e da desmontação feita, aquando do debate das leis do Plano e do Orçamento, que, se considerarmos o aumento de 18 % para os salários nominais (desde logo abaixo do nível de recuperação do valor dos salários), teríamos que para cerca de 30 % dos trabalhadores da indústria e dos serviços não haveria alteração e para a grande maioria dos restantes o benefício seria de 2 %.

Neste domínio as medidas adoptadas pelo Governo beneficiam e amplamente alguns poucos, só que são justamente aqueles que já dispunham de altos rendimentos.

A prática deste Governo da AD confirma afinal o carácter classista e reaccionário das forças políticas que o compõem e lhe servem de base. É assim também no que toca ao emprego.

É no domínio do emprego que a pressão do grande capital mais se faz sentir, procurando transferir o peso da crise para cima das classes trabalhadoras.

Este Governo tão pródigo em promessas que nunca tencionou cumprir, empenhado em medidas demagógicas destinadas a encobrir a sua verdadeira política de opressão e exploração das classes e camadas laboriosas e de restauração do poder económico e político dos antigos senhores do País, do grande capital e dos latifundiários, e, sintomaticamente, em relação ao emprego, titubeante e fúgido.

Fica-se pela promessa da criação de mais 19 000 postos de trabalho em 1980. Por outras palavras, mesmo admitindo tal objectivo como efectivo, a sua promessa corresponde ao aumento do desemprego face só aos 30 000 jovens que todos os anos aparecem à procura do primeiro emprego.

Colocando-se abertamente ao lado do patronato e contra os trabalhadores este Governo, assume-se aqui de corpo inteiro como instrumento do ataque global ao Portugal de Abril ...

O orador tossiu neste momento...

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — É tanta a demagogia que V. Ex.ª até se engasga!...

O Orador: — ... fá-lo quando desencadeia os ataques destruidores contra a Reforma Agrária; fá-lo quando manobra contra o sector público; fá-lo quando incita os empresários a reprimir os trabalhadores e cria condições propiciatórias do aumento do desemprego e da diminuição dos salários reais. Este Governo é afinal o que prevímos — é simultaneamente o instrumento de eleição e expressão concentrada das for-

ças da direita e da reacção que derrotadas em 25 de Abril, não desistiram, nem desistem de recuperar os privilégios e o poder perdido, não desistem de restaurar em Portugal o domínio dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários.

Obviamente uma tal política não podia deixar de causar o desencanto e desenganar muitos daqueles que nas eleições passadas votaram AD, votando de facto nas promessas elecioneiras e mistificadoras do seu Programa Eleitoral.

Não admira, pois, que sucessivas sondagens à opinião pública, encomendadas por jornais que serão certamente insuspeitos para o Governo, mostrem claramente que os eleitores que se deixaram enganar em Dezembro passado começam a compreender o fosso abissal que há entre a propaganda que lhes foi servida e os reais objectivos políticos da AD.

Mas importa reter que os verdadeiros objectivos não foram nem de longe atingidos; que apesar dos estragos já causados ao regime democrático e ao bem-estar dos portugueses — uns e outros com reflexos futuros — estamos de facto perante um icebergue: só um sétimo vai de fora!

Não fora a resistência e a tenacidade da luta dos trabalhadores, das massas populares; não fora a pronta resposta dada às manobras e actuações do Governo (através de protestos, manifestações, greves e do uso de todas as faculdades constitucionais e legais — e na exigência de respeito pela lei e pela Constituição); não fora a força do movimento popular e democrático sobejamente demonstrada ao longo destes meses na luta pela defesa do Portugal de Abril, da democracia e das restantes conquistas da revolução; não fora o funcionamento das instituições democráticas — mantido apesar de e contra as manobras do Governo — e estariamos agora numa situação bem mais degradada do ponto de vista democrático, do ponto de vista da situação económica e social dos Portugueses.

Importa que este Governo seja substituído. O seu voto antidemocrático e antipopular assim o exige. O prosseguimento da sua carreira seria o aprofundamento do desastre económico e social cujos aspectos essenciais demonstraremos ao longo desta interpelação.

E sendo embora matéria que sai fora do objecto da nossa interpelação (sem excluir a possibilidade de vir a encontrar expressão e oportunidade constitucional e regimental), é indispensável dizer que seria também inaceitável que um tal Governo com tais provas pudesse presidir a eleições verdadeiramente democráticas, como as previstas na Constituição para o próximo Outono.

Mas se apesar da exigência popular e das forças democráticas este Governo perdurar até às eleições, então o povo demiti-lo-á com o voto.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Zita Seabra.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, Sns. Membros do Governo, Srs. Deputados: As condições e a qualidade de vida dos Portugueses e particularmente das classes e camadas mais desfavore-

cidas tem-se vindo progressivamente a degradar pela acção do Governo da AD.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

A Oradora: — Vive-se pior, os preços subiram, os salários não acompanham, as reformas degradam-se, os problemas sociais que interferem directamente na qualidade de vida dos Portugueses como a segurança social, a saúde, a habitação, agravam-se.

A AD não resolveu nenhum dos graves problemas com que se debatem os Portugueses. Não exigimos evidentemente que um Governo, este ou outro resolvessem em meio ano questões tão graves e complexas como a habitação, o desemprego, as reformas ou os outros direitos sociais.

Mas este Governo, nem sequer iniciou caminhos, não encarou e concretizou soluções, não apontou vias para lhes fazer frente. Este Governo ou deixou tudo na mesma, o que significa inegavelmente que a situação piorou, ou agravou mesmo claramente as questões.

Este Governo é incompetente e não demonstrou ter sequer capacidade técnica para resolver o que quer que seja.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Não apoiado!

A Oradora: — Outra coisa não seria de esperar de um Governo cuja política é contrária aos trabalhadores, aos camponeses, às classes e camadas médias da população, e visa servir os interesses dos grandes capitalistas, dos latifundiários e do imperialismo.

Quando afirmamos que o Governo é incompetente, que agravou a situação social dos Portugueses, que se vive pior, que o Governo mente quando na rádio, televisão e jornais dizem o contrário, quando afirmamos que só beneficiaram com a política da AD o grande capital, os agrários e os intermediários, quando afirmamos que o Governo não cumpriu o seu programa e muito menos as promessas demagógicas da campanha eleitoral, quando dizemos que de um ponto de vista social este Governo foi um desastre para as classes e camadas mais desfavorecidas, como reformados, pensionistas e idosos, desempregados, doentes ou crianças — quando fazemos estas afirmações demonstramo-las com factos, com dados, com elementos concretos e claros.

O Sr. Cabrita Neto (PSD): — Não apoiado!

A Oradora: — Veremos se o Governo vai fazer o mesmo, ou se à semelhança do que tem vindo a acontecer nos anteriores debates, sem demonstrar nada, sem rebater um único dos argumentos e factos trazidos pelos partidos da oposição, trazem já os discursos feitos de casa com a pretensa afirmação de que a oposição não disse nada.

Mas, Srs. Deputados, nem seria necessário trazermos aqui os factos e os dados concretos, porque lá fora na rua, nos locais de trabalho, os trabalhadores, os reformados, as mulheres sentiram na pele a política da AD e sabem que o Governo mente, sabem que temos razão, sabem que só derrubando a AD nas próximas eleições os problemas que os afligem serão resolvidos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A habitação é sem sombra de dúvida um dos problemas mais graves que aflige os Portugueses.

Que fez entretanto o Governo de Sá Carneiro/Freitas do Amaral nestes meses? A resposta é simples. Não fez nada, literalmente nada. Deixou correr, deixou degradar.

A AD, é bom recordá-lo, prometeu nas vésperas das eleições, uma casa para cada português, uma casa para cada família, prometeu construir num ano, pelo menos, o dobro das do ano anterior, prometeu baixar a taxa de juro para habitação própria, prometeu mundos e fundos ...

Já aqui na Assembleia da República prometeram os reformadores uma lei de nacionalização dos solos urbanos, prometeram o PSD e CDS uma lei de bases de habitação.

Mas afinal nada fizeram, nem medidas, nem fogos, nem leis, nem casas.

E o tal pacote de habitação prometido e propagandeado pelo Sr. Ministro por volta do 25 de Abril? Estará guardado nos segredos do Ministério das Obras Públicas?

De público, só conhecemos uma portaria actualizando os escalões para a aquisição de casa própria que nem sequer acompanha a taxa de inflação e por ter sido tomada assim isoladamente, teve como consequência imediata o aumento de preços de venda das casas pelos construtores de acordo com os escalões da portaria.

Mas onde está o prometido abaixamento da taxa de juro? Na verdade, o esquema actualmente existente de juro para aquisição de casa própria é inacessível às classes trabalhadoras, aos camponeses, à imensa maioria de jovens que pretendem casa.

Se no campo da habitação própria a AD nada fez, em matéria de construção de novos fogos foram iniciados pelo Governo até 30 de Abril 1970 novos fogos, através de empréstimos às câmaras 22, de apoio às cooperativas de habitação e associações de moradores 1180, tudo somado dá um total de cerca de 2880 fogos.

Ridículo, Srs. Deputados! Pura e simplesmente ridículo para não adjectivar a incompetência que estes números revelam e o desaforo que é necessário para perante um panorama destes falar em pacote de habitação.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — 2880 fogos iniciados num País que necessita de 1 milhão de casas, e uma portaria tal é a obra da AD no campo da habitação! A desgraça é tão grande que alguém comentava já perante este quadro: este Ministro fez tão pouco, tão pouco que ainda nem uma fita conseguiu cortar!

Aplausos do PCP.

A incompetência e o reaccionarismo do Governo foi incapaz de tomar qualquer iniciativa. Podemos hoje dizer que desde as últimas eleições até agora a única medida positiva tomada no campo da habitação foi a revogação do decreto-lei do aumento das rendas de casa e essa ficou a dever-se à iniciativa do PCP.

Aplausos do PCP.

Mas uma política de habitação que na verdade resolva os graves problemas dos bairros de lata, das «ilhas» do Porto, da Câmara de Lobos, da Madeira, dos jovens, numa palavra, do País, pressupõe desde já as seguintes medidas que só um Governo verdadeiramente democrático é capaz de tomar:

O Sr. Carlos Lage (PS): — Socialista, socialista ...

A Oradora: — Aplicação integral da Lei das Finanças Locais e aprovação da Lei de Delimitação de Investimentos do Poder Local; linhas de crédito especiais para as câmaras municipais; colocação de terrenos à disposição de particulares e apoio no financiamento e em projecto à autoconstrução; apoio efectivo particularmente financeiro, em terrenos e infra-estruturas às cooperativas de habitação e associações de moradores; concessão de crédito em condições adequadas à aquisição de casa própria para que tenham acesso as classes trabalhadoras e sua extensão aos contratos já celebrados de forma a aliviar os encargos dos empréstimos incomportáveis pelos rendimentos familiares; abaixamento do custo e preço da habitação através da celebração de contratos-programas com as empresas; lançamento de um programa descentralizado que promova a recuperação acelerada do parque habitacional degradado; controlo do mercado de solos e das rendas de casa; publicação de legislação que assegure o acesso e a estabilidade do direito à habitação particularmente em matéria de despejos e de contratos-promessa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em matéria de segurança social já em anteriores intervenções tivemos oportunidade de denunciar a insignificância do número de reformados que foram aumentados e da ridicularia do aumento dos poucos contemplados. Tivemos também oportunidade de desmascarar a máquina de propaganda do Governo nesta área. Mas Srs. Deputados do PSD e CDS, a demagogia e a mentira paga-se sempre cara.

Milhares de reformados acreditaram na vossa propaganda e julgaram que iam receber um aumento de 21% nas suas reformas como disseram Ministros, Deputados e jornalistas da AD. Hoje muitos deles já se aperceberam do logro em que caíram e outros vão percebê-lo em breve. Daí a revolta que sentem e que é perceptível em todos os cantos do País, pois uma vez mais esses homens e mulheres no fim de uma vida de exploração perceberam que este Governo os tinha enganado outra vez com métodos que eles bem conheciam durante 50 anos!

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Iremos, pois, referir fundamentalmente três situações: a dos acidentados do trabalho e doentes profissionais, a dos deficientes e a dos rurais do chamado regime especial da Previdência. Trata-se de três campos em que a inoperância e a incapacidade da AD são acusações claras que demonstram que a política do PPD e do CDS tem só como objectivo servir o grande capital.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — É falso! Isso é demagogia!

A Oradora: — Não existindo dados rigorosos sobre o número de acidentados e doentes profissionais, calculava-se em 1976 que seria superior a 500 000 os acidentados de trabalho e 100 000 os doentes profissionais entre mineiros silicóticos, corticeiros com sobrese, metalúrgicos com surdez, marmoristas, etc. O Governo da AD sabendo que este é um grave problema sentido pelos trabalhadores anunciou em todos os jornais, TV e rádio dezenas de vezes «aumentadas as pensões de doença profissional». Trata-se de mais uma sinistra manobra eleitoral de propaganda, pois dos milhares de pensionistas existentes o decreto-lei do Governo da AD só aumentou 460 pessoas.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Uma vergonha descarada!

A Oradora: — Repito 460 pessoas! E os outros? Os outros milhares? E os 2660 pensionistas com responsabilidade exclusiva das companhias de seguros mas pagos pela Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais? E os 566 pensionistas com responsabilidade da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais/companhias de seguros? E os que têm menos de 30% de desvalorização? E os muitos milhares, que são a imensa maioria, a cargo das companhias seguradoras?

O Sr. Manuel Malaquias (PSD): — Esses números estão errados, Sr.º Deputada!

A Oradora: — O Governo deixou tudo na mesma, dando uma miserável migalha com o objectivo de enganar os pensionistas e os Portugueses no geral. Os acidentados e doentes profissionais não deixarão de fazer o seu julgamento da situação e dizemos mais, já estão a fazê-lo como pudemos verificar ainda há dias junto de pensionistas por silicose, mineiros das Minas da Panasqueira.

Aos mineiros, marmoristas, corticeiros, metalúrgicos, a todos os trabalhadores no activo e aos acidentados e doentes profissionais dizemos mais uma vez que, como os dados mostram, não é um governo da direita, não é um governo da AD que vai resolver nenhum dos seus problemas.

Aplausos do PCP.

O PCP considera que a situação dos acidentados do trabalho e dos doentes profissionais só se resolve com um conjunto de medidas das quais salienta as seguintes: definição de uma política nacional de higiene e segurança no trabalho e prevenção dos riscos profissionais; institucionalização de um seguro social de acidentes de trabalho e doenças profissionais; cálculo das pensões com base na totalidade dos salários dos trabalhadores; revisão da anacrónica tabela nacional de incapacidades.

A situação dos deficientes não é também, infelizmente, muito diferente desta. Os deficientes realizaram o seu congresso que foi um passo extremamente importante na definição das suas reivindicações e um alerta precioso ao País para os problemas dos deficientes e para os seus direitos.

O governo da AD ignorou esse congresso e não deu resposta a nenhuma das suas justas reivindica-

ções. A Lei do Ensino Especial, aprovada e em vigor, não está a ser cumprida. A AD prometeu revê-la, não o fez e não cumpre a que esta Assembleia aprovou e que está em vigor. Prejudicadas são as crianças deficientes e as suas famílias, que vêm protegidas as soluções dos seus problemas.

A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS): — Muito bem!

A Oradora: — O PCP considera que um Governo que desde já pretenda acudir a problemas dos deficientes tem de dar resposta às conclusões do seu congresso e entre essas permiti que saliente: a actualização da pensão social; cobertura dos encargos com a aquisição e reparação de próteses; abertura de lares e centros de dia; criação de oficinas de trabalho protegido e de centros de preparação profissional; quotas de emprego de deficientes, particularmente na função pública e em empresas nacionalizadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Interpelando o Governo sobre a política social não podíamos deixar de trazer aqui a situação dos rurais. O Governo ignorou-os. Os camponeses, os assalariados rurais deste país podem tirar a prova real de que a AD lhes prometeu aumentar as pensões de reforma e não o fez, integrá-los no regime geral da Previdência e não o fez.

O Governo da AD não está com os homens que trabalham a terra, está a serviço exclusivo dos latifundiários absentistas e dos grandes intermediários. As reformas, a previdência dos rurais, tal como o gasóleo, são assim para ver numa manhã de nevoeiro.

O PCP considera inaceitável que os rurais fiquem com 1800\$ de reforma. Já aqui, na Assembleia da República e no momento oportuno, no debate do OGE, apresentámos a proposta de aumento da pensão dos rurais para 3750\$. O PPD e o CDS votaram contra, e ainda gostava de saber qual dos Deputados que votou contra era capaz de viver com 1800\$ numa semana como vivem 600 000 rurais num mês?

O PCP considera inadiável o aumento das pensões dos rurais e a sua integração no regime geral da Previdência.

O PCP considera também inadiável a actualização da pensão mínima dos reformados do regime geral, que são mais de 80% do total existente.

O PCP considera inadiável a actualização das pensões de sobrevivência das 110 000 viúvas e de 70 000 órfãos; assim como o aumento da pensão social.

E o governo? O que é que fez e o que é que está a fazer? Demagogia, palavras, mentiras, em suma, nada de bom para os reformados, que nunca viveram de palavras, de demagogia ou de mentiras.

A AD não pode continuar a atirar para a fome e para a miséria os reformados, pensionistas e idosos. A AD tem de se ir embora para que os reformados possam receber aquilo a que têm na verdade direito.

Aplausos do PCP.

Como comecei termino dizendo que trouxemos factos, dados concretos, análise clara do que fez e não fez o Governo.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Falso!

A Oradora: — Sabemos que o Governo vai procurar fugir, vai tentar impedir que o que dissemos chegue

ao conhecimento da opinião pública, vai procurar calar-nos nos órgãos de comunicação social estatizados. Isso só prova que o Governo tem medo da oposição.

Mostrámos que o Governo agravou, com a sua política, a situação social dos Portugueses. Os trabalhadores, os camponeses, os reformados e os deficientes têm a prova da política da direita e da reacção quando é Governo.

Por isso é crescente o descontentamento popular ...

Vozes do PSD: — Isso é demagogia, Sr.ª Deputada!

A Oradora: — ..., por isso o Governo e a AD cairão, se não for antes, nas próximas eleições.

Aplausos do PCP, de alguns Deputados do PS e do MDP/CDE.

Durante esta intervenção assumiu a presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, pedia-lhe que nos informasse do tempo que o meu partido dispõe nesta altura.

O Sr. Presidente: — Utilizaram já 31 minutos, pelo que dispõe de 29 minutos, Sr. Deputado.

Tem a palavra, seguidamente, o Sr. Deputado José Ernesto de Oliveira.

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Desde o início apresentámos este Governo como um conjunto de sucursais de interesses privados, onde a satisfação de clientelas e apoios eleitorais era a filosofia a seguir. Em poucos domínios, como na saúde, tal denúncia que então fizemos tem tido uma confirmação tão clara mas ao mesmo tempo tão dura em consequências para o nosso povo. Com efeito, todos os actos políticos que este Governo tem desencadeado nesta matéria são claramente denunciadores de uma de duas linhas mestras orientadoras da sua política: ou a mais descarada demagogia eleitoralista, ou a satisfação da gula gananciosa dos grandes patrões da direcção da Ordem dos Médicos, aqui sempre mal disfarçadas por uma incompetência clamorosa. Mas é também facilmente detectável na actuação deste Governo, em matéria de política de saúde, uma grande e pesada derrota a que a luta e consciência colectiva do povo português e dos profissionais da saúde não são estranhas!

O 25 de Abril na saúde do povo, a lei de bases que consagra o direito constitucional a um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito continua de pé! Tinha este Governo e a sua escassa maioria feito grande alarido, segundo o qual seria uma acção sua imediata a revisão e até a revogação da Lei de Bases do SNS, aprovada em 1979 por esta Assembleia. Tão apregoado foi tal propósito que durante alguns meses ouvimos nesta Câmara a escusa à resposta a perguntas que aqui colocámos e a debates que suscitámos, sempre com o argumento que os Deputados da AD se reservavam para a próxima discussão da sua tão desejada Lei do Serviço Nacional de Saúde. Tal debate nunca chegou! E nunca chegou porque o Governo e os seus adeptos o temeram!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E temem-no porque seria muito difícil à pouco hábil equipa governamental da saúde e aos seus apoiantes nesta Câmara fazerem calar a denúncia do escandaloso retrocesso a que se propunham e disfarçar os verdadeiros interesses que defendem. O povo português não deixaria uma vez mais de os identificar com os que têm feito do seu sofrimento a fonte de lucros, que de tão grandes são por si só escandalosos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Preferiu este Governo actuar por outra forma. Por um lado, destruir, pela simples revogação, toda a legislação já existente que corporizava um projecto democrático de defesa de saúde das populações.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Que vergonha!

O Orador: — Por outro, não deixou aqui de mostrar o seu desprezo pelas leis quando estas não servem os seus mesquinhos interesses de classe.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Também aqui, como em tantos outros domínios, se colocou o Governo no terreno da ilegalidade, ao se recusar de uma forma descarada a cumprir a Lei do Serviço Nacional de Saúde a que estava obrigado e ao alterar da forma mais ilegal e juridicamente traumática os prazos de regulamentação a que estava obrigado.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A receita foi simples. Há leis que estorvam o caminho de regresso ao passado e satisfação de privilégios? Destruam-se as leis! Há prazos que obrigam a cumprir uma lei com que não concordam porque é democrática? Desrespeitem-se os prazos! Há, no fundo, um regime democrático que não é feito à sua democrática medida? Altere-se o regime! A isto chamamos nós, também na saúde, a vocação autoritária e passadista deste Governo!

Aplausos do PCP, de alguns Deputados do PS e do MDP/CDE.

Virá este Governo tentar dizer o que fez, já que o que prometeu neste campo, felizmente, também não cumpriu. Virá dizer que melhorou espectacularmente as condições de assistência nas situações de urgência às populações da cidade. Respondemos-lhe que o número de consultas nos bancos dos hospitais centrais se mantiém ao mesmo nível que antes de tais medidas. Que é fazer demagogia, e neste caso quase criminosa, considerarem-se capazes de atendimento a situações urgentes serviços equipados com o mais que insuficiente e precário material existente nos comuns postos médicos das caixas.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Que se tenta utilizar os médicos contra a sua vontade para fazer demagogia eleitoral, criando a falsa sensação de satisfação do direito à

saúde nas populações quando com esta medida se está até a agravá-lo, estimulando o recurso à urgência como forma de suprir a carência em cuidados primários que este Governo despreza. Virá este Governo dizer que aumentou em alguns milhões de contos os gastos com a saúde. Respondemos-lhe que aumentou em 10% relativamente ao ano anterior e que a inflação foi de 24%, o que significa que, mantendo-se apenas os mesmos níveis de investimentos e gastos, se retirou na prática cerca de 4 milhões de contos às despesas com a saúde. Virá este Governo falar das obras humanizantes que prometeu! Respondemos-lhe que as obras que inaugurou, ou já estavam prontas há vários anos ou em grande parte os seus projectos e execução pertenceram a Governos anteriores. E já que falamos em humanização recordemos o corte de 400 mil contos aos orçamentos previstos pelos Hospitais Clínicos de Lisboa. Recorremos o corte de 46 mil contos no orçamento do Hospital de Júlio de Matos, com a indicação, transmitida por este Governo, de que metade desta verba deveria ser cortada nas despesas previstas com a alimentação e um quarto nas previstas com o vestuário.

Vozes do PCP: — Que vergonha!

O Orador: — Posteriormente foram distribuídos mais alguns milhares de contos com a finalidade não de suprir minimamente o que fora cortado mas para a tal «humanização» que o Governo tanto estima em véspera de eleições. Assim, couberam deste presente humanizante 2500 contos ao Hospital de Santa Maria!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Que vergonha!

O Orador: — Para se calcular para o que chegam estes 2500 contos aplicados a humanizar esse colosso de cimento, cor-de-frio, diga-se que, em 1978, só para pôr em funcionamento a maioria das instalações sanitárias e banhos degradados deste hospital e outras pequenas obras em serviços, se gastaram 16 000 contos. Apesar da escassez, não dispensou também aqui o Governo a recomendação expressa que só seriam contempladas com tal verba obras de execução rápida. Na CP, além dos demagógicos e pacórios cartazes, ainda dá para cinzeiros e flores de cores garridas. Aqui só deve dar para os cartazes!

Aplausos do PCP.

A demagogia tem limites e esses deviam ser, em primeiro lugar, o respeito a que todo o ser humano tem direito.

Virá este Governo dizer que legislou e projecta legislar em matérias que interferem directamente com as carreiras dos profissionais da saúde e através desses diplomas melhorar a cobertura de cuidados de saúde que é prestada ao povo português.

Mas é ou não é simplesmente vergonhoso — para além de inconstitucional — o expediente utilizado? Legislar por portaria em matéria que se sabe tão importante e polémica como as carreiras médicas é apenas mais uma vez a confirmação do medo que este Governo tem da discussão pública ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Orador: — ... e principalmente à fiscalização dos mecanismos de constitucionalidade e de legalidade das suas iniciativas.

Aplausos do PCP e do Sr. Deputado do PS António Arnaut.

Desiludam-se este Governo e os interesses elitistas que o apoiam. O tempo em que se utilizava os médicos como classe privilegiada para manobras eleitorais já passou. Grande parte dos médicos e outros profissionais da saúde sabem que é no desenvolvimento da Lei do Serviço Nacional de Saúde que encontrarão possibilidades de verem realizados os seus sonhos de uma carreira digna.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Tal como em todas as grandes questões nacionais, na saúde também o Governo da AD não resolveu um único dos graves problemas existentes; pelo contrário, permitiu que muitos se agravassem.

Será numa política que implemente os centros comunitários de saúde como unidades dinâmicas e polivalentes que as populações e os técnicos encontrarão a concretização dos seus anseios. Será nessas unidades que, inseridas nos próprios concelhos, vivendo junto com as populações, se encontrará resposta local e gratuita para cerca de 95 % das situações de doença que afligem o nosso povo. Será, no fundo, uma política democrática que acabará com as longas esperas, com os gastos inúteis, com as enormes distâncias até aos cuidados essenciais, com o desprezo a que as populações, principalmente as do interior, têm estado votadas. Será uma política que, no fundo, só um Governo democrático poderá levar a cabo.

O Sr. António Arnaut (PS): — Um Governo socialista!

O Orador: — Poderá o Governo e as suas trombetas da comunicação social tentar calar o que aqui dissermos; poderão colocar nos píncaros da eloquência os mais rasteiros argumentos que aqui ouvirmos, poderão construir uma falsa verdade à dimensão e com a solidez deste Governo. O que não poderão calar são os gritos, são as lágrimas, é a revolta no peito de muitos e muitos milhares de portugueses que a esta hora sabem o que custa ser doente e ser-se pobre em Portugal.

Vozes do PCP e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por mais demagogia que faça o Governo e por mais que amplifique a sua máquina de propaganda, não deixarão de morrer homens e crianças pelos caminhos da angústia até ao médico mais próximo; não serão menos dolorosas as horas que se passam em bichas até à vista fugidia de um médico; não serão menos amargas as sopas que não se comem para se poder comprar os medicamentos; não será menor a luta que o povo português trava juntamente com todos os que sabem só ser digno o caminho que se percorre de mãos dadas com esse mesmo povo.

Em consequência das próximas eleições, ou antes delas, a doença da AD será debelada, o direito à

saúde será garantido, e também aqui Abril será realizado.

Aplausos do PCP, do PS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Bastantes meses nos separam já da apresentação e discussão do Programa do Governo AD. Durante o debate, nesta tribuna, os Deputados comunistas não tiveram dúvidas em denunciar qual a política que este Governo iria seguir. Alertaram os trabalhadores e o povo português para os sacrifícios e privações que lhes iriam ser impostos pelo Governo, em benefício de interesses e dos privilégios de grupos privados. Muitos meses se passaram. A análise, à denúncia feitas então pelo Grupo Parlamentar do PCP, há um facto novo a juntar. Ao lado dos comunistas, centenas de milhares de trabalhadores levantam hoje as suas vozes de protesto, a sua resistência e o seu combate à política do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, o que vem confirmar a justeza da nossa análise.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Afirmando o Governo, desta tribuna e no seu Programa, que constituía objectivo prioritário o aumento do poder de compra; que os salários reais iriam subir em 1980; que combateria o desemprego e a discriminação das mulheres; que lançaria programas de emergência para o emprego de jovens e defenderia os direitos dos deficientes; que incentivaría o diálogo e respeitaria a legalidade. Afirmando-nós que, pela sua composição, Programa e objectivos anunciados durante a campanha eleitoral de Dezembro do ano passado, a AD e o seu Governo iriam restaurar a dinâmica de exploração, acumulação, centralização e concentração capitalista que conduzissem à restauração do poder do grande capital e dos latifundiários à custa do agravamento das condições de vida dos trabalhadores e da restrição de muitas das suas liberdades conquistadas.

Vozes do PSD: — Cassette n.º 1!

O Orador: — Quase meio ano passado, é tempo de provar quem falou mentira e quem falou verdade.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Vamos aos factos.

O Sr. Carlos Brito (POP): — Muito bem!

O Orador: — A nível de salários e contratação, o primeiro sintoma que serviria de fio condutor para definir a política deste Governo, neste campo, aconteceu em Fevereiro, aquando do bloqueamento de dezenas de convenções colectivas de trabalho, com prejuízos imediatos para meio milhão de trabalhadores. No mês seguinte, Sá Carneiro aproveitou um pouco do muito tempo que é dado à AD e ao Governo na televisão para afirmar que os aumentos

salariais se iriam quedar pelos 18%. Esta palavra de ordem leva o patronato a apresentar aos sindicatos contrapropostas miseráveis, mantendo-se numa irreduzibilidade provocatória, com a consciência de que tem por si o total apoio do Ministério do Trabalho. Tomando como exemplo grandes sectores como a metalurgia, têxtil e química, envolvendo 625 000 trabalhadores, verificamos que os metalúrgicos estão com os salários contratuais a vigorar desde 1 de Novembro de 1978. Até Junho de 1980 o custo de vida aumentou 35 %. Nos químicos, os salários contratuais actuais são os mesmos que começaram a vigorar em 1 de Outubro de 1978. Até Junho de 1980 o aumento do custo de vida cifrou-se em 36,7%. Nos têxteis, os salários vigoram desde 1 de Janeiro de 1979. Até agora o custo de vida aumentou mais de 31%. Em circunstâncias idênticas estão os trabalhadores da panificação, da função pública, dos fibrocimentos e CTTs. Como poderiam os trabalhadores aceitar as propostas patronais de 16 %, 17 % e 18 %?

A concepção classista e reacionária deste Governo, onde o Ministério do Trabalho assume cada vez mais o papel de fiel assessor da CIP e da CCP, obriga os trabalhadores a recorrerem às formas de luta mais diversas, incluindo a greve, para defendem os seus interesses e sacudir a imposição administrativa e psicológica de um tecto salarial de 18%. Também no sector público o Governo AD usa a contratação colectiva como nova área de confronto social e de ataque às nacionalizações. Nas empresas do sector, o direito à contratação, já fortemente limitado, acaba de ser completamente esvaziado através da Resolução n.º 163/80. O objectivo principal desta resolução é o de permitir o controlo absoluto pelo Governo AD nas negociações das convenções colectivas para o sector público, criando as condições para aplicar medidas e remunerações menos favoráveis do que as do sector privado, atrasar as negociações e transformar os membros dos conselhos de gerência em pouco mais de pombos-correios entre as comissões negociadoras sindicais e os Ministérios da tutela. O caso concreto da EPAL foi o balão de ensaio que ameaça estender-se à Cimpor, Siderurgia Nacional, à TAP e a outras empresas públicas. A Resolução n.º 163/80 é mais uma peça da estratégia de ataque aos interesses dos trabalhadores e às empresas públicas e nacionalizadas, enquadrando-se na declaração de algumas empresas em situação económica difícil; o incumprimento da lei n.º 46/79, não permitindo a entrada em funções de gestores eleitos pelos trabalhadores, viria a culminar na tentativa de fazer passar a lei inconstitucional da delimitação dos sectores.

Outro grande penacho com que a AD se enfeiou durante a campanha eleitoral de Dezembro e durante o debate do Programa do Governo foi a promessa solene do combate ao desemprego. Foi só de pouca dura. Logo na discussão da proposta de lei sobre as Grandes Opções do Plano para 1980, o Ministro das Finanças, Cavaco e Silva, confessou que este ano seriam apenas criados cerca de 19 000 postos de trabalho. Supondo que estes 19 000 lugares a criar não é mais uma promessa AD, onde irão encontrar colocação os 30 000 jovens que saem este ano das escolas e procuram o primeiro emprego?

Aplausos do PCP.

Mais. É a política do Governo que dá alento ao patronato para reprimir e despedir como aconteceu no Hotel Altis, na Lincuri, na Valsar, na Ormiz, e se perspectiva na Sousa Braga. É a ofensiva ilegal e arbitrária do Governo contra a Reforma Agrária, que leva a que milhares de trabalhadores, no Alentejo e Ribatejo, percam os seus postos de trabalho em benefício de escassas dezenas de parasitas, latifundiários e seus compadres.

Mas o Governo AD escolheu uma data simbólica para deixar cair a máscara das promessas não cumpridas quanto à política de emprego. No dia 28 de Maio passado, o Ministério do Trabalho enviou à comissão de trabalhadores da Standard Eléctrica uma cópia do despacho onde se passa um cheque em branco ao grande empório de exploração e opressão internacional, ITT, para que execute o despedimento colectivo de 212 trabalhadores, 200 dos quais são mulheres.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Que vergonha!

O Orador: — É espantoso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que uma empresa que realiza milhares de horas extraordinárias, que está a admitir trabalhadores com contratos a prazo, que não fundamenta razões económico-financeiras suficientes a justificar os despedimentos, que viu sistematicamente recusadas por Governos anteriores as suas intenções, possa agora, com todas as facilidades, levar por diante um dos maiores despedimentos colectivos até hoje realizados no Portugal de Abril.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É falso!

O Orador: — Este acto social qualifica bem este Governo. Para além de ser um delegado dos interesses e privilégios do grande patronato a nível nacional, demonstra também ser um servo atento e venerador daqueles que sem pátria e sem escrúpulos procuram apenas o lucro máximo à custa da mais violenta exploração dos trabalhadores portugueses.

Aplausos do PCP.

Com o cinismo que caracteriza quem não tem vergonha, o Ministério do Trabalho comunicou à comissão de trabalhadores que, caso as necessidades de fabricação venham a exigir aumentos de pessoal, a Standard Eléctrica concederá a preferência de readmissão aos despedidos.

Risos do PCP.

Nem sequer são originais. Seguem as pisadas da multinacional Marriot, que despediu primeiro para contratar a prazo depois. Na Standard Eléctrica, se os trabalhadores e os tribunais silenciassem e aceitassem os despedimentos, daqui a uns tempos começariam a readmitir em regime de contratos a prazo as trabalhadoras mais jovens que só renovariam o contrato enquanto não ficassem definitivamente inutilizadas visualmente.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Uma vergonha!

O Orador: — O escândalo da generalização dos contratos a prazo atingiu tal ponto que hoje no

Norte, em regra, para qualquer ramo de actividade só são admitidos trabalhadores contratados a prazo. Este Governo, para além de reaccionário, é aberrante.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — E o PCP?

O Orador: — Faz da excepção a regra e a regra para si nem sequer é excessão na política de emprego.

Aplausos do PCP.

A repressão às actividades sindicais na zona de Braga, Guimarães, Fafe e Santo Tirso atingiu uma fase impressionante, só tendo semelhanças com a época do regime fascista.

Um exemplo mais a definir este Ministério do Trabalho. Na Mindelo, em Vila do Conde, é impedida a realização de um plenário. O Ministério do Trabalho, chamado a intervir, informa que não podia enviar a Inspecção de Trabalho por falta de verba para a gasolina.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Que ridículo!

O Orador: — Outro exemplo ainda. Centenas de trabalhadores portugueses foram despedidos e expulsos de Israel. Que fez o Ministério do Trabalho e o dos Negócios Estrangeiros? Nada!

Srs. Ministros, Srs. Deputados da AD: Quando nesta tribuna proclamarem que estão a lutar contra o desemprego, pelo fim da discriminação das mulheres, que vão aumentar o poder de compra e fazer subir os salários reais, ao menos tenham vergonha.

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Tenham vergonha vocês!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — É um despudor autêntico!

O Orador: — Lembrem-se da Standard, lembrem-se da Standard Eléctrica ...

Aplausos do PCP.

... do Hotel Altis, da Ormiz, da Lincouri, da Luso-Suíça, da Sousa e Braga, da Plessey, da Audio-Magnética, da Equimetal, das Rendas Primor, da Molin, da Valfar ou dos trabalhadores portugueses expulsos do deserto de Negueve.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É possível que alguém venha aqui dizer que não há tecto salarial porque os 18% foram ultrapassados em muitos sectores e empresas; que existe diálogo porque dezenas de greves até foram desconvocadas; que a declaração da Rodoviária Nacional e da Sorefame em situação económica difícil foi um erro técnico; que o bloqueamento das quarenta convenções colectivas foi um erro de interpretação jurídica, que a pacotada laboral em preparação ainda não saiu por falta de tempo. A verdade, porém, é que em todos os pequenos e grandes êxitos alcançados pelos trabalhadores nunca houve benesses do Governo, as antes recuos forçados impostos pela poderosa resposta das massas populares.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Aos que têm a memória curta, recordo que aqui mesmo nesta Assembleia se fizeram acusações graves às greves dos trabalhadores da Rodoviária Nacional e da Petrogal, recordo os comunicados governamentais a lançar o alarmismo entre a população e a praticar a distorção dos factos, com o objectivo de manipular a opinião pública e criar as condições para restringir direitos legais e constitucionais dos trabalhadores. Jornais afectos ao Governo proclamaram mesmo que se estava a preparar uma insurreição.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Ridículo!

O Orador: — Aprendam isto, Srs. Ministros e Srs. Deputados da direita. Quando os trabalhadores vão para a greve, não o fazem por capricho ou de ânimo leve; sabem que o seu salário fica mais curto ao fim do mês. Mas porque têm uma elevada consciência política, enquadram sempre a sua luta no rigoroso respeito pela Constituição da República Portuguesa, conjugando a defesa dos seus interesses com a defesa mais geral das conquistas do 25 de Abril e da democracia portuguesa.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Governo atacou e violentou estes valores. Por isso, os trabalhadores portugueses ...

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Trabalhadores portugueses comunistas!

O Orador: — ... exigem a sua demissão. Por isso, nas próximas eleições a AD comparece perante o eleitorado para ser julgada ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Querias...!

O Orador: — ... pela política de ataque violento e sistemático aos direitos fundamentais dos trabalhadores e das suas estruturas representativas, de protecção, estímulo e cumplicidade com os interesses, as manobras e a repressão patronal, de sabotagem da contratação colectiva, de obstrução ao exercício do controlo de gestão pelos trabalhadores ...

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Cassette estafada!

O Orador: — ... de recurso ilegal à requisição civil em violação da lei da greve e das liberdades sindicais, do alastramento dessa autêntica chaga que são os contratos a prazo, de autorização e cumplicidade nos despedimentos colectivos e selectivos.

A condenação desse julgamento será a sua derrota nas próximas eleições, permitindo às forças democráticas, aos homens e mulheres que estão com o Portugal de Abril, possuir o caminho da justiça, do progresso, o caminho que a Constituição da República de 1976 aponta e que um dia será uma realidade na nossa pátria, quer queiram, quer não, Srs. Deputados.

Aplausos do PCP, de alguns Deputados do PS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Brito, o vosso partido dispõe ainda de oito minutos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, queria dizer que terminámos, por nosso lado, a abertura da interpelação.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, é para, nos termos regimentais, pedir meia hora de interrupção.

O Sr. Presidente: — Está concedido, Sr. Deputado. Está interrompida a reunião.

Eram 16 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Vamos dar reinício aos trabalhos.

Eram 17 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Dada a circunstância de se terem alongado os trinta minutos regimentalmente solicitados pelo CDS, a Mesa considera que está também preenchido o tempo do intervalo normal dos trabalhos e seguiremos agora sem interrupção até ao cumprimento da agenda de hoje.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Nós apresentámos, de acordo com o Regimento e com a Constituição, uma interpelação — o que terá a ver com a presença do Governo aqui —, durante a qual nos referimos criticamente à actuação dos órgãos de comunicação social, pressionados por este Governo, tendo constatado que ao longo de uma hora em que apresentámos os nossos argumentos a televisão não esteve presente. Agora, prestimosamente, ou talvez por qualquer outro acaso — visto que não estou a acusar nenhum dos trabalhadores que aqui estão com a máquina —, ela está no Plenário da Assembleia.

Assim, a questão que se põe é esta: com que legitimidade se vão agora colher imagens daquilo que o Governo vá dizer em resposta ao que nós dissemos, quando não se colheu nenhuma imagem daquilo que a oposição, através do Partido Comunista Português, expôs e das questões que colocou com a interpelação regimental e constitucional ao Governo? Parece-nos que é totalmente ilegítimo que não havendo imagens do interpelante haja imagens do Governo. Esta é a questão que ponho à Mesa, e ao Governo também, e ponho-a como questão prévia ao prosseguimento

dos nossos trabalhos. Não entendemos que possa ser possível que à nossa vista, ob os nossos olhos, se manipule a informação sobre os trabalhos desta Assembleia. Se a televisão não pôde, por qualquer motivo, colher imagens da nossa interpelação, não deverá colher imagens da resposta do Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, sempre que tem havido algumas tarefas impostas a esta Câmara com particular realce ou interesse, o caminho que se tem seguido, algumas vezes pelo menos, tem sido o de, em reunião dos grupos parlamentares, se estabelecer um plano nomeadamente para o caso particular da televisão o método adoptado tem sido o de se fazer uma planificação das filmagens, cabendo aos grupos parlamentares e aos partidos interessados a selecção do que, segundo as possibilidades da televisão, pode e deve ir para o ar.

Não estive, como VV. Ex.^{as} sabem, na conferência dos grupos parlamentares em que se preparou cesta interpelação ao Governo — estava constitucionalmente impedido de o fazer —, e neste momento a Mesa vê-se confrontada com a interpelação que V. Ex.^a lhe dirigiu. Devo dizer-lhe que, sejam quais forem as razões que determinaram a televisão, a rádio e a imprensa a estar agora ou não estar logo, a vir hoje ou não vir amanhã, à Mesa o único caminho que resta é apenas este: aos órgãos de comunicação social é inteiramente livre o acesso à Sala e tomam as imagens que entenderem. O protesto que V. Ex.^a apresentou, apresentá-lo-á às instâncias competentes.

O que a Mesa não pode dizer à televisão é: «Os senhores estão proibidos de filmar ou de recolher seja que imagem ou que som por agora, porque não o fizeram antes.»

O critério é dos órgãos de comunicação social. Poderá V. Ex.^a ter toda a razão, mas o que é certo é que a Mesa sente que faltaria ao mais elementar dever de liberdade, que é o da informação, se por qualquer motivo, e a solicitação de qualquer partido, proibisse fosse que órgão de comunicação social fosse de colher meios de informação para o público.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Nestas circunstâncias, a Mesa não pode, de modo nenhum, dizer, nem à televisão, nem à rádio, nem a nenhum órgão da imprensa escrita: «O senhor não toma agora os seus elementos de informação porque não os tomou antes.» Parece-me que essa seria a mais condenável das atitudes por parte de uma Assembleia livre e soberana.

Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, faço a justiça de pensar que o Sr. Presidente compreendeu as minhas palavras e certamente não lhe pedímos que proibisse qualquer órgão de comunicação social de, em conformidade com aquilo que...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, permita-me uma interrupção. É que V. Ex.^a abordou muito expressamente essa hipótese e isso eu não posso fazer.

O Orador: — Sr. Presidente, se me dá licença eu continuo...

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Orador: — Como ia dizendo, não lhe pedímos que proibisse que qualquer órgão de comunicação social registasse desta Assembleia, quer por apontamento escrito, quer por apontamento gravado, em som ou imagem, os momentos que entenda poderem ser representativos dos seus trabalhos, com o critério que entenda seguir. Mas é flagrante, neste caso, que há uma possível manipulação por parte da televisão. E digo possível, porque pode não ser intencional — e eu vou a este limite pois sou de uma credibilidade extrema. Mas quando interpelei a Mesa e me dirigi também aos Membros do Governo foi porque esperava que o mínimo de sensatez e de dignidade da sua parte os levasse a pedir a palavra para explicar o que entendessem sobre este assunto.

A verdade é que a televisão durante uma hora não esteve aqui e agora está; a verdade é que durante uma hora o Partido Comunista Português expôs o que tinha a expor sobre este assunto e nenhuma imagem foi registada e agora o Governo vai responder e vão-se tomar imagens, tudo leva a crer, pois a máquina não estará ali propriamente para se passear na Assembleia da República...

Foi esta a questão que levantei e é evidente que, como o Sr. Presidente, entendemos que não cabe ao Sr. Presidente proibir ninguém de tomar vistas, apontamentos ou gravações sonoras daquilo que se passa nesta Câmara.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, é evidente que V. Ex.^a acaba de fazer as considerações que entendeu judicioso que fossem feitas, mas usou a fórmula de interpelação à Mesa; pediu concretamente à Mesa que evitasse uma filmagem do que ia passar-se de seguida, porque não tinha sido filmada a parte que tinha passado já. E foi isso que a Mesa, que foi interpelada, respondeu directamente, nos termos em que o fiz. De modo que quanto à Mesa o assunto está encerrado e, de resto, V. Ex.^a dispunha de oito minutos ainda que se quisesse utilizar teria possibilidade de o fazer.

Se deseja ainda usar da palavra, tenha a bondade, Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Não é utilizando o tempo do meu Partido, Sr. Presidente, mas ainda em termos do esclarecimento da interpelação à Mesa que eu diria que o que suscitei foi a questão da manifesta inadmissibilidade da atitude da televisão. Esta questão foi posta em público, ou, se se quiser, perante o Plenário da Assembleia e perante todos os que estão aqui, que ou são membros desta Assembleia ou por direito próprio participam nela — cada um assumirá as posições que entender e as responsabilidades que lhe caibam.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Lei da rolha!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Lei da rolha é isto: proibir falar!

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Pede a palavra, para que efecto, Sr. Deputado?

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, eu desejaria se me for permitido, protestar relativamente à interpelação feita à Mesa pelo Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o Partido Comunista Português dispõe de uma hora para fazer a introdução da interpelação que pediu ao Governo. O Sr. Deputado Veiga de Oliveira fez uma interpelação à Mesa, dispunha ainda de tempo, mas a Mesa não o considera regimentalmente como interpelação, embora para tal tenha sido solicitada a palavra. O tempo que se segue é o do Governo, aliás a quem o Sr. Deputado Veiga de Oliveira interpelou directamente. Neste momento não pode usar da palavra nenhum outro partido, e, portanto, peço-lhe imensa desculpa.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efecto deseja usar da palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, era para dar ainda um esclarecimento suplementar acerca da questão que aqui foi colocada pelo meu camarada Veiga de Oliveira. Uma vez que o Grupo Parlamentar do PCP ainda dispõe de tempo para isso, embora em termos de interpelar a Mesa, mas consumindo tempo de PCP, eu, se o Sr. Presidente me der a palavra, faria ainda breves considerações adicionais ao que já foi dito pelo meu camarada Veiga de Oliveira.

O Sr. Presidente: — V. Ex.^a dispõe de cinco minutos, Sr. Deputado.

Faça favor de usar da palavra.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O que o Grupo Parlamentar do PCP, através do meu camarada Veiga de Oliveira, quis significar, é que consideramos inadmissível em democracia que os órgãos de comunicação social estatizados, com directores nomeados pelo Governo — no caso concreto da televisão, com um director nomeado pelo Governo e da cor política do mesmo — não tenham feito a cobertura de acusações muito concretas, de atropelos e de atentados do Governo em relação ao nosso povo, em relação a camadas das mais desfavorecidas da população portuguesa e venha agora aqui muito provavelmente para colher imagens da propaganda oficial! É isto que queremos significar. E não se trata de um órgão de comunicação social que vem aqui livremente colher imagens do Governo, colher imagens da oposição, e dar aquelas que são mais sugestivas e que têm mais qualidades, sob o ponto de vista da informação. Não é isso. A televisão, como todos bem sabemos, é controlada por um político da con-

fiança absoluta do Governo, é controlada por um propagandista encartado do Governo da AD. É isso que o Grupo Parlamentar do PCP quer significar.

Aplausos do PCP.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — O Carlos Brito, venda a cassette!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Têm medo!

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Está a ver-se ao espelho, Sr. Deputado. Vocês não têm assunto!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Isto também se pega!

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — O que vocês têm é medo!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, entramos agora no período de sessenta minutos destinado ao Governo, para responder às intervenções iniciais desta interpelação pedida pelo PCP.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais.

O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais (Morais Leitão): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados: Pela quarta vez, em poucos meses de Governo, compareço nesta Câmara para participar em debate de fundo sobre matéria relativa aos direitos e aos deveres sociais dos Portugueses. Assim aconteceu em Janeiro, aquando da discussão e aprovação do Programa do Governo, repetiu-se em Março quando a oposição interpelou o Governo sobre política económica e social, voltou à liça em Maio aquando da aprovação do orçamento da segurança social e sobe de novo ao Plenário, neste princípio de Junho, como objecto de interpelação do Partido Comunista Português.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Eles não querem deixar governar!

O Orador: — Dir-se-ia que valia a pena tal constância se esta interpelação pudesse servir — ou puder servir — para um melhor esclarecimento de todos os Portugueses sobre o quê e o porquê do que se tem feito, sobre o que se deve fazer e sobre o que se pode fazer em matéria tão relevante como é a da satisfação dos direitos sociais.

Se assim fosse — ou se assim for — não se colocaria a questão de estar sendo excessivo o tempo em que se é forçado ao debate e de estar a ser reduzido o tempo deixado disponível para realizações concretas.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mas, infelizmente, os termos em que esta interpelação acaba de ser apresentada e o discurso político que o partido interpelante vem adoptando em matéria social, parecem, logo no início deste debate, que o que se pretende não é uma conciliação de métodos diferentes, nem a formação de um consenso que possa assegurar maior eficiência na satisfação dos direitos sociais dos Portugueses.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não haja, porém, a menor dúvida de que o Governo, para além de cumprir o dever político de participar neste debate e de esclarecer esta Câmara, vai novamente, como já sucedeu nas anteriores interpelações, demonstrar a falta de razão do partido interpelante e a falta de autoridade moral de quem pretende que se tivesse feito em cinco meses o que não foi feito em cinco anos.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não é por acaso, aliás, que esta interpelação surge neste preciso momento.

É que se entrou na época em que das palavras se está a chegar aos actos. Atingiu-se o momento em que a população portuguesa já começou ou vai começar a receber os benefícios das reduções de impostos...

Risos do PCP.

..., da contenção de preços, dos aumentos das pensões e dos aumentos dos abonos de família e dos subsídios complementares ...

Risos do PCP.

..., que o Governo executou ou decretou recentemente em cumprimento do seu Programa e que no seu conjunto representam uma devolução aos Portugueses de cerca de 40 milhões de contos.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Responda às questões, Sr. Ministro...

O Orador: — Daí o nervoso da oposição que deixou de poder falar em demagogias ou em eleitoralismo, para passar a ter de pretender que é pouco o que se fez.

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Muito bem!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — O nervoso não; o riso!

O Orador: — O bem-estar dos Portugueses aumenta na razão inversa do bem-estar da oposição!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Em matéria de segurança social, o primeiro e grande objectivo deste Governo era e é o da recuperação financeira do sistema e o da recuperação da imagem e do prestígio da instituição como instrumento indispensável para as respostas sociais que lhe competem. É conhecida a situação que ocorria no momento em que tomámos posse. A segurança social havia-se transformado num credor vulgar que a generalidade dos cidadãos qualificava de poço sem fundo e a quem a generalidade das empresas, à menor dificuldade de tesouraria, deixava pura e simplesmente de pagar.

As dívidas em mora atingiam, em 31 de Dezembro de 1979, 28,7 milhões de contos; e a este brutal número se tinha chegado não em desaceleração mas em crescente agravamento, sinal inequívoco de que a respectiva relação causal se reportava menos à crise económica de 1975 do que à acentuada perda de prestígio que vinha caracterizando a gestão da segurança social.

A gravidade da situação era e é de tal ordem que mesmo os primeiros meses de 1980 se saldaram com um acréscimo das dívidas.

Risos do PCP.

Como antídoto, o Governo estudou prioritariamente e implantou o novo regime jurídico de contribuições à Previdência constante do Decreto-Lei n.º 103/80, de 9 de Maio. Aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Abril, só em 9 de Maio veio a ser publicado, com um consequente protelamento ligeiro na produção dos seus efeitos.

Mas tal decreto mereceu e vem merecendo a geral aceitação das forças sindicais, das associações patronais e até segundo creio, dos partidos políticos, já que nenhum deles pediu até hoje a sua sujeição a ratificação.

Da eficácia das novas disposições, que curiosamente nenhum Governo anterior havia tido a coragem ou a capacidade de as tomar na sua plenitude, resultará, estamos certos, a realização dos objectivos que nos propusemos no orçamento da segurança social — recuperação de cerca de 9 milhões de contos das dívidas em mora, o que, tendo em conta as naturais quebras de cobrança, permitirá atingir o final deste ano com um saldo não excedente ao do final do ano anterior.

Se se quiser ter um mínimo de seriedade na discussão política e se se quiser ou quem quiser defender efectivamente a segurança social dos trabalhadores portugueses melhor será que todos ajudem a resolver um problema que é de todos e que se não for agora atacado, como este Governo o fez, não mais haverá segurança social financeiramente capaz.

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Atacar, atacar!

O Orador: — Mas se a situação financeira era caótica, trágico foi também o legado que nos foi deixado em matéria de organização da segurança social.

Convictos de que a estatização e a destruição da sociedade civil eram a panaceia dos males universais que proclamavam, os Governos ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Quais governos?

O Orador: — ... dominados pelo Partido Comunista haviam confundido a ideia de unidade do sistema da segurança social com a concepção unitarista das estruturas ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Quais??!

O Orador: — ... que é própria de uma visão marxista da organização da sociedade.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Quais estruturas??

O Orador: — Já lá vamos, Sr. Deputado!

Progredir na pluralidade e na dialéctica estrutural era o principal inimigo a abater. E daí que se houvessem confiscado as Misericórdias da principal parcela dos seus patrimónios ...

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — ..., daí que se houvessem oficializado inúmeras instituições privadas de solidariedade social, daí que se houvessem legalizado numerosas ocupações ilegais e até violentas ...

Vozes do PCP: — É falso!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Foi com o Governo de Maria de Lurdes Pintasilgo! ...

O Orador: — ... de outras tantas creches, infantários e lares de idosos, daí, finalmente, que as Casas do Povo houvessem sido preparadas para a sua pura e simples absorção pelo comando que se desejava unitário da segurança social.

Todo esse legado turbulento e destrutivo dos anos de 1974 e 1975 fora felizmente detido, honra lhe seja feita, pelos Governos da responsabilidade ou da inspiração do Partido Socialista.

Uma voz do PS: — Toma!

O Orador: — Mas fora apenas detido e não rectificado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E a segurança social, sujeito passivo de uma lei orgânica que esta Assembleia ratificou com emendas através da Lei n.º 55/78, encontrava-se à data da posse deste Governo em situação que em melhor qualificaria de inorgânica.

Não eram apenas as Misericórdias, as Casas do Povo e as instituições privadas que definhavam, umas vivendo à mesa do Orçamento na base de subsídios pedidos e discricionariamente atribuídos, outras vivendo em regime prepotente e temporalmente indefinido de comissões administrativas de nomeação governamental.

Eram também os próprios organismos centrais da segurança social que, embora criados no papel há quase dois anos, persistiam num estádio de indefinição, sem lei orgânica, sem quadros, com o pessoal desmotivado, sem futuro claro e sem evolução nas suas carreiras.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Este Governo, fiel aos seus objectivos de repúdio da estatização, de promoção da sociedade civil e de construção do Estado democrático, fez nestes cinco meses o máximo que humanamente se poderia ter feito.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Revitalizámos as Misericórdias, publicando o Decreto-Lei n.º 14/80, de 26 de Fevereiro, e concretizando acordos indemnizatórios que devolverão a essas instituições a sua autonomia e a sua capacidade de sobrevivência, como expressão que são do associativismo das populações.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Sanearam os que não eram da AD ...!

O Orador: — Dinamizámos as instituições privadas, promovendo a aplicação do estatuto legal que acaba de ser publicado e iniciando uma política de atribuição de subsídios segundo critérios objectivos, dependentes dos resultados.

Iniciámos a regularização da situação das Casas do Povo, acabando com o regime generalizado de comissões administrativas, que prejudicava o exercício normal dos direitos associativos, e restituindo essas instituições à livre vontade das populações que devem servir.

Finalmente, na linha do esforço organizativo que vimos desenvolvendo, elaborámos, aprovámos e estamos implantando as leis orgânicas dos três principais órgãos centrais da segurança social e prosseguimos a obra de regionalização e descentralização que é vital à eficiência e à humanização da segurança social.

Também no plano da organização houve e praticou-se, assim, uma verdadeira mudança: a do abandono de soluções estruturais unitaristas, a do privilégio concedido à articulação do sector estatal com o sector privado com repúdio da absorção que deste vinha fazendo-se e a da capacidade de legislar e implantar órgãos centrais e regionais eficientes sem os quais nunca a segurança social poderá desempenhar, a contento, as suas funções essenciais.

Mas para além da recuperação financeira e da implantação de uma organização racional e pluralista, o Governo pôde ainda, nestes poucos meses da sua actividade, planejar, legislar e executar todo um conjunto integrado de melhorias nas prestações sociais. E é aqui que a oposição mais se tem agitado, procurando a todo o custo ofuscar a validade do que se fez e usando os mais diversos e até contraditórios argumentos para desacreditar a obra realizada.

Tudo começou quando o V Governo Constitucional, já em plena campanha para as eleições de 2 de Dezembro, resolveu aumentar as pensões mininas, quando todos os partidos incluíam tais aumentos como suas promessas.

Já que todos prometiam, aquele Governo que era provisório e se destinava a preparar eleições, resolveu antecipar-se.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Fez muito bem!

O Orador: — A partir daí todos os argumentos passaram a valer. O Partido Comunista começou por acusar o Governo de não querer pagar os benefícios sociais decididos pelo V Governo.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Logo a seguir, quando viu que o Governo ia processar os aumentos das pensões mínimas, passou a acusá-lo de atrasar os pagamentos.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E, finalmente, quando os aumentos foram pagos e novas regalias sociais foram concedidas, o Partido Comunista passou a reivindicar novos

e irrealistas aumentos e a proclamar simultaneamente que o que se fez se devia ao V Governo.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É o costume!

O Orador: — Ora, é bom que fique claro e aqui seja dito, que este Governo foi o único, nos últimos cinco anos, que conseguiu planejar e executar um sistema integrado e completo de melhorias dos benefícios sociais.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Isso é falso!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Vá ouvindo. São os factos!

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — É falso!

O Orador: — Aumentou-se o abono de família pela primeira vez desde 1974 e em valores que em muito excedem o aumento do custo de vida esperado para este ano.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — É falso!

O Orador: — Aumentaram-se os subsídios complementares de nascimento, casamento, funeral e aleitamento, pela primeira vez nos últimos cinco anos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Aumentaram-se as pensões por doenças profissionais dos beneficiários da Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais que são 31000 e não 461 pela primeira vez nos últimos cinco anos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Aumentaram-se as pensões de reforma, invalidez e sobrevivência acima das mínimas, beneficiando cerca de 260 000 pensionistas e indexando-as pela primeira vez acima do aumento esperado do custo de vida.

E fez-se tudo isto com os meios financeiros próprios da segurança social, sem afectar o já muito exaurido Orçamento Geral do Estado.

Uma voz do PSD: — Esta é que é a verdade!

O Orador: — Aliás, não assiste a menor razão ao partido interpelante quando vem afirmando que o Governo despreza os rurais e os pensionistas mínimos.

Isto porque nunca na história da segurança social portuguesa se conseguiu, sequer, atingir o princípio da anualidade na revisão das pensões.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Basta ver o que se passou nos últimos anos.

Em matéria de pensões mínimas, aumentadas que foram em Janeiro de 1975, só em Fevereiro de 1977

(mais de dois anos depois) foram revistas, para depois se aguardarem dezasseis meses até à revisão de Julho de 1978 e para finalmente se esperarem mais dezenove meses para serem alteradas em Dezembro de 1979.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — O Mota Pinto da AD é que não aumentou!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Esse Governo não era nosso!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Diga isso ao Soares Carneiro!

O Orador: — E agora vem o Partido Comunista Português pretender criticar o Governo, por não rever já o montante das pensões mínimas, apenas seis meses depois de decretado e apenas três meses depois de processado o último aumento; isso sim constitui crítica eleitoralista e demagógica.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Governo pretende, em matéria de pensões, instaurar o princípio da anualidade na revisão dos seus montantes, espera criar as condições financeiras necessárias para o respeitar rigorosamente e espera poder continuar, para o futuro, a garantir e aumentar sempre que possível o poder de compra dos pensionistas.

Foram essas as promessas eleitorais da Aliança Democrática, foram esses os objectivos do Programa do Governo aqui aprovado e são esses os objectivos que o Governo já cumpriu.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Está no direito do Partido Comunista ter opinião diferente.

Para o Governo o que importa, porém, é que os beneficiários da segurança social, as famílias, particularmente as mais numerosas, os idosos, os inválidos, esses milhões de pessoas carecidas da sociedade portuguesa sabem, porque já o receberam ou vão em breve receber, que este Governo tomou em seu favor medidas concretas e concedeu um conjunto de novos benefícios que nunca nenhum dos Governos anteriores conseguira assumir.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Passando agora para o sector da saúde, outro dos sectores mais importantes da política social do Governo e do bem-estar dos cidadãos, poderei dizer a esta Câmara que a situação real que nos foi deixada é bem pior do que aquela que foi possível diagnosticar aquando da discussão do Programa do Governo.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Para começar foi necessário esperar pelos princípios de Fevereiro, um mês depois da tomada de posse deste Governo, para se poderem conhecer em toda a sua extensão o conjunto de decretos-leis, de portarias e de despachos que o V Governo entendera elaborar e aprovar em matéria de saúde

já depois de conhecidos os resultados das eleições de 2 de Dezembro.

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Uma vergonha!

O Orador: — Esses diplomas, que a oposição agora chama pomposamente de regulamentação do Serviço Nacional de Saúde, constituíam a determinação em *Diário da República* de um serviço de saúde completamente estatizado e funcionalizado, interpretando da forma mais rigidamente burocrática a relativa maleabilidade que ainda se contém na Lei n.º 56/79.

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — Vocês não gostam é da lei!

O Orador: — Extinguiam-se de uma pena a Direção-Geral de Saúde, o IAP, o SLAT, e os Serviços Médico-Sociais, entre outros, para se criar, na palavra, o Departamento dos Cuidados Primários; instituíam-se as ADS como senhoras todas poderosas dos serviços distritais de saúde; transformavam-se os clínicos gerais, que se dizia querer instituir, em funcionários públicos remunerados com a letra F; mudava-se o nome dos actuais «postos das caixas», como vulgarmente se chamam para centros comunitários de saúde, como se estes pudessem garantir imediatamente o que aqueles não asseguram.

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — Isso é falso!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — E o Sr. está a fazer demagogia!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, VV. Ex.ª têm todo um tempo de debate previsto durante o qual poderão intervir. Pedia-lhes o favor de se conservarem em silêncio durante a intervenção, e poderão depois usar da palavra nos tempos que lhes estão reservados. É a única forma de os trabalhos poderem continuar disciplinadamente.

Tenha a bondade de continuar, Sr. Ministro.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Mas há limites, Sr. Presidente ...

O Orador: — A dita legislação do V Governo em matéria de saúde foi precipitada e continha graves erros e, por isso, teve de ser em parte revogada, o que se fez com o Decreto-Lei n.º 81/80, de 19 de Abril.

Mas a opção deste Governo ao nível da organização dos serviços de saúde não se traduziu apenas em revogar o legado do V Governo e em adiar para 15 de Setembro próximo a regulamentação dos órgãos correlativos.

Entendeu-se, simultaneamente, que existem duas funções fundamentais, sem cujo desempenho correcto e organização eficiente nunca haverá serviços públicos de saúde que funcionem capazmente. Refiro-me em concreto à função financeira e à função de gestão dos recursos humanos.

Até aqui têm essas funções sido exercidas dispersamente pela Direção-Geral de Saúde, pela Direção-Geral dos Hospitais e pelos Serviços Médico-Social

ciais e têm sido exercidas na mais completa das dis-
persões, em termos de nem sequer se saber ao certo
quais os recursos humanos de que efectivamente se
dispõe.

Dai que este Governo, dentro da prioridade que assumiu de racionalizar a gestão dos serviços públicos de saúde, tenha mantido os decretos do V Governo que, apesar de algumas imperfeições, criaram o Departamento dos Recursos Financeiros e o Departamento dos Recursos Humanos da Saúde e esteja fazendo os maiores esforços para implantar tais departamentos e alcançar dentro de pouco tempo a gestão racional de que aquelas funções carecem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Teria sido fácil fazer demagogia; teria sido fácil para uns revogar tudo e dizer que se ia preparar uma nova lei do Serviço Nacional de Saúde por não se concordar com a actual ...

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — É uma vergonha o que está a dizer!

O Orador: — ... teria sido fácil para outros manter tudo em vigor e deixar os serviços cair no caos orgânico que resultaria da entrada em vigor simultânea de normas orgânicas que tudo substituam ou destruam do passado.

Preferiu-se a via realista. E assim fazendo, o Governo está certo de que em breve terá uma gestão dos recursos humanos e uma gestão financeira sem as quais nunca haverá serviços públicos de saúde.

Mas o problema fundamental da saúde, hoje, em Portugal não é o da implantação de novos órgãos centrais do Estado nem o da extinção ou fusão de serviços regionais ou locais.

O problema fundamental é o de saber se será admissível que, em nome de uma interpretação restritiva e colectivista do artigo 64.º da Constituição, se imponha a organização de um serviço estatizado que demorará seis, dez ou mais anos a concluir e que, nada garante venha a funcionar melhor do que o actual ...

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — É uma vergonha o que está a dizer!

O Orador: — ... ou se, pelo contrário, é exigível aos responsáveis políticos, que dêem prioridade a acções concretas de melhoria imediata do sistema, no plano das instalações e no plano da qualidade e da quantidade da assistência médica prestada, conciliando assim as necessidades de hoje com a realização a prazo dos objectivos constitucionais.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — Vá dizer isso ao povo português! ...

O Orador: — O problema é, em suma, o de saber se o Serviço Nacional de Saúde pode continuar a ser uma bandeira política a cuja proclamação se sacrificam os mais basilares princípios do planeamento

e da organização ou se deve ser a resultante de um programa realista de acção que concilie as necessidades imediatas com os objectivos a longo prazo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sendo esta a questão, a escolha do Governo foi clara, a opção foi feita pelo privilégio às acções concretas mais importantes ...

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — E mais privilégios!

O Orador: — ... e pela criação de condições que permitirão planejar a evolução gradual da actual organização.

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — Demagogia!

O Orador: — Dissemos no nosso Programa que iríamos introduzir melhorias a curto prazo no funcionamento dos serviços prestadores. Fizemo-lo quando implantámos os serviços de atendimento permanente que, abertos todos os dias das 8 horas à meia-noite, já estão atendendo, sem o menor atraso, mais de 1000 pessoas por dia em Lisboa e no Porto.

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — Que vergonha!

O Orador: — Fizemo-lo quando criámos o Gabinete de Emergência Médica, de cuja acção se verão a curto prazo fortes melhorias nos serviços de urgência dos nossos hospitais.

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — Que vergonha!

O Orador: — Fizemo-lo quando desbloqueámos o Hospital de Santa Cruz, que em breve iniciará as intervenções de grande cirurgia.

Fizemo-lo quando abrimos o Serviço Central de Oftalmologia que, pela interligação dos hospitais com os Serviços Médico-Sociais, acabará, dentro de poucas semanas, com os atrasos nas consultas da especialidade no Sul do País, permitindo cerca de quinhentas consultas por dia.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — Só marca consultas a partir do dia 25 de cada mês!

O Orador: — Fizemo-lo quando procurámos e procuramos acelerar a construção dos centros de saúde planeados, que se encontravam atrasadíssimos, quando procurámos ultimar os Hospitais de Vila Real, Viana do Castelo, Santarém e Chaves, que estão em fase final e quando iniciarmos a construção, que está para muito breve, dos Hospitais de Leiria, Guimarães e Peniche.

Vozes do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, e dentro da mesma opção de base, anunciamos no Programa do Governo

medidas de racionalização dos consumos de saúde e de redução das assimetrias regionais e funcionais.

Fizemo-lo com a regulamentação das relações entre os hospitais centrais e os hospitais da periferia quanto ao envio de doentes entre tais unidades.

Fizemo-lo com a recente abertura e execução do concurso nacional que permitirá colocar quinhentos especialistas nos hospitais distritais até ao final de Setembro.

Fizemo-lo com a reorganização da carreira de administração hospitalar.

E fá-lo-emos com a implantação que está quase pronta de um formulário de medicamentos comparticipado para os cuidados extra-hospitalares, com a implantação, dentro de poucas semanas, das carreiras de clínico geral, de saúde, de enfermeiros, de empregados gerais e de técnicos superiores de laboratório e com o lançamento de um registo central informatizado de todo o pessoal do sector, o qual permitirá, finalmente, uma correcta gestão do pessoal de saúde.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Ao adoptar e privilegiar todas estas medidas concretas, o Governo tomou uma opção que é claramente contrária à do Partido Comunista Português.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Felizmente!

O Orador: — Para este partido o que interessa é regulamentar um serviço público de saúde com variados e numerosos órgãos burocráticos e com preferência pela implantação de uma rede de cuidados primários assente na subordinação da medicina curativa ambulatória à saúde pública.

Vozes do PCP: — É verdade!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É a classe burocrática!

O Orador: — Para o efeito, criaram-se centros de saúde que substituíram os actuais postos dos serviços médico-sociais, e depois, acrescenta-se, conseguindo-se o milagre de que esses centros não funcionariam tão mal como os actuais postos das caixas.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Isso duraria seis, dez ou mais anos, começar-se-ia da província para as grandes cidades e até lá as populações deveriam contentar-se com o que têm.

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — Vai ver que não!

O Orador: — Tudo isso seria, segundo o Partido Comunista, cumprir a Lei do Serviço Nacional de Saúde. Não o fazendo, assim, o Governo não estaria a cumprir a lei.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — E não está!

O Orador: — Teria sido fácil ao Governo integrar-se nessa dialéctica. Poderíamos ter arranjado um con-

junto de juristas, fazer sem nenhum planeamento uma nova Lei do Serviço Nacional de Saúde e prever novos órgãos centrais e locais... para depois passar à discussão pública. Ou poderíamos ter deixado em vigor todos os decretos do V Governo, deixar a orgânica estatal piorar mais ainda e depois verificar a breve prazo que não se arranjavam clínicos gerais com a letra. F e em nada se melhoravam os serviços.

Não foi nenhuma dessas, como era nosso dever, a opção tomada. Não porque a actual lei não vá oportunamente ser revista quando um correcto planeamento organizativo e financeiro puder estar concluído.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Mas sim porque, até lá, o Governo entendeu, face ao conhecimento concreto da situação dos serviços de saúde, que não era prioritária a revisão da Lei n.º 56/79, dado que muito se tem feito e pode fazer, antes disso, aproveitando-se o mínimo de maleabilidade que a actual lei permite nos seus artigos 15.º, n.º 2, 52.º e 53.º

Aliás, parece que é questão de simples bom senso reconhecer-se que o actual sistema dito «das caixas» não pode perdurar por mais seis ou dez anos, salvo se se quiser forçar as pessoas a irem às 5 horas da manhã para as bichas ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — É o que o Governo faz!

O Orador: — ... impor às populações demoras de longos meses no acesso a algumas especialidades e obrigar milhares de médicos a trabalhar num sistema em que gastam a maior parte do seu tempo útil a passar receitas ou a requisitar consultas de especialidades que outros recomendam aos doentes.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

Vozes do PCP: — É preciso ter lata!

O Orador: — Por reconhecer isso o Governo tomou as variadas medidas concretas que deixei expostas e vai tomar outras bem notórias que acabarão com as bichas nas marcações das consultas nos serviços médico-sociais.

Applausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados reformadores.

Assim fazendo, dar-se-á mais um passo decisivo no sentido de melhorar a qualidade dos cuidados de saúde a que os Portugueses têm acesso.

O Sr. José Ernesto de Oliveira (PCP): — Mas o que é que faz o Governo?

O Orador: — Assim fazendo dá-se a resposta adequada ao ilogismo de uma oposição que contantemente excita a opinião pública com histórias sobre os atrasos e os abusos dos serviços médico-sociais, quando foi ela própria oposição quem esteve quatro anos no Governo ...

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — E o CDS?

O Orador: — ... e deixou aqueles serviços de saúde no estado em que se encontram.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — E o seu partido?

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este Governo diminuiu a inflação ...

Risos do PCP e do PS.

... reduziu os impostos, aumentou as prestações sociais, garantiu o poder de compra das famílias ...

Risos do PS e do PCP.

... e melhorou no possível os serviços de saúde.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados reformadores.

O Sr. Vítor Louro (PCP): — Até o Sr. Ministro seiu! ...

O Orador: — As críticas e a presente interpelação do Partido Comunista não apagarão os resultados conseguidos ...

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Infelizmente!

O Orador: — ... nem destruirão a prova firme de que estão sendo cumpridas todas as promessas eleitorais em matéria social.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados reformadores.

Risos do PCP.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — O PCP precisa de *Valium* ...

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho.

O Sr. Ministro do Trabalho (Eusébio Marques de Carvalho): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Determinada pelo firme propósito de sustar a progressiva degradação do poder de compra dos salários e das demais condições de vida dos trabalhadores e, bem assim, animada pelo compromisso assumido de tentar inverter o curso dessa deterioração, a política do Governo e do Ministério do Trabalho tem obedecido e logrado atingir objectivos concretos de estímulo à criação e manutenção de postos de trabalho, de defesa e melhoria dos níveis reais das retribuições e de moralização e desmistificação de práticas sociais e administrativas que não serviam os interesses gerais dos trabalhadores e da economia nacional.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — A oportunidade que a oposição ora oferece ao Governo de demonstrar a validade e o acerto da sua política social e de bem-estar das populações terá no enunciado, ainda que sumário, das acções levadas a cabo em período tão curto, como o de cinco meses, o melhor preço dos efeitos paralisantes desta interpelação.

A pausa a que, assim, se vêem obrigados o Executivo e o Parlamento permitirá retirar deste balanço de actividades não só a constatação de uma efectiva realização do Programa do Governo e do Plano da sua acção governativa, como também o saldo estimulante da sua determinação em prosseguir a multifacetada actividade de satisfação das justas expectativas da maioria do povo português.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — À linguagem vazia das meras afirmações gratuitas sobreponemos a verdade dos números e dos factos.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Que factos?!

O Orador: — Assim, procurando responder desde já às questões ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Da Standard Eléctrica?

O Sr. Narana Coissac (CDS): — Espere um bocadinho!

O Orador: — ... sobre que se faz incidir as críticas à actuação do Ministério do Trabalho, diremos:

No domínio da contratação colectiva e no cumprimento do Programa do Governo deu-se clara expressão aos anunciados propósitos de respeitar o princípio da autonomia da vontade das partes no prosseguimento de uma acção de «desintervenção administrativa» nos processos negociais.

Com referência ao levantamento efectuado sobre o número e condições em que surgiram os vários instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho desde 1977 a 1980 — reportados ao 1.º semestre de cada um destes anos — verifica-se, de facto, ser em 1980 significativamente mais elevado o número de convenções colectivas concluídas no domínio da consensualidade do que nos anos anteriores.

Na realidade, nos primeiros cinco meses, teremos, em 1977, 39 convenções colectivas, em 1978, 56, em 1979, 89, e em 1980, 115.

Do mesmo modo se constata ter sido manifestamente reduzida a intervenção administrativa neste mesmo ano de 1980 quando confrontada com os anos anteriores.

O Sr. Narana Coissac (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Estes números revelam, inofismavelmente, que a dinâmica do processo social, por impulso do Governo e do Ministério do Trabalho, se têm vindo a substituir a acções de intervenção administrativa, privilegiando-se o diálogo que entre as partes vivifica a fonte institucional do direito do trabalho e do desenvolvimento económico e social.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — E a tentativa de bloqueio? ...

O Orador: — Do quadro comparativo a que nos acabamos de referir constata-se igualmente ser per-

tamente gratuita a afirmação de que o Governo tem bloqueado a contratação colectiva.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Reforçando a preocupação de desbloqueamento da contratação colectiva ...

A Sr.ª Ilda Ferreira (PCP): — Graças aos trabalhadores!

O Orador: — ... registam-se os despachos do Sr. Secretário de Estado do Trabalho de 20 de Fevereiro e 16 de Maio do corrente ano, que impõe aos serviços prazos e circuitos administrativos expeditos para apreciação das convenções depositadas, tendo, aliás, do primeiro sido já dado conhecimento por escrito às organizações sindicais e patronais.

Devo referir a este propósito que nos primeiros dias dō mês corrente se encontram pendentes para depósito no Ministério do Trabalho apenas dez contratos colectivos de trabalho, cujo prazo de quinze dias, destinado por lei à apreciação por parte dos serviços, ainda não expirou.

Contrasta esta celebriidade no tratamento dos processos de contratação com o verificado em Janeiro, aquando da tomada de posse deste Governo, que deparou com cerca de meia centena de convenções cujo depósito ainda se não havia efectuado, apesar do longo período de permanência daqueles instrumentos nos serviços.

Também a propósito do pretenso congelamento devo lembrar que tendo sido na vigência do V Governo Constitucional abolido o chamado «tecto salarial», esquece-se ter sido o mesmo V Governo que impôs, em substituição do mencionado tecto, a necessidade de fundamentação económico-financeira justificativa dos aumentos de remunerações consagrados nas convenções colectivas como requisito de depósito dos respectivos instrumentos da regulamentação colectiva de trabalho.

Foi esta a situação que o actual Governo teve de enfrentar.

Desde o início do seu mandato, porém, o Governo afirmou claramente que não pretendia repor o chamado «tecto salarial», já não justificado nem exigido pelas razões económicas conjunturais que tinham presidido à sua instituição. Tal afirmação, porém, não significa, nem podia significar alheamento, por parte do Governo, do fenómeno da evolução salarial através dos instrumentos de regulamentação colectiva.

O que o Governo defende na definição da política laboral/salarial — e que a sua prática tem vindo a revelar e confirmar — é que sejam alcançados os objectivos primordiais da manutenção do poder de compra dos salários e mesmo o da melhoria do seu valor real, a partir fundamentalmente de uma actuação livre e responsável dos parceiros sociais — agentes por exceléncia da regulamentação colectiva —, actuação essa que tem forçosamente que passar pela ponderação muito séria das incidências ou repercuções dos aumentos salariais, quer no plano do emprego, cuja conjuntura se mantém crítica, quer no plano dos preços.

Neste sentido, como foi largamente publicitado e explicado a todos quantos nisso tiveram interesse,

o Governo definiu um programa anti-inflacionista — subprograma ele mesmo de outros mais vastos em que se inserem os das políticas salarial e de preços e da política fiscal — donde expressamente consta que nenhum «tecto salarial» será imposto à livre negociação de salários pelos parceiros sociais, apenas se exigindo informação comprovativa dos aumentos de encargos, se as taxas do acréscimo salarial global ultrapassarem o limite indispensável à reposição do poder de compra entretanto perdido e aceitável para efeitos de contenção de preços, caso em que deverá ser demonstrada a comportabilidade desses aumentos e por outro estabelecida a relação entre a contrapartida do trabalho prestado e produção conseguida que socialmente a deva determinar — aqui interferindo a variável complexa da produtividade.

Tenha-se presente, aliás, que são de diferente grandeza as percentagens de aumentos salariais que as partes por consenso têm levado às convenções colectivas sem oposição ou interferência do Ministério do Trabalho, devendo mesmo registar-se que elas se têm exprimido em valores que em termos de massa salarial global anual ultrapassam os 20 %.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — O Governo é pior que o patronato!

O Orador: — Tanto não pode deixar de significar a negação rotunda da existência de qualquer congelamento ou limitação salarial.

No plano da integração europeia, a actuação do Ministério do Trabalho tem vindo a responder a exigências pontuais das instituições e da legislação do trabalho, do emprego e da formação profissional aos parâmetros das comunidades europeias, na perspectiva da adesão de Portugal à CEE.

Importa sublinhar as vantagens decorrentes desta aproximação em matéria de melhoria da política social nas áreas do trabalho, do emprego e da formação profissional.

Relativamente aos chamados actos obrigatórios da Comunidade (nomeadamente regulamentos e directivas) nos aspectos que se prendem com o Ministério do Trabalho, poderá afirmar-se que a legislação nacional não se afasta muito das regras comunitárias, impondo-se apenas ligeiros ajustamentos, que estão a ser já elaborados nesse sentido.

Assim, no que concerne ao princípio da igualdade entre homens e mulheres relativamente a remunerações, ao acesso ao emprego, à formação e promoção profissionais e, bem assim, às condições de trabalho, a nossa legislação corresponde, na generalidade, às directivas da Comunidade. O regime actual da protecção da mulher relativamente ao trabalho nocturno e por turnos poderá, igualmente, ser revisto de conformidade com as exigências e concepções da vida contemporânea.

No que se refere à formação profissional, a leitor-quadro em preparação e o alargamento e revisão das infra-estruturas permitirão caminhar na via da satisfação dos princípios comunitários nesta matéria.

Pelo que toca às normas comunitárias respeitantes à protecção dos trabalhadores no local de trabalho, que, aliás, envolve outros departamentos, estão a ser desencadeados trabalhos no sentido de se lhes poder dar cumprimento a curto prazo.

É de referir ainda que nos aspectos que se prendem com os regulamentos e directivas respeitantes à livre circulação de trabalhadores estão desencadeados trabalhos em conjunto com o Ministério da Administração Interna e a Secretaria de Estado da Emigração com vista a inventariar as alterações legislativas e administrativas a que terá de se proceder.

Em relação aos actos não obrigatórios (como sejam as recomendações), nomeadamente no que se refere à medicina do trabalho na empresa, desenvolvimento da orientação profissional, preparação profissional dos jovens desempregados ou ameaçados de perder o seu emprego, protecção dos jovens no trabalho e duração de trabalho e férias pagas, está a trabalhar-se no sentido de avaliar da possibilidade de se poder avançar ao encontro das preocupações comunitárias nestes domínios.

Julgo de interesse salientar ainda que no parecer da Comissão do Conselho das Comunidades sobre a Adesão de Portugal se aponta para a necessidade de, com o apoio da CEE, o País se preparar, no domínio social, para a integração.

Neste contexto e com tal objectivo desenvolvem-se acções comuns de diversa natureza de que destaco iniciativas pontuais de formação profissional, o apoio à implantação do Instituto do Emprego e de Formação Profissional e o alargamento da rede de centros de formação profissional.

Para além destas acções, não quero deixar de destacar o interesse que ao Ministério tem merecido toda a temática complexa da integração de Portugal na CEE.

Regista-se o implemento da acção do Gabinete para a Integração Europeia do Ministério do Trabalho como ainda a promoção e realização nos dias 2 e 3 do corrente mês de Junho de um encontro aberto fundamentalmente aos quadros do Ministério, cujo programa de trabalhos se definiu por intervenções múltiplas, versando questões como as referentes aos objectivos, instituições e esquemas comuns de política social e económica das comunidades europeias.

No que diz respeito à melhoria das condições de vida e de trabalho tem vindo a merecer um crescente esforço de revisão legislativa e de adopção de directivas emanadas de convenções da OIT de que se regista a proposta de ratificação de bastantes convenções — algumas das quais já enviadas a esta Assembleia — e a ultimação da preparação de diplomas na área da higiene e segurança do trabalho e duração e organização dos tempos de trabalho.

Quanto a este aspecto e para além das medidas já amplamente divulgadas, nomeadamente na semana de 20 a 27 de Abril, realça-se o que se encontra programado na área da higiene e segurança no trabalho, sistematicamente nos anos precedentes relegada para segundo plano. Assim, está praticamente ultimada a revisão da Portaria n.º 53/71, de 3 de Fevereiro, ou seja, o Regulamento Geral de Segurança e Higiene nos estabelecimentos industriais;

Também a revisão do Decreto n.º 41 821, de 11 de Agosto de 1958 — Segurança do trabalho na construção civil; também o projecto do regulamento da higiene e segurança para o comércio e escritórios; ainda o projecto de regulamento dos trabalhos em caixões de ar comprimido, e o regulamento da higiene e segurança das minas.

No campo internacional, considerando como primeira prioridade da política externa do Governo a sua integração na Comunidade Europeia e na preocupação de manter e acentuar a participação de Portugal nas organizações internacionais, propõe-se acelerar o efectivo cumprimento das obrigações de Portugal como Estado membro da OIT.

a) Assim, propõe-se submeter para ratificação as seguintes convenções da OIT no campo específico da política social — melhoria de vida:

- Política social (objectivos e normas de base);
- Trabalho nos portos;
- Revalorização dos recursos humanos;
- Consultas tripartidas respeitantes às normas internacionais do trabalho;
- Ambiente do trabalho (poluição do ar, ruídos e vibração);
- Administração do trabalho;
- Pintura;
- Prescrição de segurança (construção civil);
- Exame médico dos adolescentes (indústria);
- Exame médico dos adolescentes (trabalhos não industriais);
- Protecção contra as radiações;
- Protecção das máquinas;
- Higiene (comércio e escritórios);
- Pesos máximos;
- Benzeno;
- Cancro profissional.

Para além da estreita colaboração com a OIT têm-se intensificado as relações com o Centro Internacional de Informação de Segurança e Higiene do Trabalho, por forma a conseguir-se um apoio documental actualizado não só aos técnicos dos serviços como a todas as entidades que no País se dedicam a problemas daquela natureza.

Está a ser preparado um plano de cooperação no domínio da segurança e higiene do trabalho através de apoio a obter do programa internacional para a melhoria das condições e do ambiente de trabalho (PIACT).

b) Quanto à CEE estão a ser encaradas várias disposições com vista à futura integração de Portugal na Comunidade.

Sabe-se, com efeito, como são importantes para o trabalhador e para a própria organização estrutural das empresas a prevenção de riscos profissionais, o estabelecimento de condições físicas e ambientais no trabalho, a gestão e racionalização dos tempos de trabalho e da vida activa, enfim, a adaptação e sujeição da economia ao homem, e não do homem à economia.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Risos do PCP.

Na área do emprego a preocupação do Ministério do Trabalho, tem sido expressa em dois vectores essenciais: um deles conduziu-nos à preparação de diplomas orgânicos que vão tornar funcionais os serviços que operam nesta área, pela preocupação de regionalizar, horizontalizar e optimizar recursos que consagram; outro conduziu à preparação da legislação que vai comandar a sua actuação e regulamentar as suas principais actividades, permitindo-lhes serem

os próprios factores de desenvolvimento pela capacidade que lhes vai ser assegurada de intervirem na organização do mercado de emprego.

Temos, assim, no primeiro aspecto, preparadas e em circulação as seguintes leis orgânicas:

Instituto do Emprego e Formação Profissional;
Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego;
Gabinete Técnico de Prevenção de Despedimentos.

No segundo aspecto está ultimado e em circulação, ou muito próximo do seu termo, um conjunto de medidas legislativas que permitirão aos serviços uma actuação mais eficaz nos domínios da oferta e da procura do emprego e que vão contribuir para a resolução dos problemas do mercado de emprego.

Neste domínio estão ultimados os seguintes diplomas:

Lei-quadro de promoção de emprego, destinada a enquadrar actividades dispersas e a imprimir-lhes coerência global, definindo medidas específicas de promoção de emprego nas seguintes áreas:

Criação de postos de trabalho;
Manutenção de postos de trabalho;
Apoio ao sector cooperativo na manutenção e criação de postos de trabalho;
Apoio a empresas em situação económica difícil;
Apoio ao artesanato e ao sector não estruturado da economia, na perspectiva do emprego.

Projecto de decreto-lei sobre criação de postos de trabalho, que regulamenta de forma sistemática os apoios da Secretaria de Estado do Emprego, concedendo subsídios não reembolsáveis e apoio técnico, este para formação profissional, estudos de viabilidade de reorganização e de gestão;

Despacho normativo sobre manutenção de postos de trabalho, já assinado, reformulando o anterior no sentido de imprimir maior celeridade e operacionalidade aos mecanismos, financeiros ou de outro tipo, utilizados;

Despacho normativo sobre o apoio a programas de reemprego, visando, de forma especial, apoiar o reemprego de trabalhadores atingidos por despedimento colectivo, que abrange possibilidades de apoio financeiro e de apoio à reconversão profissional dos trabalhadores despedidos.

Lei-quadro sobre emprego definindo o lado da procura de emprego, aspectos tão importantes como a informação e orientação profissional, a colocação e a formação profissional.

Estas algumas das medidas de âmbito geral. No entanto outras estão em curso ou chegaram a seu termo em intenção de grupos menos favorecidos da população activa.

Referimo-nos aos jovens, aos deficientes e às mulheres.

Para os primeiros, os jovens, está preparado um conjunto de medidas (algumas já em execução) que lhes vai facilitar o acesso ao emprego ...

Vozes do PCP: — Vê-se, vê-se!

O Orador: — ... através da sua adequada formação profissional. Assim destacamos:

O programa de informação e orientação profissional em curso nas escolas, em articulação com o MEC;

O sistema de articulação permanente educação-trabalho-emprego, para aproximar os sistemas de ensino e de formação profissional extra-escolar das reais necessidades do mercado de emprego;

As bolsas de formação e os estágios de formação, através dos quais se suprirá a menor produtividade no período de ingresso e de formação;

O apoio à integração na empresa de quadros recém-licenciados;

O apoio à formação profissional de jovens no âmbito das empresas;

O lançamento de cursos terminais para os jovens saídos da escolaridade obrigatória;

Para os deficientes foi regulamentada a lei de Bases da Reabilitação Profissional;

Foi produzido despacho normativo sobre apoio financeiro à reintegração sócio-profissional dos deficientes, nas empresas ou por conta própria, e que envolve apoios financeiros às empresas que se disponham a admitir deficientes ou aos próprios quando pretendam trabalhar isoladamente, envolvendo, em ambos os casos, apoio financeiro à adaptação dos postos de trabalho;

Ainda para os deficientes foram criados dois centros de reabilitação profissional, um no Porto, (Maia) outro em Sintra, ambos em fase acelerada de projecto, e serão criados ainda centros de formação profissional agrícola no Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro.

Em intenção das mulheres, o Ministério do Trabalho pôs em funcionamento a Comissão para a Igualdade no Trabalho e Emprego (CITE), e abriu os centros de formação profissional à frequência das mulheres.

Destacaremos agora, pelo seu significado, o programa de construção de novos centros de formação profissional que permitirá, a prazo, quadruplicar a capacidade de formação.

As necessidades de desenvolvimento do País nele triplicadas pela integração de Portugal na CEE vão exigir níveis europeus de produtividade que só serão possíveis através do incremento dos anos de formação profissional.

Está assim prevista a criação de novos centros nas seguintes localidades: Braga, Vila Real, Covilhã, Tomar, Portalegre, Sines, Faro, Viana do Castelo, Bragança, Chaves, Aveiro, Viseu, Leiria, Castelo Branco, Santarém, Setúbal, Elvas, Beja, Portimão e Vila Real de Santo António e ainda dois centros do sector dos serviços no Porto e em Lisboa.

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados reformadores.

Risos do PCP.

Destes, iniciar-se-á a construção, ainda este ano, dos de Braga, Tomar, Sines e em relação aos outros proceder-se-á desde já à aquisição de terrenos.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Então, não aplaudem também isto?

O Orador: — As medidas que acabamos de descrever, absolutamente indispensáveis para definir e

executar uma coerente política de emprego e que este Governo se propõe implementar, darão os seus frutos a médio prazo.

Vozes do PCP: — A longo prazo ...

O Orador: — Qual é, no entanto, no dia-a-dia a actividade na área do emprego através dos seus indicadores mais significativos?

Evolução do mercado de emprego nos quatro primeiros meses de 1980.

Risos do PCP.

Desde logo, uma referência sobre a evolução verificada nos domínios da oferta e procura de emprego nos quatro primeiros meses do corrente ano:

Quanto à oferta verifica-se uma subida apreciável das ofertas registadas nos serviços de emprego que aumentaram, entre Janeiro e Abril, de 7743 para 10 363 (+ 34%);

Quanto às colocações de desempregados conseguidas no mesmo período através dos serviços de emprego verifica-se igualmente a sua subida progressiva e constante, no mesmo período, que se traduziu mensalmente nas seguintes percentagens em relação ao mês anterior: + 6,9%, + 21,3 + 1,8 + 16,5;

O desemprego registado sofreu uma redução no mesmo período, designadamente a partir de Março, constatando-se que o número de trabalhadores desempregados registado no serviço de emprego desceu de 309 498, em Fevereiro, para 293 153 em Abril.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

De igual modo, o desemprego subsidiado sofreu também uma redução a partir de Março, tendo passado de 71 866 para 69 773.

Vejamos agora o que se passa no domínio dos despedimentos colectivos:

Uma análise comparativa do movimento verificado nos cinco primeiros meses de cada ano, de 1977 a 1980:

	1977	1978	1979	1980
Número de processos	100	132	105	44
Trabalhadores despedidos	730	1251	801	427

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Ao contrário do que tem vindo a ser afirmado, verifica-se um decréscimo no número de processos de despedimento apresentados nos serviços, igualmente no número de trabalhadores despedidos.

Aliás, convém frisar que, ao contrário do que foi recentemente propalado, não cabe a este Governo a responsabilidade de não ter deduzido oposição ao maior despedimento colectivo efectuado em Portugal após o 25 de Abril.

A Sr.º Zita Seabra (PCP): — Isso não conta!

O Orador: — Basta recordar os despedimentos verificados, em finais de 1975 e 1976, de 604 trabalhadores na empresa Blandy & Brothers, L.ª, igualmente o despedimento efectuado pela empresa Timex, no final do ano de 1976, de 1915 trabalhadores...

O Sr. Narana Colissoró (CDS): — Foi com o Carlos Carvalhas!

O Orador: — ... o despedimento efectuado pela Electrónica Signetis de Portugal de 256 trabalhadores, em Março de 1977...

Vozes do PCP: — É só multinacionais!

O Orador: — ..., o despedimento de 1087 trabalhadores, culminado em Junho de 1979, pela Empresa Societa Italiana per Condotte d'Acqua, para já não referir o despedimento que ocorreu em Outubro de 1979 na PREH, envolvendo 191 trabalhadores.

Vozes do PSD e do CDS: — Calaram-se?

O Orador: — Subsídios concedidos para criação e manutenção de postos de trabalho:

Apenas a partir de 1979 se verifica a concessão de subsídios para criação de postos de trabalho, acção esta que aparece concretizada no corrente ano.

Assim, através do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra foram concedidos os seguintes subsídios:

	Contos
1976	53 634
1977	96 584
1978	350
1979	937
1980	88 000

Aplausos do PSD, do CDS, do PPM e dos Deputados reformadores.

Vozes do PCP: — E o que é que isso significa?

O Orador: — Através do Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego foram concedidos em 1980 230 340 000\$, que abrangem 39 empresas, que criam 280 postos de trabalho e mantêm 5154 postos de trabalho.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Invechia-se o Governo por pretenso congelamento salarial, por bloqueamento da contratação colectiva, por injustificada intervenção administrativa, por autorizar despedimentos colectivos em número jamais atingido desde 1974, etc.

Ao artifício destas acusações procurou-se singelamente efectuar a desmontagem da encenação feita pela oposição interpelante.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — O Governo dispõe ainda de dez minutos e meio. Foram gastos nas duas intervenções do Governo, respectivamente vinte e dois minutos e

vinte e sete minutos e meio. Algum dos Srs. Membros do Governo pretende ainda utilizar esse tempo?

Pausa.

Como mais nenhum Membro do Governo deseja usar da palavra vamos entrar no debate desta interpelação, no qual, como V. Ex.^{as} sabem, o PCP, o PSD, o PS e o CDS dispõem de 15 minutos cada um, o PPM, o MDP/CDE, a UDP e o Agrupamento Parlamentar dos Reformadores dispõem de oito minutos cada um.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Arnaut.

O Sr. António Arnaut (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A política social de qualquer Governo é o espelho ou o barômetro das suas reais intenções. Podem certos políticos — como hoje aconteceu aqui — reclamar-se defensores do povo e dos trabalhadores, falar em igualdade e justiça, encher a boca de belas frases progressistas ... O que os define não são as palavras mas os actos.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Pelos actos se julgam, pois, os governos e não pelos seus programas ou promessas eleitorais.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — E, sobretudo, pelo que fizerem a favor dos mais desfavorecidos: dos 400 000 desempregados que temos — e não do número indicado pelo Sr. Ministro do Trabalho —, dos quais mais de metade à procura do primeiro emprego; do 1 500 000 reformados pobres, dos 500 000, ou mais, que vive em barracas ou casas degradadas; dos que sofrem e morrem por falta de assistência médica, ou esperam semanas e meses por uma consulta, ou uma cama no hospital; dos que não têm acesso ao ensino e à cultura; enfim, das crianças desvalidas, dos deficientes e idosos, segregados pelo egoísmo de uma sociedade decadente que dá os últimos estertores para «aguentar» as suas estruturas capitalistas ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Que horror!

O Orador: — É no campo dos direitos sociais, reconhecidos pela primeira vez na Constituição de 1976 como direitos fundamentais da pessoa humana — e que, por isso mesmo, as forças conservadoras pretendem esvaziar do seu conteúdo progressista —, que os governos põem à prova os seus verdadeiros objectivos. Construir uma sociedade mais livre e igualitária, ou manter o fosso que separa os ricos e os pobres, os exploradores e os explorados, é o que distingue um governo de direita de um governo de esquerda. A esquerda é o progresso, a liberdade e a libertação. A direita — como se tem visto — é o retrocesso, o obscurantismo, a opressão.

Aplausos do PS.

Pode a direita fazer reformas ditas sociais, que elas não deixam de passar de meros expedientes para que tudo continue como dantes. A filosofia da direita,

ainda que mascarada de certo reformismo para enganar os incautos, é a extorsão de mais-valias. Por isso, nenhuma reforma profunda, estrutural — no sentido da emancipação real dos trabalhadores —, pode, por definição, ser feita por um governo conservador. O problema da concretização dos direitos sociais passa, pois — e os senhores bem o sabem e por isso o tentam impedir —, pela construção do socialismo democrático, como resulta do artigo 2º da Constituição.

Eis por que o Governo da AD é incapaz de prosseguir uma política social justa. A justeza dos actos de qualquer governo afere-se pela protecção que confere à generalidade dos cidadãos, e estes são, em qualquer país, as massas trabalhadoras. Ora, este Governo, em vez de criar postos de trabalho, facilita os despedimentos, e assim fica frontalmente negada a afirmação demagógica que acaba de ser feita pelo Sr. Ministro do Trabalho.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Noveis fora, nada!

O Orador: — Este Governo, em vez de auxiliar os pequenos e médios empresários, incentiva os grandes investidores; em vez de reduzir os impostos para os pobres, reduz-los para os ricos; em vez de garantir a terra a quem a trabalha, «entrega-a a quem sempre a teve» — palavras textuais do Ministro da Agricultura; em vez de lançar um programa de equipamentos sociais, suspende obras já programadas, contrariamente ao que acabou de dizer o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais; em vez de aplicar a Lei do Serviço Nacional de Saúde, prorroga o prazo da sua entrada em vigor e revoga diplomas que visavam a sua execução.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É uma lei do PCP-Arnaut!

O Orador: — O Sr. Deputado, não me interrompa. Tenha o decoro de respeitar as minhas profundas convicções. Essa lei é uma lei do Partido Socialista, é uma lei do nosso país. Não venha com essa demagogia, não venha com esse insulto, não venha com essas frases que nada têm a ver com este debate.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Respeitar a demagogia barata?!

O Orador: — Eu não permito que o Sr. Deputado Narana Coissoró esteja a interromper-me e a interromper camaradas meus quando no uso da palavra dessa forma despudorada que não é própria desta Assembleia.

O senhor tem o direito de expor as suas opiniões, mas não tem o direito de repetir, pela centésima vez que a Lei do Serviço Nacional de Saúde é uma lei do PCP — Arnaut. É uma lei democrática desse país, que tem de ser aplicada custe o que custar.

Aplausos do PS, do PCP, do MDP/CDE e da UDP.

Podem os senhores revogá-los, que nós, o povo português, as massas trabalhadoras, as forças democráticas hão-de fazer essas e outras reformas sociais.

Aplausos do PS, do PCP, do MDP/CDE e da UDP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, desculpe-me interrompê-lo mas quero voltar a solicitar, mais uma vez, aos Srs. Deputados o favor de guardarem as vossas observações e a vossa interpretação diferente do que possa estar a ser dito por qualquer orador para a oportunidade que entenderem para que possam, nessa altura, devidamente, responder se discordam das afirmações feitas.

Peço-lhe o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Não tem que agradecer, Sr. Deputado.

O Orador: — Certos Deputados da AD — e digo «certos», porque felizmente não acontece com todos — não têm da democracia uma prática consequente, não sabem o que é democracia e por isso não sabem ouvir os outros.

Aplausos do PS.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sabem o que é demagogia!

O Orador: — O Sr. Deputado Narana Coissoró, quando falo do socialismo, quando falo da emancipação das classes trabalhadoras, da libertação dos oprimidos, falo mesmo a sério!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Só fala, mas nunca pratica.

O Orador: — Não falo por demagogia! E o que lhe dói é justamente saber que falo mesmo a sério.

Srs. Deputados, continuo, na sequência do que dei dito. Isso tudo acontece porque, na coerência da sua filosofia, o Governo sacrifica os interesses dos trabalhadores ao interesse do grande patronato, as legítimas aspirações das classes desfavorecidas à apetência das suas clientelas, o sofrimento dos doentes à ganância dos magnatas da medicina ...

A história, afinal, repete-se. E não admira, porque o que se pretende, embora com outras vestes, é o regresso ao passado ... Também antes do 25 de Abril os problemas e carências sociais eram ignorados ou escamoteados. E neste terreno dos direitos sociais que se pode, verdadeiramente, falar na pesada herança do fascismo. Com franqueza e mágoa vos digo, Srs. Deputados, que em muitos aspectos, tudo continua na mesma. E temos que o reconhecer aqui desassombroadamente, assumindo a parte que cada um tem nas culpas por esta situação.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Ah!

O Orador: — Podia dar-vos muitos exemplos «ediçantes» do meu conhecimento directo ou tirados do *sais-divers* quotidiano. Poupo-vos o incômodo moral de ouvirem esse infundável rol acusatório. Mas não posso deixar de trazer a este debate sobre política social alguns casos verdadeiramente exemplares:

Em 1933 foi criada a Mitra de Lisboa para esconder os mendigos e marginais que «infestavam a capital» (*sic*). Em 1934 deu ali entrada uma criança de 4 anos que a miséria dos pais lançara nas sargentas do 50 anos e ainda ali se encontra!

No dia 23 de Março de 1978, sendo Ministro dos Assuntos Sociais, visitei a Mitra pela primeira vez. Do que vi dei testemunho público, denunciando as condições infra-humanas em que ali viviam, em autênticas latrinas, cerca de 1000 pessoas. Homens, mulheres e crianças, algumas de tenra idade, portadores de diversas psicopatias, carências ou desvios sociais, que vão desde a falta absoluta de meios de subsistência, à vadiagem, demência, prostituição e alcoolismo, amontoam-se nos velhos armazéns de cortiça, em chocante promiscuidade... Poucos se lembrão já desse episódio que — permitam-me que o confesse — marcou profundamente a minha vida, até porque alguns políticos têm a memória curta e não gostam de trazer a nu certas mazelas sociais. Há como que uma cumplicidade tácita em ocultar a crua realidade sob o manto diáfano dos discursos de circunstância. Por mim, não cessarei de clamar a minha revolta contra todas as formas de escravidão e ignorância, comprometido que me sinto, como cidadão e socialista, com todos os que sofrem calados a agonia de viver.

Voltei à Mitra em 25 de Abril de 1978 e nesse mesmo dia elaborei um despacho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 19 de Maio, de que me permito transcrever:

[...] São quase 1000 pessoas, das quais 80% das adultas são do foro psiquiátrico, que se amontoam nos velhos barracões, abandonados às suas misérias e desgraças, sem saberem que cá fora, há precisamente quatro anos, começou uma revolução que, afinal, ainda ali não chegou...

A democracia portuguesa e até o nosso sentimento cristão não podem tolerar por mais tempo tal situação, sob pena de se desmentir na prática quotidiana a rectidão das nossas intenções. Porque, é preciso dizer-lo, se não temos culpa de que as mitras ainda existam, seremos todos culpados se elas continuarem a existir...

Por isso nos concedemos a nós próprios o curto prazo de até ao próximo aniversário da Revolução modificarmos radicalmente as condições ora existentes na Mitra de Lisboa, símbolo angustiante das nossas carências sociais.

Esse objectivo impõe a tomada de medidas imediatas e de outras a curto prazo. Entre as primeiras conta-se a realização de obras urgentes de melhoria, transformação e adaptação das actuais instalações, tornando-as humanamente habitáveis (quando se diz «habitáveis», devemos pensar na possibilidade de nós ali vivermos [...]). Para além disso, deverá proceder-se à reconversão do antigo Albergue Distrital num centro de apoio social, destinado à protecção da terceira idade, e num serviço de acolhimento e triagem, com a finalidade de receber e encaminhar para estabelecimentos adequados todos os que necessitem de assistência imediata.

Na sequência deste despacho foi determinada a realização das obras necessárias e publicado o Decreto-Lei n.º 301/78 que criava o Centro de Apoio Social e o Serviço Distrital de Acolhimento.

A queda do II Governo impediu a concretização destas e de outras medidas de largo alcance social. E a Mitra lá continua, a atestar o egoísmo desta socie-

dade que se compraz em acicatar nas almas torturadas o estigma da sujeição... Terá este Governo algumas ideias ou projectos para as Mitras deste país? Não o responsabilizo, evidentemente, pela situação, mas pergunto-lhe: o que fez em cinco meses para minorar a sorte de milhares de portugueses lançados para os *ghettos* da nossa vergonha colectiva?

Em autênticos *ghettos* — que são os bairros pobres de Lisboa — vivem outros milhares de cidadãos. Antes das eleições, os altifalantes da AD invadiram a Musgueira e a Charneca do Lumiar prometendo que as barracas seriam arrasadas e todos teriam uma bela casa... Seis meses decorridos, ninguém da AD voltou àquelas paragens! Era bom que voltassem e inquirissem da Julieta, por exemplo, que vive num cubículo sombrio do Casal Ventoso, de 9 m², com o marido doente e sete filhos, o que pensa ela destes senhores que agora nos governam! Entretanto, talvez a Sr.ª Secretária de Estado da Família, ou o Ministro competente, a quem aconselho que não se aventurem por aqueles lados, me pudesse informar como estamos em matéria de promessas sobre habitação social...

No campo da saúde, também a AD está a mostrar o que vale. Congelando a Lei n.º 56/79 e revogando diplomas que a regulamentavam, designadamente os que criavam os Centros Comunitários de Saúde, e aqui faço uma pausa para dizer ao Sr. Ministro dos Assuntos Sociais que ou ele está muito mal informado sobre o que são centros comunitários de saúde, ou não leu a Declaração de Alma-Ata que dá relevo aos cuidados primários de saúde e à criação de centros comunitários de saúde, ou então o Sr. Ministro esteve aqui a dizer aquilo que não pensava.

Dizia eu que revogou os centros comunitários de saúde, o ramo da clínica geral e o departamento de cuidados primários, o Governo joga na degradação do sector público em benefício das actividades privadas — aliás, à semelhança do que acontece noutras sectores. Faz-se por exemplo um exame médico no Hospital de Santa Maria, o maior do País, em 20 de Fevereiro deste ano e o resultado é fornecido apenas em 23 de Julho! «Seis meses à espera do exame», é o título da notícia do *Portugal Hoje*, de 11 de Março de 1980.

Risos do PSD e do CDS.

Pede-se uma radiografia no Hospital de Beja e ela só pode ser obtida cinco meses depois, ainda que se trate de um caso urgente. «Urgência marcada para Julho», relata o *Diário Popular*, de 23 de Fevereiro... Não há dúvida que «as coisas da saúde estão muito mal» como disse há dias o Ministro dos Assuntos Sociais ao *Comércio do Porto*, de 29 de Abril de 1980, contrariamente àquilo que deu a entender na sua intervenção de hoje e em que se mostrou espantosamente optimista. É evidente que eu também penso que o Sr. Ministro não pensava bem aquilo que dizia.

Mas se assim o reconhece, o que tem feito o Governo para atalhar a doença? Pergunto ao Sr. Ministro com quem, aliás, tenho tido o privilégio de manter as mais cordiais relações e a cuja actividade pessoal e a cujo esforço quero aqui prestar o reconhecimento de quem se esforça por tentar fazer alguma coisa. Evidentemente que não o pode fazer porque enquadrado num Governo destes para mais

com a tutela da Ordem dos Médicos, creio que é extremamente impossível o Sr. Ministro conseguir desbravar este difícil caminho.

Aplausos do PS.

Risos do PSD e do CDS.

Mas perguntava eu o que tem feito o Governo para atalhar a doença. E respondo, poupo a resposta: nada, absolutamente nada! Mas pior do que isso: em cinco meses o Governo limitou-se a destruir diplomas fundamentais para a melhoria dos serviços de saúde.

A propósito dos diplomas do V Governo, que o Sr. Ministro disse que tinham sido feitos à pressa já depois de conhecidos os resultados das eleições, quero dizer que isso também não é exacto. O V Governo elaborou esses diploma no cumprimento rigoroso da Lei do Serviço Nacional de Saúde que impunha o prazo de seis meses para que a regulamentação fosse elaborada.

Mas estava eu a dizer que o Governo limitou-se a destruir diplomas fundamentais para a melhoria dos serviços de saúde, pretendendo substituí-los por outros manifestamente inconstitucionais, contrários à Lei do Serviço Nacional de Saúde ainda em vigor. O Governo não teve a coragem de trazer a esta Assembleia um debate sobre o Serviço Nacinal de Saúde...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, desculpe-me interromper, mas é só para informar de que esgotou o tempo do seu partido previsto para hoje e que, nos termos estabelecidos, V. Ex.^a está já a entrar no tempo reservado para amanhã.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente. Já contava com essa circunstância, V. Ex.^a vai-me permitir que prossiga.

Portanto, o Governo pretende substituir esses diplomas por outros manifestamente inconstitucionais, contrários à Lei do Serviço Nacional de Saúde, aos interesses do povo e às legítimas aspirações dos jovens médicos. É o caso do projecto sobre as carreiras médicas, parturado pelos altos mordomos da Ordem dos Médicos, que agora mandam na Secretaria de Estado da Saúde. É uma afirmação que não pode ser desmentida. Quem manda na Secretaria de Estado da Saúde ou quem influencia decisivamente a sua actuação é a Ordem dos Médicos.

Uma voz do PCP: — A direcção!

O Orador: — Muito obrigado! A direcção ou, talvez, certos altos dignitários dessa direcção.

Ora, esse diploma constitui uma verdadeira e escandalosa aberração como vou demonstrar. Pretende-se transformar a Ordem dos Médicos — segundo esse diploma — numa instituição parestadual, com poderes majestáticos, de autêntico Órgão de Soberania! Veja-se, a título exemplificativo, o artigo 7.º, n.º 2, que reza assim — pasme-se! —: «É da competência da Ordem dos Médicos a definição da idoneidade dos serviços onde se efectuam os estágios...» E o artigo 8.º, n.º 1, onde se preceitua que o mapa de vagas dos serviços hospitalares e extra-hospitalares é «baseado nos critérios de idoneidade».

Ordem dos Médicos! O despudor da Ordem atinge o cúmulo quando pretende, como se vê do artigo 34.º, n.º 9, que a classificação obtida no exame da própria Ordem prevaleça sobre a classificação dos tirocínios efectuados nos serviços públicos! Isto representaria, para além de uma fonte ameaça de desemprego para os profissionais jovens, que ficariam inteiramente dependentes dos grandes senhores, uma intolerável tutela da Ordem e, o que é mais grave, uma autêntica alienação dos poderes normais do Estado! Não admira, pois, que a generalidade da classe e os estudantes de Medicina tenham já repudiado tão insólito projecto e que a própria Ordem, desmascarada na sua tentativa de absorver a Secretaria de Estado da Saúde, venha agora demarcar-se do respectivo titular, imputando-lhe o pesado ónus da responsabilização por tal documento quando ele afinal — justiça lhe faço — não tem grande responsabilidade nesse documento.

O que tem a dizer a isto o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo que ainda se conservam na respectiva bancada: Em nome dos mais elementares princípios da justiça social, acuso o Governo de trair os ideais do 25 de Abril e de violar a Constituição da República. Acuso a AD de faltar às suas promessas eleitorais e de defraudar os sagrados direitos do povo ao trabalho, à habitação, à saúde, à segurança e ao bem-estar.

Não digo resolver, porque isso é um longo caminho a percorrer, mas ao menos tentar atenuar e a lançar alguns projectos que, pelo menos, nos dessem o benefício da dúvida sobre as boas intenções deste Governo.

Mas de boas intenções também esta Assembleia está cheia pelo que toca à AD.

Este Governo não se preocupa com os que sofrem, com os que precisam, e nada fez para resolver ou atenuar as situações mais angustiantes.

Até quando continuarão a Mira de Lisboa ou os bairros de lata a ser o símbolo da nossa desumanidade? Até quando a saúde continuará a ser um privilégio de alguns e não um direito de todos?

A «mudança» de que a AD tanto falou aí está a revelar, mesmo aos mais crédulos, o que é um Governo de direita. Um Governo ao serviço dos grandes interesses económicos, para quem o povo é apenas um álibi eleitoral. A mudança foi, assim, um retrocesso. A mudança que se impõe é no sentido do progresso e da justiça, concretizar os direitos sociais consagrados na Constituição; acabar gradualmente com as gritantes desigualdades que ainda subsistem na sociedade portuguesa. Assim o impõe a nossa lei fundamental, por isso mesmo tão execrada pela AD, que a acusa de impedir a realização dos seus objectivos. Alguma coisa está mal quando um Governo repudia a Constituição do País. O que está mal é o Governo, pois é ele que tem de se adaptar à Constituição e não esta que tem de se adaptar ao Governo. Donde se conclui que ao afastar-se confessadamente da letra é do espírito da Constituição tentando subvertê-la e afeiçoá-la aos seus designios, o Governo coloca-se fora da prática democrática. É um Governo antipopular!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Parece a UDP!

O Orador: — Temos, pois, que mudar democraticamente este Governo.

Em Outubro a legalidade e a esperança serão repostas. O povo dará a vitória a um Governo identificado com os seus interesses, com a Constituição e com o 25 de Abril.

Em Outubro os socialistas redimirão este longo tempo de espera.

Em Outubro recomeça Abril.

Aplausos do PS, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Estarão outra vez na oposição!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Decorridos escassos cinco meses de exercício do Governo vem o Partido Comunista interpelá-lo sobre o que fez no domínio da política social e do bem-estar dos Portugueses. Procederia bem o partido interpelante e seria de louvar a iniciativa se estivesse de boa fé. Com efeito, as políticas devem ser conhecidas do comum dos cidadãos e o Governo, por modéstia ou por atavismo socialista dos diversos meios de comunicação social, pouco tem feito para que assim suceda, mau grado a alegada manipulação que o PS lhe imputou, mas cuja autoria este partido acabou por engolir a semana passada, com todo o cortejo de amigos e conhecidos que o seu nepotismo costuma propiciar neste como outros sectores da nossa vida pública.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas o PCP e outros que freqüentemente se esquecem de que não gozam do estatuto de partido político não querem saber o que o Governo fez, nem precisam tão-pouco de o inquirir para esse efeito, visto sentirem na pele, diariamente, através das deserções nas suas hostes e do descrédito e isolamento públicos, os efeitos da mudança que se têm vindo a operar em Portugal no ano em curso apesar dos ventos contrários que têm semeado

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — No fundo o que desejavam é que o Governo não tivesse feito nada.

Poderiam então apontá-lo à sanção do eleitorado em Outubro próximo e, sobretudo, isso impediria um mau resultado em juízo de comparação com o que eles próprios fizeram. Nada seria sempre igual a nada.

Ora é esse desejo que os comunistas querem à força tornar realidade, forjando todo aquele ridículo acusatório que há pouco tivemos ocasião de apreciar.

É bom sinal. Dada a antinomia de valores entre a pequena minoria comunista e a maioria da Aliança Democrática, a exposição dos motivos da interpelação que aqui foi feita acaba por ser a prova de que o Governo está a seguir os trilhos correctos para

atingir as metas que os portugueses de boa vontade e recta intenção ambicionam.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, se ao grupo parlamentar interpelante não falta legitimidade formal ou regimental para tomar esta iniciativa, a verdade é que lhe falta legitimidade moral, e a muitos títulos que importa aqui denunciar.

Vozes do CDS: — Muito bem!

Uma voz do PCP: — Já chega!

O Orador: — Que política social defendem os comunistas? Na teoria é o mito e a utopia. Na prática é a que vigora nos países socialistas de Leste e foi aquela que sofremos durante o consulado gonçalvista, a política da perseguição, do ódio, do saneamento, do esbulho, do nada fazer, da servidão, da arbitrariedade, da desordem, da estagnação, da bancarrota, da inflação, do desemprego, da baixa propaganda política e ideológica, mas também a política do privilégio, da discriminação e do nepotismo.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Que horror!

Aplausos do CDS e de alguns Deputados do PSD.

O Orador: — Quantas casas se construíram nesse período, e por que preço? Os transportes então melhoraram ou pioraram? E os serviços de saúde? E o ensino?

Que fizeram os governos comunistas e os seus aliados militares pelos deficientes, pelos idosos e pelos desalojados? E pelas donas de casa? Controlaram os preços? Asseguraram o abastecimento? Protegeram o consumidor? Alargaram os esquemas da segurança social e cuidaram do seu suporte financeiro?

As perguntas podiam multiplicar-se, a resposta, essa, será sempre a mesma.

Nem tudo foi negativo, dirão. Injectou-se a dinamização cultural no Sabugo, em Sesimbra, em Almada, um pouco por toda a parte, abriram-se creches, lares para a terceira idade, jardins-de-infância, empregou-se muita gente, garantiram-se o direito ao trabalho e os direitos colectivos dos trabalhadores, exportou-se vinho e sapatos, gizou-se a chamada «Reforma Agrária».

É sabido como todas estas iniciativas foram manipuladas pelo Partido Comunista, sujeitas ao império da sua organização monástico-militar e sacrificadas no altar da ideologia materialista e inconsequente que professa.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — A dita dinamização cultural não passava de descabelada propaganda partidária, as creches, os lares, os jardins-de-infância, com que normalmente se pretendiam rotular e justificar ocupações e esbulhos, eram centros de recrutamento partidário, os empregos só eram arranjados — e à custa do erário público — para quem declarasse ser comunista, assinava ficha pelo partido e se sujeitava às ordens dos seus dirigentes e ao envio regular de relatórios programados sobre a sua actividade e sobre o organismo onde haviam sido colocados, o direito ao trabalho

foi garantido para legitimar a agitação laboral e o domínio dos que nada faziam sobre os trabalhadores. O sindicalismo foi campo de manobra e correia de transmissão do domínio exclusivista do partido sobre a actividade económica e a greve a arma privilegiada para destruir a estrutura da nossa economia, as exportações para a Rússia não passaram de mero reembolso e caução de auxílio financeiro prestado ou a prestar ao partido, enfim, a chamada «Reforma Agrária» essa foi a conquista territorial do partido, o novo feudo que criou condições de servilismo medievais, o conhecido retrocesso de anos na técnica agrícola, a improdutividade, enfim, o couto que ainda se mantém, onde não se respeita nem a lei nem o direito, em que os homens não são livres, não recebem o justo salário e continuam, como dantes, a trabalhar a terra que não lhes pertence.

Aplausos do CDS.

Para os comunistas o Estado e a sociedade confundem-se no partido — o Estado é a organização, a sociedade a sua estrutura pessoal. O homem é desconhecido ou, para os mais evoluídos, é considerado transitoriamente como um voto. Só no mito, e depois do Estado desaparecer, o homem aparecerá feliz e a produção será abundante e cada um será satisfeito de acordo com as suas necessidades. Nesta era onírica desaparecerão então todas as diferenças de classe. Suprimir-se-ão a opressão do Estado e o ópio da religião.

Daqui resulta que é impossível entendermo-nos com os comunistas. Já passou o tempo do sonho. Há que acordar para a realidade. Não podemos passar a vida a interpretar e a seguir os sonhos dos novos faraós, temos de captar a vida, a vida dos nossos dias que continua o sopro inicial da criação.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Para dose de asneiras não está mal ...

O Orador: — O homem está por isso no centro das nossas preocupações. Estamos, nós CDS e o Governo da Aliança Democrática, ao serviço do homem. Do homem real. Não de um homem teórico com maiúscula, no vazio de uma teoria. Daquele que «está aí», na rua ou no campo, no jardim-de-infância ou na cadeira de rodas de um hospital ou nas latrinas da Mitra. No presente e no futuro é o homem que nos preocupa.

Na política como em toda a actividade humana existe sempre uma mística. Conhecemos místicas patrióticas da grandeza ou da libertação nacional, místicas de glória militar. Ressurge agora até, com o pô de um século e a mesma imagem de Camões, uma nova mística republicana...

Risos do CDS.

... como também existem místicas mais sinistras da colectivização ou do triunfo racial. Qualquer delas agitou ou agita multidões humanas, anima ou animou movimentos políticos, conduz e conduziu homens ao sacrifício e à morte.

A nossa mística é diferente, pois é a de servir o próximo e servi-lo efectivamente, servir «a todos os homens e a todo o homem» — como dizia alguém.

Resgatar a sua grandeza vacilante e quebrantada, naquilo em que a política pode auxiliá-la: na grandeza passageira deste mundo, ofendida pela injustiça, ofendida pela opressão, ofendida pela miséria, pelas enfermidades ou pela ignorância.

O homem é corpo e espírito. Por isso reconhecemos a importância da parte material na vida humana e em aspectos tão fundamentais como a fome, a saúde ou o tecto. Mas por mais imprescindíveis que sejam as necessidades materiais, a sua satisfação não é suficiente para o desenvolvimento da pessoa humana. A felicidade humana resulta, pelo menos tanto, da vida de relação com os outros homens e das condições da vida social no que respeita à inteligência, à moral e aos sentimentos como com a satisfação das necessidades físicas. O homem não vale pelo que tem mas fundamentalmente por aquilo que é.

É isto que os comunistas também não entendem.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — A vocação do homem é irrenunciavelmente social e irrenunciavelmente orientada para a solidariedade relativamente aos demais. O personalismo não aponta para o humanismo individualista que cria semideuses mas para o herói social.

No entanto, é conveniente distinguir entre o fenômeno inevitável da socialização e os mitos enganadores do socialismo tradicional. A socialização traduz-se na interdependência, no aumento das ligações entre os vários indivíduos de uma colectividade e na elevação da parte da vida social na existência de cada um. Pelo contrário, o socialismo é a sujeição do indivíduo às exigências da massa amorfa.

O Sr. António Arnaut (PS): — Não apoiado!

O Orador: — Aliás, o socialismo e o colectivismo comunista tiveram uma génesis conjuntural que não pode ser esquecida e que prova a sua falibilidade nos dias de hoje. Então o mais importante era obter uma repartição de riquezas mais justa. Hoje, como tem sido salientado por diversos pensadores, com o equipamento posto ao serviço da produção tem-se muito mais a ganhar com uma organização bem dirigida do que por meio de uma repartição equitativa, cujo valor, contudo, não queremos de algum modo infirmar.

Risos do Sr. Deputado do PCP Veiga de Oliveira.

Muitas transformações permitem hoje multiplicar por factores elevados os resultados da produtividade do trabalho, enquanto uma simples repartição nunca conseguiu duplicá-los. Se se atribuisse a todos os portugueses o mesmo rendimento, este representaria muito menos do que o actual salário mínimo, ao passo que se dispusermos de uma estrutura económico-social comparável à dos demais países do Mercado Comum esse rendimento poderá triplicar.

Risos do PS e do PCP.

Uma voz do PCP: — Ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres!

O Orador: — Os fundamentos da filosofia socialista e colectivista foram lançados numa época muito ante-

rior à segunda revolução industrial traduzido num novo tipo de empresa em que predomina a hierarquia funcional e que se baseia na ciência do *management*. As nacionalizações, o estatismo, o dirigismo e tudo o que isto representa não têm razão de ser numa altura em que as empresas deixam de ser dirigidas pelos patrões capitalistas para passarem a ser orientadas por *managers* assalariados, pagos em função do seu valor, como desejavam de resto os primitivos socialistas. Com a cibernetica, que permite efectuar os cálculos necessários para se chegar a uma repartição das riquezas mais justa, poder-se-á socializar mais eficazmente do que por meio de nacionalizações. Foi pena que nos primeiros tempos da Revolução as personalidades que o MFA enviou à Suécia não tivessem assimilado um pouco, sequer, do que por ali se pratica há muitos anos ...

O Sr. António Arnaut (PS): — E o CDS também podia ter assimilado!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo tem uma política social bem definida e está a cumpri-la exemplarmente.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O povo português, decorridos estes escassos cinco meses, já começa a sentir os seus efeitos.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Nós já!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — E de que maneira!
Risos do PS.

O Orador: — Queremos construir, no nosso país, uma democracia social avançada, inspirada no personalismo de raiz cristã. Como referimos no II Congresso do CDS, «oferecemos em contraponto ao socialismo pró-marxista as perspectivas doutrinárias da visão integral da pessoa humana, nas suas dimensões individual e comunitária». Somos, por isso, uma alternativa doutrinária, com conteúdo ideológico próprio, embora estejamos abertos à cooperação e ao esforço solidário com todos aqueles que connosco partilham de um mesmo projecto de democracia política no seio da Aliança Democrática.

Mas doutrina, para nós, não são meras palavras, é prática e programas políticos.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Ai querem..., querem...

O Orador: — Sentimo-nos insatisfeitos apesar de de todo o esforço desenvolvido.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Ainda?! ...

O Orador: — E importa dizê-lo desde já, para não sermos acusados de conformistas.

Temos, no entanto, a consciência de que estão lançadas as bases para a superação das deficiências e carências que notamos. E reforçámos hoje esta nossa convicção, através do debate que até este momento se verificou.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Com efeito, a maioria dos vícios apontados nas diversas intervenções do PCP e na intervenção do Partido Socialista que iniciaram o presente debate já tinham sido há muito detectadas pela Aliança Democrática e traduzidas até no seu programa eleitoral. Dele se apropriou, — é preciso recordar — o Governo eleitoral de Maria de Lurdes Pintasilgo. O actual Executivo teve de pagar a demagogia daquele Primeiro-Ministro escolhido a dedo para garantir a isenção das últimas eleições.

Não é de estranhar que hoje, já em clima de pré-campanha eleitoral, o PCP volte em sintonia e convergência, a tocar nessas mesmas teclas.

Mas mais uma vez foi o Governo da Aliança Democrática que se anticipou como ficou demonstrado através das intervenções do Ministro dos Assuntos Sociais e do Ministro do Trabalho.

O Governo está no caminho certo.

Tem provado à evidência que é um Governo que governa. E governa com seriedade, sem usar os expedientes da demagogia utilizados anteriormente.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — É um Governo isento.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — De taxas! ...

O Orador: — Daí o desespero da oposição e a luta que iniciou para o derrubar, de mãos dadas com outros Órgãos de Soberania.

Mas Governo constitucional que é e majoritariamente legitimado pelo voto popular...

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Não é verdade!

O Orador: — ... este Executivo que apoiamos conta com o único apoio que vale em democracia — o voto de cada português nas próximas eleições: e precisamente o voto daquele que não tem casa...

Risos do PCP.

...e espera obter uma casa, do que perde horas incômodas nos transportes públicos e anseia por chegar junto da sua família mais cedo, do doente que pretende deixar de esperar dias e meses por uma consulta, do que pretende assegurar uma velhice segura, do jovem que procura emprego e que acredita num futuro mais feliz, da dona de casa que pretende assegurar uma subsistência mais digna para os seus filhos, em summa de todo aquele que deseja para si e para todos nós uma melhor qualidade de vida, de todos os que pedem paz, liberdade, trabalho e progresso.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Está a sonhar!

O Orador: — A esses o Governo continuará a responder.

O povo português saberá responder melhor do que ninguém às acusações caluniosas aqui formuladas.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

Como V. Ex.^a sabe, dispõe de oito minutos.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Assistimos aqui, hoje, a uma das mais exemplares demonstrações da vacuidade, da leveza de ânimo, da inconsciência política com que a oposição, neste caso o PCP, faz uso dos seus direitos regimentais.

O Sr. José Ernesto Oliveira (PCP): — Está a falar dos ministros!

O Orador: — Se este Governo é o primeiro, desde o 25 de Abril, que goza, neste Parlamento, do apoio de uma maioria estável e coerente, ...

Risos do PCP.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — É permanente!

O Orador: — ... não é menos verdade que é também este Governo aquele que mais tem sido sujeito a investidas, que vão da propaganda anónima ao boicote dos trabalhos desta casa, passando por um contínuo jogo de entraves em que, em fogos cruzados perfeitamente orquestrados se aliam os mais diversos parceiros, que vão dos partidos políticos até, pasme-se, a membros de alguns Órgãos de Soberania!

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — É nesse fogo cruzado que se insere a presente interpelação que de interpelação tem, tão-só, formalmente o nome.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Já trazia isso de casa!

O Orador: — De facto, interpelação alguma se ouviu nesta Casa.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Já trazia isso de casa!

O Orador: — Tão-só afirmações gratuitas, algumas já largamente desmentidas pelo Governo. O alegado de pobreza que o PCP pretendeu passar a esta Câmara, ao apresentar a sua chamada interpelação, é mais do que notório e demonstrativo do que vimos dizendo. E é, na verdade, triste, para a democracia portuguesa, que um partido que fez eleger quatro dezenas de Deputados venha a esta Câmara, por iniciativa própria, dar uma tal imagem de inoperância parlamentar, de indigência cultural e política e do mais radical vazio crítico.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é tarefa difícil dizer que o abono de família está na mesma ou desceu quando foi aumentado, que a inflação sobe quando desce ...

Risos do PCP.

..., que os impostos sobem quando baixam, etc., etc, ou seja, dizer que o preto é branco e o branco é preto!

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mesmo, ó espanto, para o Partido Comunista, tal tarefa não é fácil.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Não seja ignorante!

O Orador: — Para o Partido Comunista, tudo quanto não seja empregar mais uns tantos burocratas, construir mais umas tantas fachadas, arranjar mais uns tantos organismos de *contrôle* controlados por fiéis controleiros, tudo quanto seja resolver problemas concretos de pessoas concretas, independentemente de rótulos, emblemas ou, na linguagem cara ao PC, de opções de classe, tudo quanto seja claro, objectivo e antidemagógico é para o PC claramente reaccionário e fascizante.

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — É neste monstruoso equívoco cultural que o Partido Comunista vive mergulhado e é nele que pretende mergulhar, com ele, esta Câmara. Não o consentiremos.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Ah! ...

O Orador: — E as intervenções já aqui produzidas hoje pelo Governo são por excesso suficientes para desmistificar a verdadeira natureza dos motivos que levaram o Partido Comunista a usar, ou abusar, os seus direitos regimentais, ao provocar a presente interpelação.

O Sr. José Ernesto Oliveira (PCP): — Nem o rei diria melhor!

O Orador: — Sem dúvida, meu caro senhor!

Não interessa ao PC clarificar políticas ou esclarecer a opinião pública. Não interessa, nem nunca interessou ao PC virificar a actividade desta Câmara, contribuindo para que ela seja um areópago útil para a democracia.

O que lhe interessa, o que o levou a esta interpelação, são dois motivos fundamentais que importa deixar bem claros. Por um lado, a necessidade, partilhada pelas outras oposições, de boicotar o ingente trabalho legislativo desta Câmara, distraindo Deputados e opinião pública das questões que efectiva e momentosamente, aqui devem ser discutidas. Por outro lado, capitalizar, em termos de presença informativa, os efeitos que a iniciativa da interpelação lhe poderá trazer.

É, pois, importante que, perante a opinião pública, se desmascare esta interpelação. O PC, que reconhece o monolitismo censório como método de informação, veio aqui no outro dia falar de liberdade de imprensa. O PC, defensor inconfesso do monismo partidário do poder, todos os dias aqui fala em democracia. O PC, sendo adepto do *contrôle* sistemático dos cidadãos, quantas vezes aqui vem falar de liberdade.

O PC, cujos partidos irmãos escravizam os povos que têm a desgraça de lhes estar, *nanu militari*, submetidos e sujeitos às mais dramáticas condições de

vida, vem aqui hoje armar-se em paladino da melhoria das condições de vida do povo português.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Ai que horror! ...

O Orador: — É horrível, é, minha senhora!

O Sr. Álvaro Brasileiro (PCP): — Cuidado com isso...

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta interpelação vale o que vale. Vale o que valem os argumentos aduzidos pelo interpelante. Ou seja, não vale nada.

¶

Vozes do PPM, do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Esta interpelação vale o que vale. E vale muito. Vale as claras e positivas intervenções que o Governo aqui trouxe hoje e amanhã trará ainda. Vale a clarificação de uma situação, a verificação provada da diferença abissal entre aqueles que alguma coisa fazem pelo povo português e aqueles de emprego de bem-estar e de futuro.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Diga uma que tenham feito!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Malaquias.

O Sr. Manuel Malaquias (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Desapixonadamente, sem falarmos em «Miras» nem em «latrinas», sem falarmos em longos tempos de espera e sem falarmos em preocupação, nomeadamente das preocupações que o Partido Socialista aqui enunciou, embora não seja o partido interpelante, nós também vamos dizer alguma coisa sobre o que é o facto e a verdade.

O Sr. Deputado Veiga de Oliveira começou, relativamente à área do sector social, por dizer que de 1 600 000 pensionistas deste país, só 300 000 tiveram aumentos que significaram em média 14% — e estou a repetir as suas palavras, Sr. Deputado Veiga de Oliveira — ou melhor de 4%, se tivermos em conta todos os pensionistas e não só aqueles que foram aumentados.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Não, não, Sr. Deputado!

O Orador: — Desculpe, isto é o que o Sr. Deputado disse e, aliás, tenho aqui o seu discurso na mão.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Então leia!

O Orador: — E sei ler ...

De qualquer maneira, Sr. Deputado Veiga de Oliveira, isso é falso. Aliás, como outros colegas meus da Aliança Democrática têm dito, o Partido Comunista tem até agora realmente demonstrado que pouco ou nada sabe de política social e agora demonstrou também que nada sabe de política de matemática.

ou seja nada sabe de números. É fácil dizer que o aumento foi de 4% na totalidade; é fácil dizer isso, mas já é muito difícil prová-lo, pela simples razão de que não podemos tomar o todo pela parte, mas sim a parte e, relativamente a essa parte, ver qual foi o aumento significativo. E o aumento é este...

Risos do PCP.

Eu digo-lhe, Sr. Deputado. Se o Sr. Deputado não sabe, eu digo: relativamente ao regime geral, o Sr. Deputado teve um aumento de Julho de 78...

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — O Sr. Deputado?

O Orador: — Sim, o Sr. Deputado, porque foi o Sr. Deputado Veiga de Oliveira que falou.

O aumento de Julho de 1978 foi de 2 250\$ e 2 750\$ para 3 100\$ e 3 600\$, aumento esse que foi estabelecido efectivamente pelo Governo da Sr.^a Eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo mas que foi o actual Governo que pagou. E isto é a verdade que se tem de dizer.

Aplausos do PSD e do CDS.

Risos do PS e do PCP.

Saiu deste Governo e foi este Governo que pagou. Não foi o Governo da Eng.^a Maria de Lurdes Pintasilgo que pagou, mas este Governo.

O Sr. Vítor Vasques (PS): — Isto é ridículo!

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Foram os trabalhadores!

O Orador: — Este aumento saiu do orçamento da segurança social de 1980. E é bom que todos os portugueses saibam que o pagamento do aumento das pensões de reforma saiu do orçamento de 1980.

E em relação ao que o Sr. Deputado diz sobre os outros pensionistas não terem sido aumentados, a verdade é que houve um aumento de 21%. E houve, conforme o Sr. Deputado pode ver na lei; leia o decreto e veja efectivamente o que lá se diz. Não venham para aqui tentar iludir o povo português, mas venham dizer a verdade e aquilo que está consignado na lei.

Relativamente ao abono de família, o Sr. Deputado Veiga de Oliveira continua a errar relativamente aos números: falou num conjunto enorme de numeros de pessoas e de famílias que não foram aumentadas e disse ainda que este aumento foi apenas de 60\$. Na verdade, o Sr. Deputado deve estar mais uma vez errado. O aumento de 60\$ deu-se para 480 000 famílias, o aumento de 120\$ para 318 000 famílias e, se o Sr. Deputado fizer contas, pode verificar que no total o aumento do abono de família é significativo. E mais, é preciso também dizer-se que o abono de família não era aumentado desde 1974 e que este Governo deu o aumento efectivamente e, portanto, fez aquilo que prometeu, cumpriu o programa da Aliança Democrática.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — É falso!

Uma voz do PCP: — Nem palmas merece!

O Orador: — Relativamente aos equipamentos sociais, é uma pena que o Sr. Deputado António Arnaut venha aqui neste momento, aquando da interpelação do Governo por parte do Partido Comunista, falar da Mitra, falar de bairros de lata e falar, enfim, segundo disse, daquilo que a este Governo não o preocupa e que ao Sr. Deputado António Arnaut preocupou. O que é um facto é que enquanto o Partido Socialista esteve no Governo pouco ou nada foi feito por aqueles que efectivamente necessitavam e pelos que sofreram e agora é fácil, quando na opinião, dizer-se exactamente o contrário. Gostava de saber quantas vezes é que o Sr. Deputado António Arnaut visitou bairros de lata para saber exactamente das circunstâncias em que essas pessoas vivem? Gostava de saber quantas vezes é que o Sr. Deputado António Arnaut, para além de Mitras, visitou outros estabelecimentos?

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — E o que é que fez?

O Orador: — É que em relação a esses o Sr. Deputado António Arnaut, enquanto Ministro dos Assuntos Sociais, pouco ou nada fez. Também em relação aos indigentes, aos deficientes, aos pensionistas, ao abono de família, aos desajustados sociais e a todos esses com que, afinal de contas, o Sr. Deputado diz que se preocupa, enquanto Ministro dos Assuntos Sociais, nada resolveu e nada fez.

Esta é a verdade e o Partido Socialista esteve dois anos no Governo. Este Governo tem apenas cinco meses de existência e já fez bastante por todos aqueles que efectivamente necessitam neste país. Não queremos nem temos a incumbência de ninguém para dar apoio aos que não necessitam, mas somente àqueles que necessitam do apoio deste Governo.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. José Ernesto Oliveira (PCP): — Não chega nem a director-geral, quanto mais a Secretário de Estado...

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, estão inscritos os Srs. Deputados Veiga de Oliveira, Zita Seabra e António Arnaut, pela ordem por que o solicitaram, respectivamente.

Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Manuel Malaquias: Quando o ouvi falar julguei que o tinha de corrigir. É que uma coisa é certa: o Sr. Deputado tem a minha intervenção na frente mas não a ouviu e a verdade é que há um número que modifiquei quando li e já agora fica para o Sr. Deputado ler depois no *Diário das Secções*. O Sr. Deputado depois verá o que lá está escrito.

Mas o que é importante na sua intervenção são dois simples factos, um dos quais devo salientar, na medida em que o Sr. Deputado acha que quem paga os aumentos é o Governo. Este Governo... talvez o único Governo do mundo, é quem paga.

Risos do PCP e do PS.

O Governo é quem paga. Mas paga o quê, Sr. Deputado?! Quem paga são os Portugueses, que descontam dos seus salários!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Coitadinho!

O Orador: — E os que descontam daquilo que pagam aos seus trabalhadores. Esses é que pagam. O Governo não paga nada, cumpre leis e tão-só. E mesmo isso não o faz porque está demonstrado que este Governo é avesso ao cumprimento das leis.

Aplausos do PCP.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Afinal, faz ou não faz?

O Orador: — Quanto à estatística, tenho a dizer-lhe que, se leu a minha intervenção e se a tiver ouvido, deve ter notado que há um parágrafo especialmente dedicado aos Deputados que são como o Sr. Deputado Manuel Malaquias. É um parágrafo em que se diz que as estatísticas são sempre contestáveis. Pois são! Mas os factos não são: aquilo que as pessoas sofrem na rua e sentem no seu próprio físico e na sua própria vida diária não é contestável!

O Sr. Deputado pode manipular os números. Eu dir-lhe-ei que os meus números têm uma base e o Sr. Deputado dir-me-á que os seus também têm uma base, pois muito obrigado. Até está lá o parágrafo e se o Sr. Deputado o tivesse lido dispensávamos de gastar este tempo.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Confesse que manipulou...

O Orador: — E quanto ao abono de família, que um Governo do 25 de Abril pôs em 240\$, o Sr. Deputado disse que há quatro anos que não era aumentado. E lembro ao Sr. Deputado que a promessa do Governo foi a de garantir a manutenção do poder de compra aos beneficiários dos diversos regimes de segurança social e também àqueles que beneficiam do abono de família. Pergunto-lhe como é que com 10\$ para a maioria daqueles que são os beneficiários do abono de família em 240\$, os Srs. Deputados actuam o poder de compra? E como é que, a ser assim, o Governo cumpre a promessa que fez?

O que foi demonstrado é que o Governo prometeu só para obter votos, nunca tencionou cumprir, não a cumprir e não cumpriu. Foi isto que foi demonstrado e nada tem a ver com a estatística.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra Sr.^a Deputada Zita Seabra.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria fazer duas breves perguntas ao Sr. Deputado Manuel Malaquias. O Sr. Deputado misturou os números todos e para que fique claro pergunto-lhe o seguinte: quantos reformados foram aumentados por este Governo em 21%? A segunda pergunta que lhe coloco é esta: quantos reformados não receberam um tostão de aumento com os aumentos efectuados por este Governo?

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Nenhum!

A Oradora: — Vê-se bem que o Sr. Deputado Narana Coissoró não é reformado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Pois não. Nem serei.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Pois não. É reformador.

Risos.

A Oradora: — E digo-lhe mais, Sr. Deputado: é que o Sr. Deputado Narana Coissoró deve ser um daqueles Deputados que gasta mais num jantar só do que a reforma que este Governo está a pagar aos rurais.

Aplausos do PCP.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Ah, isso é com o Sr. Eng.^a Veiga de Oliveira!

A Oradora: — Uma outra pergunta que gostava de lhe colocar, já que estamos a falar de números, é a seguinte: quantas são as crianças portuguesas que pertencem a famílias que têm onze contos de rendimento familiar, dez filhos, e que recebem o aumento do abono de família que foi aqui referido nesta Assembleia pelo Sr. Primeiro-Ministro e pelo Sr. Ministro dos Assuntos Sociais?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Arnaut.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito brevemente, vou responder à pergunta que o Sr. Deputado Manuel Malaquias me fez.

Em primeiro lugar, quero salientar que o Sr. Deputado tem do Governo uma «concepção de pelícano», isto é, o Governo, como o pelícano, arranca as carnes do próprio corpo para dar aos filhos — neste caso aos reformados...

O Sr. Deputado disse que o Governo é que pagou as reformas e eu pensava que tinha sido o Orçamento Geral do Estado.

Por outro lado, também queria dizer ao Sr. Deputado que não tem que se admirar que num debate de política social o Partido Socialista, profundamente engajado na mudança estrutural da sociedade portuguesa, traga aqui problemas como a Mitra de Lisboa — que veio aqui como um símbolo, não sei se o Sr. Deputado percebeu isso —, e os bairros degradados, que igualmente vieram aqui como um símbolo angustiante das nossas carências em matéria de habitação.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Que fez o PS nesse campo?

O Orador: — A respeito da Mitra, o Sr. Deputado devia primeiro visitá-la e depois falar.

O Sr. Manuel Malaquias (PSD): — Conheço a Mitra, Sr. Deputado!

O Orador: — Então se conhece, é muito mais grave.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Agora, para responder sobre o que é que o Partido Socialista fez: olhe, Sr. Deputado, confesso muito honestamente, pela parte que me toca, que muito pouco em relação àquilo que se devia fazer, apesar da atenuante do pouco tempo.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Dois anos e meio é pouco tempo?

O Orador: — Mas, Sr. Deputado, quanto à Mira, por exemplo, e o seu colega e nosso comum amigo Ângelo Correia poderá testemunhar o meu próprio interesse, porque se apercebeu disso, na realização de obras imediatas...

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — É verdade!

O Orador: — Ele diz que é verdade. Obrigado, nem outra coisa eu esperaria de si.

Como estava a dizer, na realização de obras imediatas que tornassem habitáveis imediatamente aqueles velhos e sombrios barracões. E repare, quando no dia 25 de Abril de 1978 fui à Mira pela segunda vez — já lá voltei depois disso, como Deputado, anonimamente —, e elaborei aquele despacho a que me referi, dei-me a mim próprio o prazo de um ano para reestruturar completamente a Mira e se o não fizesse é evidente que isso era apenas por incapacidade própria e, naturalmente, eu teria que me demitir. Portanto, assumi conscientemente a responsabilidade de reestruturar a Mira, não só através das medidas imediatas, quais sejam a realização de obras no sentido de tornar mais higiénicas e mais habitáveis aquelas instalações, como também na própria reestruturação a longo prazo. E isso foi com o tal decreto que lhe referi, que criava o centro de apoio social e o centro de acolhimento e triagem, que este Governo, aliás, alterou um pouco, transferindo para a Misericórdia de Lisboa a função de acolhimento e triagem.

Quanto à saúde, Sr. Deputado Manuel Malaquias, de facto fizemos aprovar a Lei do Serviço Nacional de Saúde, que por culpa vossa não está ainda a ser cumprida — bastava dizer isso. Mas foi no II Governo Constitucional, num governo socialista, que pela primeira vez os cidadãos portugueses passaram a ter acesso gratuito ao serviço de saúde que temos. Lembre-se de um despacho que estendeu os Serviços Médico-Sociais a toda a população e isso, pensamos nós — vai permitir-me a sinceridade —, foi um passo importante para a melhoria dos serviços de saúde, alargando-os a toda a população.

Ainda na segurança social, não se esqueça de que foi um governo socialista que tomou uma medida socialista, que é a de igualar os rurais para efeito de pensão — porque aumentar as pensões, evidentemente, qualquer governo o pode fazer dentro dos limites do orçamento. Sabemos que não se podem fazer milagres nesse aspecto...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Ah!

O Orador: —..., mas igualar as mulheres do campo aos homens do campo, acabando com essa desigualdade inadmissível, isso foi uma medida socialista que os senhores não são capazes de revogar.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Nem queremos!

O Orador: — Podia dizer-lhe muito mais, Sr. Deputado, mas em Outubro falaremos. O socialismo não se faz numa geração, e quando falamos em acabar com as desigualdades sociais, com a opressão e com a exploração não falamos no nosso tempo pessoal falamos no tempo histórico com a certeza absoluta de que isso há-de acontecer e de que a democracia e o socialismo hão-de ser construídos em Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para responder se o desejar, o Sr. Deputado Manuel Malaquias.

O Sr. Manuel Malaquias (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Fiquei estarrecido com as declarações do Sr. Deputado Veiga de Oliveira e agradeço as declarações do Sr. Deputado António Arnaut.

Na verdade, se eu disse que o Governo é que pagou, disse mal. É um facto que este Governo teve a vontade política de pôr em execução um despacho...

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Um decreto!

O Orador: — ... da engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo e que esse pagamento foi efectuado durante este Governo. É isso que lhe tenho a dizer.

Relativamente a garantir o poder de compra registei que o Sr. Deputado conseguia subir os salários através do abono de família.

Vozes do PCP: — Não disse nada dissol

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Então e o número de reformados?

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Ainda temos mais tempo...

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nascimento Rodrigues.

O Sr. Nascimento Rodrigues (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A interpelação do Partido Comunista sobre política social e bem-estar da população acabou por se traduzir num conjunto de palavras ocas, de frases fentas e de imagens gastas.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — E isso foi extremamente sintomático e extremamente revelador na intervenção que o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa fez a propósito da política de trabalho e de emprego.

Não vejo nas bancadas do Partido Comunista o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa...

Vozes do PCP: — Está ali!

O Orador: — Ah! Está ali.

Lamento ter de dizer que a sua intervenção me fez lembrar uma expressão que se utiliza na minha terra

quando o povo diz a propósito de certo orador que falou muito e não disse nada».

Risos do PCP.

O Sr. Deputado falou muito e ainda por cima alou com um conjunto de incorrecções e de inverdades. Nós não responderemos da mesma maneira ao Partido Comunista.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Não respondem, não!

O Orador: — Temos da democracia o conceito de que ela é um princípio e um objectivo, e não uma tática, e por isso temos respeito suficiente pelo povo português para lhe dizer a verdade. É a verdade com dados, com factos, com números e com estatísticas que diremos ao povo português.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Demonstarei assim, ponto por ponto, sem qualquer receio de desmentido, as afirmações feitas na intervenção do Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

Comecemos: em primeiro lugar, o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa acusou este Governo de bloqueamento à contratação colectiva e de bloqueamento ao aumento dos salários.

A propósito de bloqueamento, recordarei ao Sr. Deputado do Partido Comunista que a iniciativa dos bloqueamentos da contratação colectiva em Portugal se iniciou em 1975, na vigência de governos da especial simpatia do Partido Comunista.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Apoiado!

O Orador: — Recordar-lhe-ei, portanto, o Decreto-Lei n.º 292/75, de 16 de Junho, que promoveu um congelamento total dos salários acima de 12 000\$. Verdade valha que esta iniciativa legislativa teve detrás de si uma certa prática pelos sindicatos afectos à Intersindical que, por sua própria diligência, nas contratações colectivas, promoveram o congelamento de salários acima deste nível. Iniciativa contratual-sindical, essa única nos países livres de todo o mundo.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Censura!

O Orador: — Por outro lado, Sr. Deputado, recordar-lhe-ei que a política legislativa de congelamento dos salários continuou nos anos seguintes, primeiro com o Decreto-Lei n.º 49-A/77, que impôs o tecto salarial de 15 %, da autoria do I Governo Constitucional, depois, com o Decreto-Lei n.º 121/78, de 2 de Junho, que impôs o tecto salarial de 20 %, da autoria, se a memória não me falha, do II Governo Constitucional.

De modo que a propósito de congelamento não percebi se o Partido Comunista estava a interpelar o Governo da Aliança Democrática ou se estava a interpelar os governos socialistas e presidenciais.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Mas é evidente que quando se fala de contratação e de política salarial, sobretudo quando se fala de política salarial, tem sempre que compaginar-se isto com

a evolução da inflação ocorrida no mesmo período. E o que é que verificámos durante estes períodos?

Verificámos o seguinte, Sr. Deputado: de 1975 para 1976, portanto num período de total congelamento dos salários acima de 12 000\$, o custo de vida subiu 18,3 %; de 1976 para 1977, o custo de vida subiu 27,3 %, e já havia o tecto salarial dos 15 %; de 1977 para 1978, o custo de vida subiu 22,1 %; de 1978 para 1979, com o tecto salarial dos 20 %, o custo de vida subiu 24,2 %.

Vejamos, agora, qual tem sido a política «ditada» de congelamento do Governo da Aliança Democrática, vejamos agora qual tem sido a chamada repressão salarial do Governo da Aliança Democrática.

Nos cinco primeiros meses dos anos, respectivamente de 1977 a 1980, os instrumentos de regulamentação colectiva de natureza convencional acusaram estas estatísticas — desafio o Partido Comunista a mostrar-nos que estas estatísticas não estão corectas...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ...: em 1977, 39 instrumentos convencionais; em 1978, 56 instrumentos convencionais; em 1979, 89 instrumentos convencionais; em 1980, 115 instrumentos convencionais!

Onde está o congelamento da contratação colectiva?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Vejamos agora a evolução salarial.

Os senhores referiram aqui outro dia, a propósito da discussão do Plano e do Orçamento, que estaria imposto um tecto salarial de 18 % pelo Governo da Aliança Democrática. Isto foi desmentido e voltamos a desmenti-lo, mas desmentimo-lo com números, não o desmentimos com demagogia e com palavras.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E dou-lhe apenas alguns exemplos, Sr. Deputado. Em relação às empresas públicas, que referiu como sendo mais sacrificadas, o senhor tem estes índices: para os CTT, aumento da tabela salarial de 22 % aumento do subsídio de refeição de 20 %, aumento das diuturnidades de 30 %; na Portucel, um aumento da massa salarial global de 21 %; no Metropolitano, para os quadros técnicos, um aumento de 26,2%; para a Rodoviária Nacional, embora empresa declarada em situação económica difícil, aumentos de 22,4%; para a Quimigal, aumentos de 22,04%; para a marinha mercante, sector comercial, aumentos de 22 %; para a EPAL, aumentos de 24,6 %.

E repare, Sr. Deputado, que estes aumentos incidem sobre a massa salarial global, o que permite que a tabela salarial acuse elevações salariais superiores a estes índices.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Volto a perguntar-lhe onde está a política de opressão salarial do Governo da Aliança Democrática. E digo-lhe mais, Sr. Deputado, se compaginar com a evolução do custo de vida que entre-

tanto se tem verificado, observará que, efectivamente, os aumentos salariais têm sido ligeiramente superiores ao aumento do custo de vida.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E mais ainda, não podemos avaliar o rendimento salarial de um trabalhador e da sua família apenas pelos salários consagrados nas convenções colectivas de trabalho, temos de os avaliar também pelo conjunto de benefícios das convenções colectivas e pelo conjunto de benefícios legislativos.

Recordo-lhe os benefícios trazidos pelo abaixamento dos impostos, cujo leque vai de 2% a 9%.

Recordo-lhe os benefícios trazidos à população trabalhadora pelas pensões sociais.

Recordo-lhe os benefícios trazidos à população em geral e sobretudo à população trabalhadora pelos suplementos do Orçamento Geral do Estado para a manutenção de um conjunto de certos preços de bens essenciais.

Não podemos ver uma coisa isoladamente, temos de ver as coisas em conjunto. E em conjunto podemos afirmar, sem receio de desmentido, que a situação dos trabalhadores começa a melhorar. Não é tão boa como aquela que queríamos, mas também lhes posso assegurar, Srs. Deputados do Partido Comunista, que a insatisfação legítima das camadas trabalhadoras deste país será sempre conduzida pela maioria parlamentar e pelo Governo da Aliança Democrática. Não deixamos essa iniciativa ao Partido Comunista, porque os trabalhadores confiam em nós!

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — O Sr. Deputado do PSD começou por acusar-me de a minha intervenção ser vazia, de dizer inverdades, para depois dizer que ia desmontar, ponto por ponto, essa intervenção de quinze minutos e eu esperava um rol de afirmações que provassem esse intróito, mas, afinal, o Sr. Deputado ficou-se pela questão da contratação colectiva...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — E não só! ...

O Orador: — Mas o Sr. Deputado começou com inverdades porque, quando na minha intervenção eu foquei que, de facto, tinha havido a tentativa de bloqueamento da contracção colectiva, de 40 convenções colectivas, com certeza que o Sr. Deputado não tem a memória tão curta que não se recorde que o Ministério do Trabalho procurou fazer isso e foi pela luta dos trabalhadores que essas convenções colectivas saíram, salvo duas, a da EPAL e a da TAP.

No entanto, o Sr. Deputado passou como gato por brasas em relação aos metalúrgicos, em relação aos têxteis e em relação aos químicos e referiu que os trabalhadores das empresas públicas até estão a receber salários superiores aos tais 18% que nós referimos como sendo a tentativa de imposição de um tecto salarial.

Mas, Sr. Deputado, a pergunta que lhe queria fazer é se tudo isso foi dado pelo Governo, se foi dado pelo

patronato, se isso foi uma benesse dada de acordo com o Ministério do Trabalho ou se os trabalhadores tiveram que recorrer sistematicamente à greve para conseguir arrancar do patronato e deste Governo essas parcelas salariais. É isto que os senhores pretendem escamotear!

Aplausos do PCP.

E não é por acaso que isto acontece!

O Governo AD como que toma o pulso dos trabalhadores. Se, por acaso, eles não lutam, é-lhes imposto um tecto salarial de 18%, mas quando existe a força, a unidade dos trabalhadores, então começa a haver um recuo sistemático, e os desaires profundos que o Governo tem sofrido têm tido como causa, precisamente, a luta dos trabalhadores, que não teriam um aumento superior a 18% se não lutassem pois não foi por vontade do Governo, porque ele está, de facto, ao serviço do capitalismo, ao serviço das forças reaccionárias e por isso não está interessado em defender os interesses dos trabalhadores.

Aplausos do PCP.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Não está ao serviço da União Soviética!

O Orador: — Pensava que o Sr. Deputado iria referir, em relação ao sector público, a Resolução n.º 163/80, que permite ao Ministério do Trabalho substituir totalmente os conselhos de gerência, transformando-os em meros pombos-correios, retirando-lhes toda a capacidade negocial e permitindo assim que novos confrontos se dessem.

Mas isso o Sr. Deputado não referiu, como não referiu o caso de repressão e despedimentos na Standard Eléctrica, os casos de repressão que existem no Norte, os contratos a prazo e todas as outras acusações que aqui fiz.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — E se os senhores estivessem no poder?

O Orador: — Tal como o Ministro do Trabalho, o Sr. Deputado passou como gato por brasas sobre tudo isso. Os senhores não estão interessados, não são capazes de responder nesta Assembleia, ou fora dela, a estas graves acusações.

E estas acusações não são só os Deputados comunistas que as fazem, não são só os comunistas que nas fábricas as fazem, são também milhares e milhares de trabalhadores que não votaram no PCP mas que hoje vêm de que modo foram enganados ao votarem na AD, qual é o engano que representa a direita no Poder. E os senhores vão pagar isto caro, vão pagar isto com a derrota eleitoral no próximo mês de Setembro ou Outubro.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Veremos, veremos!

O Orador: — Veremos, sim, porque os trabalhadores já os estão a condenar, Sr. Deputado!

Aplausos do PCP.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Estão a condenar a vocês! Eles sabem o que acontece na União Soviética, onde são explorados pela classe burocrática.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nascimento Rodrigues.

O Sr. Nascimento Rodrigues (PSD): — Sr. Presidente, eu gostaria de interpelar a Mesa para pedir o favor de me esclarecer acerca de quanto tempo dispõe ainda o meu partido.

O Sr. Presidente: — Em relação ao tempo de hoje, o seu partido dispõe de um minuto.

O Sr. Nascimento Rodrigues (PSD): — Procurarei responder, dada a limitação de tempo — e embora forçosamente o vá exceder um pouco —, de maneira sintética ao Sr. Deputado Jerónimo de Sousa e amanhã certamente que teremos oportunidade de continuar o debate.

Em primeiro lugar, eu queria dizer ao Sr. Deputado Jerónimo de Sousa que fiquei extraordinariamente perplexo quanto à concepção que o Partido Comunista defende da liberdade de contratação.

E fiquei extraordinariamente perplexo e preocupado pelos trabalhadores portugueses...

Risos do PCP.

..., porque o Sr. Deputado parte deste raciocínio: se ao fim e ao cabo, é verdade que os trabalhadores conseguiram alcançar aquilo que eu referi, isto é, elevações salariais da ordem dos 22% — e o Sr. Deputado não o negou —, isso deve-se à luta dos trabalhadores e não ao Governo.

Pergunto o seguinte: Pensa o Sr. Deputado que num País com um sindicalismo democrático, como é aquele que devemos ter — e infelizmente ainda não temos na totalidade —, ...

Uma voz do PCP: — Temos, temos!

O Orador: — ... é ao Governo que compete dar os aumentos salariais contratuais aos trabalhadores? Não é, Sr. Deputado! É de uma livre negociação colectiva entre sindicatos e patronatos que isso se arranca!

Aplausos do PSD.

Protestos do PCP.

Em segundo lugar, quanto às 40 convenções colectivas, parece que, ao fim e ao cabo, o tal bloqueamento da contratação se resume a esse facto e eu gostaria de recordar ao Sr. Deputado do Partido Comunista que isso se ficou a dever a uma lei do V Governo.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Do vosso Governo!

O Orador: — Os senhores devem, portanto, agradecer ao V Governo a situação de confusão que foi provocada pela saída do diploma que obrigou à fundamentação dos instrumentos de regulamentação colectiva para efeitos de depósito no Ministério do Trabalho.

Mas devo ainda acrescentar, Sr. Deputado, que se este Governo fosse aplicar rigorosamente a lei teria provocado um bloqueamento na contratação. Nós é que flexibilizámos a aplicação da lei, nós não

fizemos exigências de fundamentação que fossem para além daquilo que é razoável, nós permitimos o desbloqueamento total, e praticamente imediato, das convenções colectivas que o V Governo nos tinha deixado bloqueadas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Não permitiram nada, foram forçados!

O Orador: — Quanto à Resolução n.º 163/80, recordo ao Sr. Deputado — que parece ter a memória curta — que, relativamente às empresas públicas, e pela sua própria natureza, é evidente que tem de existir um Ministro da Tutela que tem que dar orientações gerais sobre a política a seguir pelas empresas públicas nos vários domínios. Sempre foi assim e, portanto, relativamente ao actual Governo não houve senão uma alteração, e uma alteração positiva, que é a de responsabilizar os conselhos de gerência que devem ter uma margem de autonomia para levar a cabo negociações colectivas com os sindicatos.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Mas isso é falso!

O Orador: — Se os senhores consideram que isto não é positivo, então não entendo qual é o vosso conceito de autonomia!

Em suma, e para concluir, Sr. Deputado, nós não temos receio das eleições de Outubro e, parafraseando aquilo que já foi aqui dito, posso assegurar-lhe o seguinte: o Governo da Aliança Democrática, em Outubro, não se limitará a prometer Abril...

A Sr.ª Zita Seabra (POP): — Vai-se embora!

O Orador: — ... pois não só cumprirá Abril como retomará o curso de 2 de Dezembro de 1979.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito brevemente, e para mostrar o que vale a prosápia do Sr. Deputado, queria lembrar que o Governo que congelou o aumento dos salários acima de 12 000\$ — e fê-lo por razões que na altura foram consideradas justas por esse mesmo Governo, e não só — tinha entre os seus participantes, sendo mesmo dos que mais peso tinham no Governo, o PPD, o PSD.

Risos do PSD.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Está a falar dos elementos que estão na Frente Socialista?

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — E dos outros.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Num debate sobre questões sociais interessa não perder de vista a posição relativa de Portugal no contexto europeu quanto ao nível de evolução económico-social.

Parece-me oportuno recordar que de um conjunto de indicadores sociais publicados recentemente pela OCDE, Portugal só não era ultrapassado pela Turquia em vários deles, embora alguns outros fossemos o último dos países da OCDE.

Os principais desses indicadores, reflectindo diferentes fenómenos do vasto campo dos assuntos sociais, eram: o rendimento nacional *per capita*, as despesas de consumo privado, também por habitante, a mortalidade infantil, a taxa de escolaridade no grupo etário dos 15 aos 19 anos, o número de habitações acabadas por 1000 habitantes, o consumo *per capita* de proteínas animais, o consumo de energia por habitante e o número de telefones e de televisores, também por habitante.

Esta situação de desigualdade de Portugal perante os outros países europeus tem a ver com meio século de atraso económico, social, cultural que o nosso país atravessou, mas implica também que uma política de desenvolvimento do País tem de ter em conta esta realidade e conter em si objectivos e meios que permitam a sua gradual transformação.

Ao lado do crescimento do produto nacional, da aceleração do investimento, da melhoria da posição económica externa, têm de estar também equacionados objectivos e perspectivados os meios necessários não apenas a uma melhor distribuição da riqueza nacional, na visão tecnocrática de repartição do rendimento nacional, mas à resolução das carências primárias da população, como a saúde, reforma, habitação, transportes, escolaridade acesso à cultura, ao desporto e aos tempos livres.

Nas condições concretas do nosso país, julgamos só ser possível efectivar uma opção humanista da economia que se articule com a permanente preocupação de gradual resolução dos problemas sociais mais prementes, através de um projecto de solidariedade nacional que tenha por base a mobilização do País numa larga participação popular.

O 25 de Abril e os momentos que se lhe seguiram abririram uma tal perspectiva que talvez pela forma mais nítida em toda a nossa história, irrompeu uma forte vontade nacional de viver finalmente em paz e em liberdade.

Milhares e milhares de portugueses, ao ganharem clara compreensão do que fora o regime de opressão que os submetera por tantos anos, despertaram para novos ideais de solidariedade e para a consciência dos seus direitos de cidadania. Novas preocupações de justiça social passaram a fazer parte do quadro de valores de vastas camadas do povo português. E são tão profundas tais preocupações que até os partidos conservadores têm de usar da mais desenfreada demagogia eleccional para se darem ares de identificação com estas preocupações de justiça social.

Desta vontade colectiva nasceram importantes conquistas sociais que a Constituição da República veio a consagrar como partes integrantes do nosso modelo de vida: o direito ao trabalho e os deveres do Estado nesta matéria; a segurança no emprego, com proibição dos despedimentos sem justa causa; o direito a férias, gozado por milhares de portugueses talvez pela primeira vez depois do 25 de Abril; o direito à

segurança social; o direito à protecção da saúde, que deverá ser concretizada por um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito; o direito à habitação, incumbindo ao Estado e às autarquias locais pesadas responsabilidades para a sua concretização; as obrigações do Estado para a reabilitação e integração dos deficientes e, finalmente, a consagração do direito de participação popular nas formas mais diversas e em todos os planos da nossa vida colectiva.

Este quadro de garantias e direitos sociais não se desenvolvem, porém, em total conjugação com as esperanças e legítimos anseios que o 25 de Abril desencadeara.

A situação material das camadas mais desfavorecidas tem-se degradado nos últimos anos. É a evolução negativa dos salários reais desde 1976, o aumento do desemprego, a redução da parte do trabalho no rendimento nacional.

Não julgamos que o Governo da AD possa inverter esta evolução recente ou possa cumprir as suas promessas de melhorias das «condições de vida das famílias portuguesas». Já o temos afirmado, referindo que consideramos que os objectivos de política económica do Governo são incompatíveis entre si.

A este aspecto e ao seu cotejo com as questões sociais voltaremos em fase posterior deste debate.

Nas nossas primeiras intervenções iremos apenas abordar aspectos parcelares, em áreas que consideramos mais preocupantes, na expectativa, que esperamos não ver novamente defraudada, de obter respostas do Governo às questões concretas que entendemos ter o direito de lhe colocar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Embora se não disponham de números exactos quanto ao desemprego existente no nosso país, estimativas do Ministério do Trabalho, de meados de 1977, apontavam para um número de cerca de meio milhão de desempregados, metade dos quais à procura do primeiro emprego. Com toda a imprecisão que as estimativas poderão ter, este valor dá-nos uma ideia da gravidade desta chaga social.

Dados de outra fonte indicam um regular crescimento do número de desempregados entre Agosto do ano passado e Fevereiro deste ano.

O Governo recusou-se a incluir o objectivo de contenção do desemprego como objectivo prioritário nas Grandes Opções do Plano para 1980, aliás na sequência lógica das suas opções em matéria económica, mas em desrespeito do próprio Programa do Governo, tendo afirmado a sua perspectiva de criação de apenas 19 000 novos postos de trabalho em 1980, número insuficiente para absorver os jovens que anualmente chegam ao mercado do trabalho.

Sem a ilusão, portanto, de que a política do Governo possa globalmente dar resposta positiva ao problema do desemprego, o MDP/CDE coloca, no entanto, as seguintes questões ao Governo:

Que orientações concretas pretende o Governo desenvolver — se é que pretende — para contrariar os casos de despedimentos colectivos, tendo o caso da Standard Eléctrica já sido aqui denunciado pelo Deputado Jerónimo de Sousa?

Quando pensa o Governo pôr em vigor medidas de política selectiva relativamente a jovens, mulheres e deficientes, anunciadas no Programa do Governo e a que o Sr. Ministro do Trabalho fez hoje algumas referências?

No debate sobre as interpelações ao Governo efectuadas pelo PCP e pelo PS, em Março passado, o Primeiro-Ministro afirmou: «Tem agora o País uma política coerente, uma política económica global, [...] que determinará [...] a melhoria dos salários reais.»

E o Ministro Cavaco e Silva, durante a discussão do OGE, depois de referir as apregoadas reduções dos impostos profissional e complementar, o aumento de pensões e a evolução desfavorável dos preços, concluiu tudo indicar claramente para que venham a ser alcançados os objectivos de aumento do poder de compra e melhoria na distribuição dos rendimentos.

Por outro lado, o Governo tem procurado ligar os aumentos de salários aos ganhos de produtividade.

Tendo a produtividade do trabalho aumentado 2,7% em 1979, supondo um valor semelhante para 1980, e considerando a inflação projectada de 20% para 1980 — embora em 1979, período para o qual se deveria verificar a reposição do poder de compra dos salários nominais, tivesse sido superior a 24% os aumentos de massa salarial, para respeitarem os anunciados objectivos do Governo, deveriam ser, em base anual, no mínimo de 22% a 23%.

Será isto que se verifica? Será isto que se verifica quando os trabalhadores, por intermédio dos seus sindicatos, reivindicam aumentos de 24%, de 25%, de 27% ou de 28%, mas para cobrir períodos que vão a ano e meio e por vezes quase a dois anos de vigência das respectivas tabelas salariais?

Ao subordinar ao objectivo prioritário e eleitoral de redução da inflação, o Governo tenta criar condições para a travagem do ritmo de aumento dos salários nominais.

Têm claramente esse objectivo a limitação da intervenção em matéria salarial dos gestores das EPs, a declaração de empresas públicas em situação económica difícil, a morosidade nas negociações colectivas de trabalho e os próprios atrasos da publicação das convenções no *Boletim do Ministério do Trabalho*, roubando aos trabalhadores cerca de 2% ao mês e levando a prazos de validade das tabelas salariais de dezasseis meses ou mais.

Há importantes contratos em negociação, para fase de conciliação ou de elaboração de PRTs, atingindo umas centenas de milhares de trabalhadores, cujas tabelas estão em vigor há muito mais de um ano. É este o caso dos gráficos, desde Março de 1979, dos têxteis, desde Janeiro de 1979, dos metalúrgicos, desde Novembro de 1978, dos trabalhadores da panificação e químicos, desde Outubro de 1978, dos trabalhadores da indústria mineira, desde Março de 1978, e dos do sector automóvel, desde Janeiro de 1977.

Mas, para além deste apoio directo à lentidão da contratação colectiva, o Governo dá fortes trunfos morais ao patronato para que este contrarie a manutenção dos salários reais. E já não falo na afirmação televisiva do Primeiro-Ministro de um tecto salarial psicológico de 18%, mas refiro-me ao exemplo, que é o melhor exemplo para o patronato, da decisão do Conselho de Ministros sobre os novos vencimentos dos trabalhadores da função pública, que correspondem a um aumento, em base anual, da ordem dos 13%.

Comprometido pelo seu Programa e pelas declarações de membros responsáveis, pergunta-se ao Governo: projecta o Governo algumas medidas para

impedir o protelamento das convenções colectivas por parte do patronato?

Em concreto, projecta o Governo medidas adequadas à redução das fases de conciliação ou de regulamentação por comissão técnica?

A política não intervencionista do Ministério não joga unilateralmente a favor do patronato?

E dentro destas preocupações do Ministério do Trabalho, quando projecta este o fornecimento aos parceiros sociais do quadro de dados estatísticos de índole económica-financeira e de natureza técnica, que o Sr. Ministro do Trabalho anunciou nesta Câmara em Março passado?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apesar de a inflação em Março passado ainda se manter em taxa anual superior aos anunciados 20%, não pode deixar de reconhecer-se que Governo está empenhado numa contenção, ainda que artificial, da taxa de inflação. É óbvio que o está por razões eleitorais, pois que foi o único número concreto que indicou aquando da apresentação do Programa do Governo.

Já aqui tem sido referido que o Governo fará um esforço de contenção de preços até às próximas eleições. O Governo que vier a seguir que resolva as situações que, entretanto, tenham sido artificialmente contidas.

Dentro destas legítimas suspeitas, é pertinente perguntar ao Governo: os preços dos produtos subsídiados (do antigo «cabaz de compras») estão estabelecidos pelo Governo para se manterem inalterados até Dezembro, incluindo os preços dos adubos e das rações?

O Governo confirma a manutenção dos preços dos transportes públicos? E como pretende superar as dificuldades resultantes, por um lado, dos aumentos dos custos dos factores de produção e, por outro, da manutenção dos subsídios às empresas públicas ao nível do realizado em 1979?

No seu Programa, o Governo considerou que a segurança social tem de ser primordialmente concebida como factor de igualização de oportunidades e de condições mínimas de vida.

Para conseguir este objectivo, naturalmente que a participação criativa dos próprios trabalhadores é necessária. Aos trabalhadores e à sua intervenção se devem muitas das melhorias verificadas na segurança social.

Não é, porém, isto que está na prática do VI Governo. Repare-se que nem houve audição prévia dos trabalhadores para a apresentação do orçamento da segurança social, repare-se nas medidas para atenuar a participação dos trabalhadores na gestão da segurança social.

O Governo aumentou vários benefícios complementares, como sejam os de nascimento, casamento, funeral, alcitação e daí um cumprimento — muito parcial embora — dos objectivos inseridos no Programa do Governo. Foram áreas, onde, com baixos custos, o Governo arranjou um bom arsenal propagandístico.

Mas quanto ao abono de família, utilizando embora um esquema que assenta em princípios justos, beneficiou cerca de 70% das crianças com um aumento individual médio inferior a 80\$, como correção de um valor que data de há seis anos. Como factor de igualização de oportunidades deixa, de facto a desejar!

Quanto a pensões de reforma, o Governo deixou 750 000 reformados com a ridículo reforma de 1 800\$ por mês, já sem referir quantos tiveram aumentos entre 10\$ e 250\$. Será isto contributo para garantia de condições mínimas de vida?

Neste campo, a questão que o MDP/CDE pretende colocar ao Governo é a seguinte: projecta o Governo face à injustiça das situações antes citadas, e ao desagrado generalizado que aquelas correspondeu, rever a curto prazo os montantes do abono de família e das pensões mínimas?

Foram questões simples as que colocámos ao Governo. Resta-nos, por agora, aguardar, para verificar se nas suas intervenções os Membros do Governo lhes prestarão alguma atenção — o que seria inédito — ou se continuarão apenas a fazer diversos actos de propaganda eleitoral.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UDP sempre afirmou desde o dia 2 de Dezembro que este Governo, apesar da vontade de ganhar as próximas eleições, nem por isso ia governar no sentido de satisfazer minimamente as necessidades do povo trabalhador pobre e explorado do nosso país. Isso aconteceu, está a acontecer e é também isso que prova à evidência o carácter profundamente antipopular deste Governo que nem para garantir o apoio do voto nas próximas eleições de grande parte dos portugueses quis e foi capaz de lhes dar aquilo que lhes prometeu. Isto mostra até que ponto vai o carácter reaccionário deste Governo.

Quem ouve aqui falar nesta Câmara os Srs. Deputados da AD constata que pretendem colocar o Governo acima daquilo que se vai passando no nosso país. Contudo, o Governo tem de dizer quem é que incentiva, o que é que encoraja, quem é que reprime, e é por aqui que constatamos de que lado é que ele está e de que lado é que ele se põe. E, quem por esse país fora, saído desta Assembleia bem aquecida, climatizada e alcatifada, ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Nem por isso! ...

O Orador: — ... constata o dia-a-dia do povo trabalhador, tem de claramente dizer lá fora e aqui dentro que este Governo governa contra o povo. Nas regiões onde o próprio Governo teve maioria eleitoral claramente visível, como em Trás-os-Montes, a UDP, percorrendo aquelas aldeias, falando clara e violentamente contra o Governo — porque só violentamente é que se pode falar contra as medidas antipopulares do Governo — verifica que não aparece um cacique nem uma pessoa com coragem para defender o Governo.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Já não há caciques...

O Orador: — É isto que se constata quando se fala com o povo pobre do nosso país.

Neste momento, as populações da linha do Sabor, da aldeia de Bruçós, de Caniçais, não têm como

receber o adubo nem como fazer sair os seus próprios produtos. E isso porquê? Porque se resolveu acabar com a linha do Sabor. E por que é que ainda não se acabou? Porque o Governo, em face da luta firme da população, foi obrigado a recuar. Contudo, antes disso utilizou a GNR. Mais uma vez o Governo se desmascara porque a AD dizia que a GNR era contra os comunistas e contra os trabalhadores do Alentejo que não trabalhavam, que nada queriam fazer e que queriam roubar as terras. Mas o povo, pela sua própria prática por saber contra quem é a GNR, dizia que a GNR não tinha vindo para Bruçós para impedir o fecho da linha e que nem tinha vindo para dizer ao povo «nós estamos com vocês e quem quiser fechar a linha ter-nos-á do seu lado». Não, o povo viu, sentiu e disse-o: «A GNR veio para aqui contra o povo, como foi lá para baixo contra os trabalhadores alentejanos; a GNR está ao serviço de uma política contra o povo.»

Na Madeira, o Sr. Alberto João tem uma política de habitação e de construção civil e, realmente, levantam-se belos edifícios no Funchal ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... só que vão ser pagos a 3000 contos o andar e o aluguer do apartamento vai ficar entre os 10 e os 12 contos. Certamente que esses edifícios não são feitos com a intenção de, por exemplo, servir os pescadores de Câmara de Lobos que vivem no ilhéu e em que doze pessoas habitam num compartimento de 3 m × 3 m, ou menos, com os filhos dentro das gavetas...

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

... dormindo por baixo das camas ou por cima dos pais, vivendo num só quarto três casais com os respectivos filhos, avós e netos, porque não há habitação para o povo mas sim para os amigos do Sr. Alberto João e para os turistas.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Tanto disparate em tão pouco tempo!

O Orador: — No Câniçal pesca-se a baleia e os seus pescadores estão o dia inteiro hipotecados ao senhor que explora essa indústria, e depois pescam seis baleias que vão dar um rendimento de 1500 contos ao patrão, sobrando 50 contos para os vinte ou trinta pescadores e desmanchadores da baleia.

Na Reforma Agrária, os trabalhadores que vão colher o justo produto do seu trabalho, os frutos pendentes das herdades que lhes foram roubadas, são presos e já não é no dito flagrante delito: vão ser presos, quando estão em casa, pela Guarda Republicana, que os agarra e os leva para o tribunal.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Esses são os tubarões!

O Orador: — É assim que trabalha o Governo, é assim que trabalha a Guarda Republicana ao serviço do Governo e é esta a política económica e social do Governo. Isto é indesmentível.

Contudo, o Governo tem um bom defensor. Não é da bancada do PSD, onde também são bons defen-

sores do Governo, mas o CDS defende-o muito melhor. E, já agora, em Braga, quando se referiam aos senhores do PPD lá da zona chamavam-lhes os «papadeiros» ...

Risos.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — O que é que isso quer dizer?

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Os camisas negras, como o senhor, não?

O Orador: — ... pela sua actividade social.

Há bocado, todos nos sentimos transportados e a nossa alma elevada ao céu com o discurso que o Sr. Deputado Rui Pena fez do púlpito em que disse que a preocupação do CDS e, portanto, do Governo era o homem. E é verdade, é o homem. E porque quer manter essa preocupação para melhor ganhar o céu, o Governo, o CDS e a AD tudo fazem para que possa continuar a haver gente nas condições que agora descrevi para que eles se possam preocupar com as pessoas.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Está a delirar!

O Orador: — O Sr. Deputado Rui Pena disse também que o homem vale não por aquilo que tem, mas sim por aquilo que é. É por isso que vemos os Srs. Deputados da AD cumprirem aquele preceito cristão de irem dar o que tinham e passarem a ser só aquilo que são.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Esperemos pelas eleições.

O Orador: — É a própria demagogia com que tentam encobrir a vossa política antipopular que vos desmascara e mostra aquilo que são. Isto é, servem-se de todos os meios e da consciência religiosa do nosso povo para também assim o conseguirem manter debaixo da vossa «pata».

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Salvo seja!

O Orador: — Mas, o Sr. Deputado Rui Pena também disse uma verdade que não acabou: disse que a socialização era o que lhe interessava: Isso é uma verdade, mas é apenas a socialização da produção, isto é, que os homens trabalhem organizados e de forma dirigida — a isso ele chama a socialização da produção. Contudo, não fala na grande contradição que isto põe e que é na necessidade da socialização da distribuição.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Tanta coisa!

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Tanto disparate junto!

O Orador: — E, para isso, quer manter a ideia de que são só os senhores da AD que irão distribuir da melhor maneira dando tão justo salário que de tão justo que é obriga os trabalhadores a grandes greves e a grandes lutas permanentemente contra as

imposições dos patrões que os senhores incentivam e apoiam a, efectivamente, aumentarem os seus lucros.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — Mas é esta contradição que também vai acabar com o domínio quer da AD quer daqueles que a AD representa, isto é, os grandes patrões.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — É por aqui que a vossa política social vai deixar de ser interpelada; é por aqui que com a luta dos trabalhadores se imporá uma política económica e social que, efectivamente, os sirva.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Por hoje é tudo, mas amanhã a UDP porá questões muito concretas ao Governo da AD.

Vozes do PSD: — Amanhã há mais disparates!

Entretanto assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.º Deputada Cecília Catarino.

A Sr.º Cecília Catarino (PSD): — Sr. Presidente, queria fazer um protesto em relação às palavras do Sr. Deputado Mário Tomé.

Tenho a impressão de que o Sr. Deputado está muito imbuido de uma certa terminologia que se usa muito na ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Na polícia!

A Oradora: — ... em termos de polícia, que é o termo «engavetar».

Acontece que na Madeira não se engaveta ninguém. E para informação do Sr. Deputado, deva dizer-lhe que a Câmara Municipal do Funchal tem em construção 700 fogos. Em Câmara de Lobos, estão em construção 300 fogos, para onde será transferida parte da população que habita o denominado ilhéu. Por todo este mês, será aberto concurso para 500 fogos numa localidade que penso que o Sr. Deputado — agora na sua digressão pela Madeira — é capaz de já ter ouvido falar, que é a Nazaré.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Foi num cruzeiro de férias!

O Sr. Manuel Moreira (PSD): — Apanhou o sol, só!

A Oradora: — E até ao fim do ano será aberto concurso para mais 1000 fogos, salvo erro. Em Machico iniciar-se-á a construção de 220 fogos, em S. Vicente 68, na Calheta 70 e no Porto Moniz foi já adjudicada a construção de 22 fogos.

Para além disto, Sr. Deputado, quero só chamar-lhe a atenção para o seguinte: é muito fácil ir à Madeira fazer uma digressão turística, que é extremamente agradável, e colher ...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Colher flores, cinturíos ...

A Oradora: — ... meia dúzia de elementos e vir para aqui fazer um pouco de demagogia.

Mas gostaria que o Sr. Deputado quando focasse problemas — que os há na Madeira, sem dúvida, como há em todo o lado — apresentasse dados concretos porque assim não só o Sr. Deputado como qualquer dos nossos colegas ficaria mais esclarecido.

Aplausos do PSD.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Ele foi lá comer bananas!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — A Sr.^a Deputada disse que eu fiz uma digressão turística. Eu não sei se o Sr. Alberto João encaminha os turistas para o ilhéu de Câmara de Lobos!... Foi onde eu fui.

Eu não tinha a intenção de permitir à AD — e afonso a minha culpa — fazer um bocado de propaganda eleitoral. Ainda bem que estamos próximos das eleições. Se essas realizações, na construção civil vão ser um facto, congratulo-mo com isso.

Já agora que as eleições sirvam para alguma coisa ...

Aplausos do PSD e do Sr. Deputado do CDS Narana Coissoró.

Eu não disse que na Madeira não se estavam a construir fogos. Gostava era de saber para quem é que são esses fogos.

Quero dizer à Sr.^a Deputada que quando eu disse engavetar — e não sei se foi engavetar que disse — referia-me a que os miúdos dormem nas gavetas, quando lá cabem. A Sr.^a Deputada é que precisa de ir lá ao ilhéu fazer o tal «turismo» para ver que os miúdos dormem nas gavetas, quando lá cabem... É um espaço que eles têm. As pessoas muito pobres também precisam de ter, pelo menos, um movelzinho e então têm de utilizar a gaveta, porque não têm espaço para meter os miúdos. Põem-nos então na gaveta, por baixo da cama e por cima dos pais, quando dormem, que não podem fazer amor.

Risos.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — O Tomé, o seu problema é falta de ternura!...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Catarino.

A Sr.^a Cecília Catarino (PSD): — Sr. Deputado Mário Tomé, na verdade eu estava longe de ouvir uma coisa tão hilariante como aquilo que o Sr. Deputado acabou de dizer.

Quanto ao facto de talvez eu não conhecer a Madeira, tenho a dizer-lhe, Sr. Deputado, que embora não tenha nascido na Madeira, vivo lá há vinte anos. Creio que isso é suficiente. Além do mais, já fiz mais do que uma visita de trabalho ao ilhéu de Câmara de Lobos. Inclusivamente, de quando estive como professora do ciclo preparatório, tenho um trabalho feito por alunos meus acerca do ilhéu. E tenho a dizer ao Sr. Deputado que no ilhéu vive muita gente, mas

tenho a impressão que casas onde haja espaço para ter uma cômoda com gavetas, onde as crianças possam lá dormir, são muito poucas. O que acontece, Sr. Deputado, e o que eu vi, foi muitas exergas pelo chão e três, quatro, cinco crianças a dormirem numa exerxa onde logicamente só caberia uma, no máximo duas. Não vi ninguém metido dentro de gavetas.

Pode ser que ao Sr. Deputado tenham facultado essa visão. Eu que lá fui, sem nenhuma propaganda eleitoral, porque na altura não estava metida minimamente na política, não vi nada disso.

Quanto ao Sr. Deputado perguntar para quem são os fogos que estão em construção, pois são habitações de carácter social cujas rendas são definidas por lei, de acordo com o rendimento familiar do agregado.

Aplausos do PSD.

Entretanto retomou a presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria da Conceição Moraes.

A Sr.^a Maria da Conceição Moraes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em matéria de protecção à infância e juventude, prometeu o Governo de Sá Carneiro o alargamento da rede de equipamentos sociais, assim como medidas legislativas e uma actuação no âmbito interministerial com vista ao auxílio das famílias, e, em particular das famílias numerosas e economicamente débeis. A realidade é bem diferente e comprova a demagogia descarada do Governo da AD.

Nas instituições de protecção à infância dependentes do Ministério dos Assuntos Sociais verifica-se que as participações exigidas às famílias, devido à insuficiência do apoio estatal, têm como consequência que um elevado número de crianças que as frequentam pertencem precisamente às famílias de maiores recursos económicos.

Denunciando este facto, não se pretende contestar o direito de todas as crianças à educação pré-escolar, mas sendo indiscutível que a educação pré-escolar deve desempenhar uma função social e atendendo à fraquíssima taxa de cobertura de educação infantil entre nós (rondando os 10%) a obrigação de um Governo cuja política fosse de defesa dos interesses dos trabalhadores, seria dar prioridade às crianças vindas das famílias de menores recursos...

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Em relação aos jardins-de-infância dependentes do Ministério da Educação e Cultura verifica-se que o seu regime de funcionamento, a ausência de benefícios sociais que deveriam ser proporcionados às crianças e a insuficiência do apoio financeiro que o Estado lhes atribui, impede-os de responder à função social que também lhes está atribuída, quer pela Constituição da República, quer pela Lei n.º 5/77, de 1 de Fevereiro, sobre sistema público de educação pré-escolar.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Este Governo teve mesmo o desplante de prometer a duplicação do número de jardins-de-infância e infantários, actualmente existentes.

Mera demagogia, como se vê, dado que nenhum plano de construção ou adaptação de edifícios foi elaborado para responder a tais necessidades.

No que diz respeito ao ensino primário, calcula-se em 15 000 o número de salas de aula actualmente necessário para uma educação em condições.

O Governo da AD teve também o desplante de promover um plano de emergência de instalações e equipamentos escolares. Este famoso plano veio a reduzir-se à previsão da construção de onze escolas secundárias, até ao próximo mês de Outubro. O ensino primário não foi, pois, considerado, e todavia todos nós sabemos em que precárias condições de instalação e higiene funcionam milhares de escolas do ensino primário, nas quais o Governo nem sequer se preocupou em colocar o pessoal auxiliar necessário à limpeza dos edifícios e ao apoio aos professores.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Recentemente o Governo tornou obrigatória a inscrição de todas as crianças que no próximo mês de Outubro tenham, pelo menos, cinco anos e nove meses de idade. Mas que medidas tomou para tornar viável a realização de tal objectivo? Nenhuma. Resultado: dadas as actuais estruturas do ensino primário em várias regiões do País lavra já o pânico entre os professores que se perguntam onde vão «encasuar» as crianças no próximo mês de Outubro. A ordem é clara e não admite réplica: «inscrevam e depois se vê». E isto é tanto mais grave quanto se trata de crianças de baixa idade, exigindo cuidados absorventes, implicando um aumento substancial do número de alunos por sala de aula.

Não se contesta a desejabilidade do abaixamento da idade de matrícula obrigatória no ensino primário, mas o que se reclama e que essa medida, a tomar-se seja acompanhada das condições necessárias à sua realização, e não está a ser.

A Sr.ª Maria Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Como é que, de resto, em certas regiões do País, em que as distâncias entre a escola e a residência se medem por quilómetros e são percorridas por caminhos recheados de perigos, vão essas crianças deslocar-se até à escola e da escola a casa, e para mais sabendo-se que em muitas escolas as aulas se iniciam às 8,30 horas da manhã.

Tomar medidas deste género é simplesmente fazer obras de fachada, pôr em perigo a saúde da infância portuguesa, realizar o contrário de uma educação nacional.

E se nos responderem que isto é viável em certas regiões do País, neutras não o é na realidade e nesse caso pergunta-se: como vai cumprir-se a escolaridade obrigatória?

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — A manobra é clara! Com esta medida o Governo da AD está preocupado não em assegurar a democratização do acesso ao ensino, mas sim um

recurso cada vez mais intenso ao ensino particular, sector a que se propõe dispensar todo o apoio ao seu alcance em detrimento do sistema público.

Mas ainda quando ao sector do ensino básico, que tem o governo para assegurar o seu cumprimento por uma via única? No ensino primário, continuam a vigorar três regimes de horários, em prejuízo das crianças das zonas escolares saturadas que são aquelas precisamente onde predominam as famílias de baixos recursos. Na Região Autónoma da Madeira, por exemplo, a maioria das escolas funciona em regime triplo.

No ensino preparatório continuam a persistir três vias de cumprimento e o Governo até se propõe voltar ao velho esquema da 5.^a e 6.^a classes dos mais recuados tempos do fascismo.

Calcula-se em 400 o número de escolas preparatórias e secundárias necessárias a um ensino em condições. O Governo anunciou com retumbância um famoso plano de emergência de instalação e equipamento escolar. Vai-se a ver, e esse plano magnífico reduz-se a onze escolas secundárias e preparatórias a construir até Outubro, sabendo-se já, que apesar do carácter expeditivo com que foram atribuídas essas construções aos empreiteiros, há toda a probabilidade que essas modestas onze escolas só estejam parcialmente edificadas dentro da data que o Governo solenemente garantiu. Perante isto, como vão funcionar essas escolas, em cujos recintos a construção do restante edifício continuará a processar-se? Eis o que não é difícil de calcular.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em matéria de educação, como nos restantes aspectos da sua política antipopular e anti-social, a demagogia, a política de fachada não salvarão este Governo!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — O PCP dispõe ainda de dois minutos e meio, os Srs. Deputados reformadores de oito minutos, o PPM também de dois minutos e meio e o Governo, também do tempo estabelecido.

Alguém destes partidos pretende esgotar o seu tempo?

Pausa.

Como ninguém o deseje, declaro encerrada a reunião. Os trabalhos recomeçarão amanhã às 10 horas da manhã.

Eram 20 horas e 45 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

Américo Abreu Dias.

António Duarte e Duarte Chagas.

António José Ribeiro Carneiro.

António Maria Pereira.

Arménio dos Santos.

Carlos Manuel Pereira de Pinho.

Daniel da Cunha Dias.

Daniel Abílio Ferreira Bastos.

Dinah Serrão Alhandra.

Eleutério Manuel Alves.
 Fernando José da Costa.
 Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.
 Fernando Reis Condesso.
 Germano Lopes Cantinho.
 João Baptista Machado.
 João Vasco da Luz Botelho de Paiva.
 Joaquim Manuel Gaspar Mendes.
 Jorge Rook de Lima.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José da Assunção Marques.
 José Bento Gonçalves.
 José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.
 Manuel António Lopes Ribeiro.
 Manuel Antunes da Lomba.
 Manuel Luís Fernandes Malaquias.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria Adelaide Santos de Almeida Paiva.
 Maria Helena do Rego da C. S. Roseta.
 Marília Dulce C. P. Morgado Raimundo.
 Miguel Camolas Pacheco.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.

Partido Socialista (PS)

Agostinho de Jesus Domingues.
 Albano Pereira da Cunha Pina.
 Alberto Marques Antunes.
 António Chaves Medeiros.
 António Fernando Marques R. Reis.
 António Francisco Barroso Sousa Gomes.
 António José Sanches Esteves.
 António Manuel Maldonado Gonelha.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Carlos Alberto Costa de Sousa.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Fernando Luís de A. Torres Marinho.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Guilherme Gomes dos Santos.
 Herculano Rodrigues Pires.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel António dos Santos.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Victor Manuel Gomes Vasques.
 Victor Manuel Ribeiro Constâncio.
 Victor Manuel R. Fernandes de Almeida.

Partido Comunista Português (PCP)

Alberto Jorge Fernandes.
 Álvaro Barreirinhas Cunhal.
 Carlos Alberto do Vale G. Carvalhas.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Manuel Aranha Figueiredo.
 José Manuel do C. Carreira Marques.
 Lino Carvalho de Lima.
 Rosa Maria Reis A. Brandão Represas.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
 Alfredo Albano de C. de Azevedo Soares.
 Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
 Artur Fernandes.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Domingos da Silva Pereira.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel L. V. Oliveira Dias.
 Isilda Silva Barata.
 João Fernandes Homem.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 Luís Carlos C. Veloso de Sampaio.
 Luís Filipe Pais Beiroco.
 Luís Gomes Moreno.
 Manuel Baeta Neves.
 Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Maria Leonor X. Brasil Rodrigues Sasseti.
 Narana Sinai Coissoró.
 Rui Eduardo F. Rodrigues Pena.
 Rui Garcia de Oliveira.
 Victor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António José Borges G. de Carvalho.

Agrupamento Parlamentar dos Reformadores

Armando Adão e Silva.
 Francisco José de Sousa Tavares.
 José Manuel Medeiros Ferreira.

Movimento Democrático Português

Heriberto de Castro Goulart da Silva.
 Luís Manuel A. de Campos Catarino.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

Deputados que faltaram à sessão

Partido Social-Democrata (PSD)

Amândio Anes de Azevedo.
 Amélia Cavaleiro M. de Andrade de Azevedo.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Germano da Silva Domingos.
 José Maria da Silva.
 José Teodoro da Silva.
 Luís António Martins.
 Manuel Bento Sousa Silva.
 Mário Martins Adegas.
 Rui Alberto Barradas do Amaral.

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Rodrigues Ferreira Camboa.
 António Cândido de Miranda de Macedo.
 António Fernandes da Fonseca.
 António José Vieira de Freitas.
 Armando Filipe Cerejeira P. Bacelar

Francisco Cardoso P. de Oliveira.
João Joaquim Gomes.
José Luís do Amaral Nunes.
Manuel Alfredo Tito de Moraes.
Manuel Joaquim de Melo Pires dos Santos.
Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.
Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
Mário Alberto Nobre Lopes Soares.
Rui Fernando Pereira Mateus.

Partido Comunista Português (PCP)
Fernando de Almeida Sousa Marques.

Centro Democrático Social (CDS)
Eugénio Maria Anacoreta Correia.
José Manuel Macedo Pereira.

O REDACTOR PRINCIPAL, *Manuel Adolfo de Vasconcelos*.

PREÇO DESTE NÚMERO 74\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA